



AÇÃO SOCIALISTA

N.º ESPECIAL 24º CONGRESSO NACIONAL | DIRETORA EDITE ESTRELA

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



PS

MOÇÃO A - Pedro Nuno Santos

**PORTUGAL INTEIRO**

MOÇÃO B - José Luís Carneiro

**POR TODOS. PARA TODOS**

MOÇÃO C - Daniel Adrião

**DEMOCRACIA PLENA**

24

**Congresso  
Nacional**

5, 6 e 7 JAN 2024 | LISBOA



# SEIS MISSÕES PARA UM PORTUGAL INTEIRO

## MOÇÃO POLÍTICA DE ORIENTAÇÃO NACIONAL - A

PRIMEIRO SUBSCRITOR  
**PEDRO NUNO SANTOS**

### 1.ª MISSÃO **UMA SOCIAL-DEMOCRACIA TRANSFORMADORA: UM PS PARA O FUTURO**

#### UM PARTIDO REFORMISTA E PROGRESSISTA PARA UMA SOCIAL-DEMOCRACIA MODERNA

**O Partido Socialista para o futuro é um PS de continuidade e de renovação.** Um partido transformador e progressista que promove reformas para melhorar a vida das pessoas. A moção "Portugal Inteiro" expressa um projeto reformista para Portugal, portador de sentido de justiça, de esperança e de ambição para chegar mais longe.

O PS foi, é, e sempre será um partido plural, diverso do ponto de vista ideológico e geracional, mas que é um espaço comum de quem acredita na liberdade e na igualdade, e de quem as entende como valores fundacionais de uma comunidade decente e de bem-estar. Uma visão diferente da visão da direita, apoiada num suposto conceito de liberdade para justificar uma sociedade egoísta, assente num entendimento enviesado de "meritocracia". O Partido Socialista sempre foi o partido do 25 de Abril, o partido da democracia pluralista. Ao longo das décadas consagrou uma visão moderna da nossa vida pública onde todos contam. Em 2015, fazendo justiça ao papel do parlamento no quadro constitucional português, o PS liderou uma alteração histórica na relação de forças políticas, formando um governo suportado pelos partidos à sua esquerda, que se tinham mantido fora do arco da governação ao longo de quase 50 anos de Democracia. Esta alteração histórica não limitou a atuação do PS; pelo contrário, aumentou o seu espaço estratégico de intervenção e garantiu-lhe, sim, o lugar de partido central no sistema político e na defesa da maior construção coletiva da nossa democracia, o Estado Social. Este é um legado do ciclo de liderança de António Costa que deve ser protegido.

Uma social-democracia transformadora tem também como desafio estratégico incluir uma perspetiva intergeracional no seu projeto político. Um Portugal inteiro

não pode prescindir da energia e dos projetos de uma geração qualificada e criativa que se some à experiência. Assim, cumpre **valorizar o contributo da Juventude Socialista como organização autónoma**, irreverente e formadora de novas agendas e novos quadros para o PS, assim como as **Mulheres Socialistas – Igualdade e Democracia**, a **ANAPS - Associação Nacional de Autarcas do Partido Socialista** e a **Tendência Sindical Socialista**.

Além disso, é preciso aproximar o PS, através da sua organização e comunicação, do associativismo, dos movimentos sociais e do ativismo, honrando um partido que também se construiu nos bairros e nas ruas. Desde os anos 90, o PS tem marcado o espaço político no que toca à capacidade de envolver a sociedade civil e os militantes na construção de programas de governo. Dos estados gerais aos gabinetes de estudo, em todos os tipos de estruturas, estes exercícios resultaram em Programas de Governo, manifestos autárquicos, e todo o tipo de documentos estratégicos.

Precisamos de valorizar a militância, e nada a contribuirá mais para este objetivo do que a formação de quadros. **O gabinete de estudos terá de ser revisito, diversificando as formas de participação**, por exemplo através da utilização de diversas plataformas digitais, e deve diversificar-se o modo de funcionamento da **Academia Socialista**. Por importante que seja a formação dos mais novos, em especial nas matérias europeias, não pode ser menos importante a formação de todos os quadros e a valorização da militância nos temas centrais da atuação da social-democracia da inovação.

**Também nas autarquias se exige um maior apoio por parte da direção nacional do Partido.** Um grande fórum autárquico nacional permitiria um trabalho em rede, partilha e valorização de boas práticas de gestão autárquica não só para os camaradas no exercício do poder, mas também para garantir candidaturas mais sólidas, no futuro, nas autarquias onde o PS lidera a oposição.

**O PS deve manter-se audível e construtivo no seio do PES, também na sua estreita articulação com o grupo progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, bem como na Internacional Socialista**, procurando contribuir para re-

vigorar e relançar o trabalho destas organizações. O exemplo de liderança de grandes figuras da social-democracia, como Olof Palme, Willy Brandt, François Mitterrand ou Mário Soares, impele-nos a procurar uma visão que torne claro junto dos europeus de que forma é que a social-democracia é a melhor resposta no combate e eliminação da pobreza e das desigualdades, na melhoria da sua qualidade de vida, assente na ideia de coesão e de progresso coletivo, numa Europa Social, inclusiva e capaz de integrar quem aqui escolhe viver, estudar e trabalhar.

**O Partido Socialista honrará a sua vocação de partido pró-europeu e empenhar-se-á, com os seus congéneres europeus, em apresentar pessoas e ideias que permitam prosseguir o caminho rumo a uma Europa mais inclusiva, solidária, sustentável, num ambiente internacional imprevisível e de constante mudança.**

### 2.ª MISSÃO **UMA DEMOCRACIA REVITALIZADA E DE QUALIDADE**

A 25 de abril de 2024 Portugal comemorará os 50 anos do fim da ditadura, do fim da guerra e do fim do atraso crónico a que mais de quatro décadas de isolamento autoritário foram condenando o País.

No entanto, os sucessos eleitorais da extrema-direita populista em vários pontos da Europa e do mundo põem em risco os regimes democráticos e o Estado Social, sendo, atualmente, um dos grandes desafios que mobilizam os sociais-democratas do mundo inteiro. É neste quadro, em que se cavalgam e alimentam perceções negativas sobre a atividade política, que é indispensável contrariar, com pedagogia democrática e instrumentos de participação qualificada.

#### REFORÇAR A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA E A TRANSPARÊNCIA

Ainda que enfrente muitas das dificuldades pelas quais passam democracias vizinhas, o sistema político portu-

guês tem assegurado, ao longo de cinco décadas, qualidade e autoridade nos seus processos eleitorais, capacidade de superação dos momentos de crise e, amiúde, construção de soluções governativas estáveis, ainda que plurais na sua composição. Assente este ponto, é, todavia, importante insistir no aprofundamento da qualidade das instituições e dos processos de tomada de decisão, preservando a sua integridade e assegurando a sua transparência.

Para isso, cumpre, em primeiro lugar, reafirmar a **centralidade do Parlamento**. A representação parlamentar é uma das chaves do sistema e é aí que se deve também investir na valorização da vida pública democrática de qualidade. É também **necessária uma verdadeira pedagogia democrática nas redes sociais e nos canais tradicionais**.

O Partido Socialista sempre foi o eixo angular do debate parlamentar das forças democráticas, situem-se onde se situarem, e assim vai continuar. No Parlamento o PS articula-se com todas as forças que se revêm na Constituição da República Portuguesa e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, concretizando políticas que tenham como objetivo o progresso social.

A prioridade deve passar pelo aumento imediato da qualidade e modernização de procedimentos, com destaque para a produção de um **Código Eleitoral que atualize, modernize e uniformize procedimentos**, para a construção de uma solução premente que assegure maior **participação dos cidadãos residentes no estrangeiro nos atos eleitorais**, com maior conforto e proximidade dos locais de voto.

Ainda que com avanços e recuos pontuais ao longo das décadas, a tendência da participação eleitoral tem sido a de, partindo de números históricos e até hoje não repetidos superiores a 90% nas eleições para a Assembleia Constituinte em 1975, registar um decréscimo na participação eleitoral. É na fadiga democrática e na maior dificuldade de mobilização dos eleitores mais jovens para a participação que encontramos as causas para a quebra da participação. A **participação democrática nas escolas e instituições de ensino superior, o envolvimento dos administrados nas decisões** que os afetem, a **valorização da vida cívica e democrática das associações**, o reconhecimento de conselhos de audição e participação de trabalhadores e das suas associações e representações são formas das quais não se deve prescindir.

Se queremos uma Democracia robusta e com capacidade crítica, não podemos prescindir de alavancar os meios para o efeito, de qualificar as estruturas partidárias e garantir a sua abertura à sociedade civil e aos cidadãos que, querendo ou não a militância, desejam participar nos processos de preparação da tomada de decisões.

Os últimos anos da governação do Partido Socialista deram passos especialmente relevantes para o **aprofundamento da transparência** do funcionamento dos órgãos do Estado, para aumentar o escrutínio e a responsabilização dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos e para a introdução de mecanismos de defesa da integridade das instituições públicas. Neste quadro, importa aprofundar e concluir as reformas legislativas ainda pendentes para aumento da transparência e reforço de escrutínio dos procedimentos decisórios administrativos e legislativos.

Uma das grandes vitórias de Abril foi a conquista do poder local democrático, garantindo às populações a to-

mada de decisão sobre a vida das suas comunidades e instituindo representantes de intensa proximidade. Neste processo de cinco décadas, nada teria sido possível sem o empenho das várias equipas de eleitos locais que dedicaram o seu tempo e energia ao serviço das populações. Com mais de trinta anos de vigência, e desenhado para uma realidade autárquica muito diferente e com graus de exigência e responsabilidade diversos, **o Estatuto dos Eleitos Locais carece de substituição por um instrumento simples, justo e equilibrado**, que reconheça o serviço público dos autarcas e esteja à altura dos seus direitos e deveres e que **os dotem de meios humanos de apoio correspondentes à sua responsabilidade**.

Adicionalmente, é também hora de assegurar às autarquias locais um quadro legislativo mais compreensível, consolidando a legislação autárquica num verdadeiro **código administrativo autárquico** dotado de racionalidade e que sirva de instrumento simplificador do trabalho do poder local.

O PS continua fortemente empenhado no **aperfeiçoamento das autonomias regionais**. É por isso que reiteramos o compromisso assumido pelo PS de desencadear um processo de revisão constitucional que visa, justamente, a reforma e o aprofundamento da Autonomia. Um trabalho que, para além de ir ao encontro das justas pretensões das autonomias insulares no que concerne, por exemplo, à extinção da figura do Representante da República ou à visão sobre os domínios territoriais, terá, necessariamente, como objetivo melhorar as respostas que o Estado, nas suas diferentes dimensões, coloca à disposição dos destinatários das políticas públicas. Do mesmo modo, a **revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas** – instrumento essencial que materializa o compromisso efetivo do PS com o projeto autonómico – assume particular relevância. As duas regiões autónomas são distintas entre si e também neste domínio particular o PS considera que a coesão social, territorial e económica tem de ser garantida no escrupuloso respeito pelo princípio da igualdade associado ao princípio da insularidade. Portugal Inteiro é de todos e para todos. Temos de potenciar a concertação estratégica, reforçar a unidade e a coesão nacional com a certeza de que as Autonomias são a melhor expressão de Portugal no Atlântico. Neste sentido, os Açores e a Madeira têm de assumir uma participação qualificada, preponderante e de destaque nesse grande desígnio nacional que é o Mar.

## REFORÇAR OS DIREITOS FUNDAMENTAIS, A IGUALDADE E A INCLUSÃO

**A concretização real, justa e interseccional da igualdade e da não discriminação** é um imperativo ético, jurídico e constitucional e, por isso e antes disso, um imperativo político. É assim que entendemos a defesa e a garantia dos direitos fundamentais numa perspetiva unitária. Defendemos uma democracia em que todos e todas têm direito a uma cidadania plena, civil e material e à defesa da sua dignidade sem transigências. O Estado, através da lei e dos serviços públicos, deve responder à discriminação múltipla, analisando e aprofundando com os parceiros institucionais e sociais o quadro jurídico e institucional antidiscriminação em Portugal. Na **igualdade de género** e no combate à violência contra as mulheres é preciso desenvolver os processos de proteção e **continuar o combate efetivo às desi-**

**qualdades salariais entre mulheres e homens**. No plano da saúde sexual e reprodutiva, há evidência recente da necessidade de remoção de obstáculos à implementação da lei da interrupção voluntária da gravidez. Prevenir e combater a discriminação das Pessoas LGBTI+, bem como o **racismo e a discriminação racial**, é inerente à própria qualidade das democracias, que se mede pela defesa e inclusão. São, assim, necessários mecanismos específicos de promoção de vias de diálogo e interação entre o Estado e as pessoas em situação de vulnerabilidade, tantas vezes excluídas da participação democrática.

Quanto às **personas com deficiência**, muitos foram já os avanços alcançados, sendo que direitos das pessoas com deficiência ou incapacidade têm de ser tidos em conta de forma transversal, em todas as políticas, da saúde aos transportes, da prática desportiva à habitação, da política de investimentos públicos à política de emprego.

As alterações que se vêm verificando no panorama político europeu, com a ascensão de movimentos extremistas, xenófobos e racistas, **tornam mais urgentes as políticas de apoio à imigração, aos migrantes e aos refugiados**, apelando ao reforço da nossa luta pela defesa intransigente dos direitos humanos e do Estado de Direito. Do lado de Portugal, enquanto país de acolhimento, a situação demográfica e do território recomenda o investimento em instrumentos de política migratória que estimulem os canais regulares e seguros e os acordos de mobilidade, incluindo os que visem a migração circular.

## UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INOVADORA E EFICIENTE COM TRABALHADORES MOTIVADOS. RECUPERAÇÃO FASEADA DO TEMPO DE SERVIÇO CONGELADO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS

Uma **Administração Pública** inovadora, eficiente e próxima, com capacidade de resposta imediata às necessidades dos cidadãos e das empresas, constitui condição essencial à reconciliação das pessoas com o processo democrático de decisão e é indutora de bem-estar social e de uma economia desenvolvida.

Mas é preciso melhorar ainda mais a governação pública e modernizar e simplificar a Administração Pública, através de uma política pública assente em cinco eixos fundamentais: i) testar e adotar modelos inovadores de gestão organizativa, designadamente através da criação e reforço de vários tipos de serviços partilhados; ii) reduzir a excessiva dependência do setor público face ao fornecimento externo de serviços e de bens; iii) inverter a tendência de perda de recursos humanos qualificados na, com notórios reflexos na qualidade dos serviços públicos prestados; iv) apostar em processos de inovação, simplificação e modernização ao nível da tramitação dos procedimentos administrativos; e v) investir ainda mais na transição digital e tecnológica da Administração.

Atrair para a Administração Pública pessoas qualificadas passa pela valorização das carreiras, das condições de trabalho e dos regimes funcionais e remuneratórios, **incluindo a recuperação faseada do tempo de serviço congelado**, mas também pela simplificação dos procedimentos de recrutamento, pela capacitação contínua e pelo desbloquear das pré-reformas voluntárias como forma de rejuvenescer os trabalhadores públicos.

Finalmente, é essencial desenvolver em todos os momentos uma cultura de prestação de contas e de verificação do cumprimento dos objetivos políticos, **através da implementação de mecanismos permanentes do impacto das políticas públicas e das decisões governativas**, prévia e posteriormente à sua execução, aproveitando e valorizando estruturas já existentes, como o Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública – PlanAPP.

## UM SERVIÇO PÚBLICO DE JUSTIÇA MAIS EFICIENTE, MAIS TRANSPARENTE E MAIS ACESSÍVEL

A confiança nas instituições da **Justiça** é uma condição de sucesso de uma Democracia moderna e de qualidade. A independência da magistratura judicial e a autonomia do Ministério Público são pilares do Estado de Direito democrático. O respeito por estes princípios não dispensa o poder legislativo e o poder executivo de cumprir a sua função constitucional de **desenvolver políticas públicas que garantam um serviço público de Justiça mais eficiente, mais acessível e mais transparente**.

No plano da gestão processual, deve equacionar-se a criação de novas ferramentas de trabalho que rentabilizem a tecnologia existente, em articulação com os Conselhos Superiores. Deve ainda garantir-se a interoperabilidade entre sistemas informáticos dos tribunais, da Administração Pública e de entidades estrangeiras e internacionais, com vista ao acesso automático a documentos e informações relevantes.

Deve ainda iniciar-se uma reflexão em torno da excessiva privatização da Justiça administrativa, substituindo em parte a arbitragem administrativa “*ad hoc*”, que deve ser regulamentada, por mecanismos de conciliação e de arbitragem institucionalizada pública. Assim se reforça a transparência destes processos.

Para além disso, justifica-se um **programa nacional de expansão dos julgados de paz**, aproveitando as sinergias com as comunidades intermunicipais, os municípios, acompanhado da ampliação dos meios digitais à resolução alternativa de litígios.

A Justiça tem de ser acessível e garantir uma tutela judicial efetiva a todos os cidadãos e empresas. A ninguém podem ser negados os direitos fundamentais ao apoio jurídico e ao acesso aos tribunais por falta de recursos financeiros. Impõe-se **avaliar e rever o modelo de acesso ao direito e à justiça**, seja ao nível da disponibilidade e da qualidade do sistema de patrocínio judiciário, seja ao nível **das custas judiciais**.

Em nome da garantia da tutela judicial efetiva deve também equacionar-se a **introdução do direito de queixa constitucional (ou recurso de amparo)**, de modo que as pessoas e empresas possam aceder diretamente ao Tribunal Constitucional. Esta medida teria, naturalmente, de ser acompanhada de uma profunda revisão do sistema de fiscalização concreta da constitucionalidade. Têm de se publicitar periodicamente estatísticas por tribunal, incluindo o número de processos pendentes; a duração média dos processos; a percentagem de revogação de decisões por tribunais de recurso; o número de processos prescritos e em risco e prescrição. Além disso, é essencial construir e divulgar uma base de dados de decisões (anonimizadas) de todas as instâncias e tribunais, incluindo o registo público eletrónico de decisões

interlocutórias e acórdãos dos tribunais arbitrais.

É ainda necessário continuar a reformar as infraestruturas prisionais e reforçar os meios de reinserção social e de execução de penas.

As pessoas são o alicerce do sistema de Justiça, pelo que deve iniciar-se um amplo debate a propósito do sistema de seleção, formação e governo dos magistrados e da magistratura, assim como dos demais agentes da Justiça, refletindo as preocupações da sociedade civil.

**É preciso valorizar as carreiras, formação e conteúdos funcionais dos oficiais de Justiça, conservadores de registo e oficiais de registo**, cuja degradação do poder de compra e falta de formação profissional muito têm contribuído para a desmotivação e ineficiência do sistema judicial e de administração da Justiça.

## DEFESA, SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL: AGENTES DO ESTADO DE DIREITO E DA REPÚBLICA

As **forças e serviços de segurança** são entidades fundamentais para o conforto cívico dos cidadãos e para o pleno exercício das suas liberdades fundamentais, garantindo a subsistência da Democracia e do Estado de Direito. Deve fazer-se a programação de investimentos em infraestruturas e equipamentos, a estabilização de um quadro plurianual de admissão de efetivos e a valorização da condição policial. Neste quadro, é necessário manter uma rota de reforço dos direitos e da dignidade dos profissionais de segurança pública, nomeadamente através da ponderação no estatuto da sua condição do risco da sua atividade, da estabilidade e evolução das carreiras e da valorização remuneratória indispensável à sua motivação.

Por outro lado, enquanto agentes de primeira linha do Estado de Direito, é igualmente indispensável continuar o aprofundamento dos processos de formação inicial e ao longo das carreiras com vista ao reforço da consciência e das capacitações dos operacionais para matérias de cidadania e igualdade e para intervenção em contextos exigentes do ponto de vista dos direitos fundamentais.

Finalmente, num quadro que é de limitação ao exercício de alguns direitos, nos termos previstos na constituição, é relevante a valorização do direito de participação das associações representativas dos profissionais da GNR e da PSP, com vista à prevenção do aparecimento e crescimento dos movimentos inorgânicos e de forma a envolver os profissionais nas decisões que afetam o seu futuro e a sua atividade, podendo contar com os seus contributos e envolvimento.

No mesmo sentido, importa uma nova visão sobre a proteção e socorro das populações, promovendo uma valorização das estruturas de bombeiros e proteção civil, garantindo uma melhor presença no território e uma redobrada atenção aos novos tempos de catástrofes e de grandes ocorrências.

Ao nível da defesa nacional, os governos do PS têm dado continuidade à linha de política externa que o partido ajudou definir após o 25 de Abril, e que inseriu Portugal simultaneamente no espaço europeu e no espaço atlântico. Esta dupla pertença exige de Portugal a responsabilidade de contribuir não só para a defesa do seu território, mas também para a segurança e defesa dos países da UE e dos seus parceiros na NATO.

As Forças Armadas Portuguesas são uma instituição

central à Nação e essa centralidade ressalta perante a eclosão de conflitos armados às portas da Europa. Dada a exigência dos tempos que vivemos, **Portugal deve reforçar o seu compromisso com a segurança coletiva, dotando as Forças Armadas dos meios necessários para cumprir com sucesso e de forma sustentada as tarefas assumidas, designadamente pelas suas Forças Destacadas**. O Estado deve estimular as sinergias entre a indústria da defesa e os setores científicos e académicos, potenciando a investigação e desenvolvimento (I&D) dedicada a necessidades das Forças Armadas.

Uma prioridade cimeira deve ser a **de reverter a curva declinante do pessoal das Forças Armadas**, aumentando a atratividade da prestação de serviço militar, prosseguindo a aposta no trinómio – **Recrutamento, Retenção e Reinserção**.

Em face da nossa extensa costa, voltada ao Atlântico, e de uma das Zonas Económicas Exclusivas mais vastas da Europa, a segurança marítima reveste-se, para Portugal, de uma especial importância. Ela deve ser o corolário da aposta no mar como fator de desenvolvimento social, económico, científico e tecnológico.

## 3.ª MISSÃO UMA ECONOMIA INOVADORA E SOCIALMENTE JUSTA

### POLÍTICA ORÇAMENTAL: UM NOVO EQUILÍBRIO ENTRE A REDUÇÃO DA DÍVIDA E O INVESTIMENTO PÚBLICO E O ESTÍMULO À ECONOMIA

Entre 2016 e 2023, os governos do PS conseguiram aquilo que a direita achava não ser possível mas que sempre defendemos como estratégia orçamental inteligente e virtuosa: reduzir o défice orçamental e a dívida pública através do crescimento da atividade económica, do aumento do emprego e da subida dos salários. Assim, o governo do PS concretizou a saída do país do Procedimento de Défices Excessivos que ameaçavam Portugal de sanções em 2016; reduziu da dívida pública (de 131% do PIB em 2015 para 103% em 2023); obteve dois anos de excedentes orçamentais (2019 e 2023), os primeiros em democracia; e melhorou significativamente a imagem externa do país, traduzida em várias subidas do rating da República. Ao mesmo tempo, a economia cresceu seis vezes mais entre 2015 e 2023 (18%) do que entre 2000 e 2015 (3%). Este círculo virtuoso não foi uma mera recuperação cíclica depois do período em que, no período da troika, o país esteve em recessão entre 2011 e 2013; e mesmo depois do devastador impacto da pandemia, que levou em 2020 à maior queda do PIB de que há registos (8,3%), o PIB cresceu nos últimos três anos 15,4%.

Pelo seu elevado nível de dívida pública, Portugal continuará obrigado nos próximos anos a reduzir a dívida, seja porque as regras europeias inscritas no Tratado Orçamental assim o obrigam, seja pela necessidade de proteger ao país face a possíveis choques externos futuros. O que merece discussão é o ritmo dessa descida face aos compromissos que Portugal assume no âmbito do quadro legal europeu.

A estratégia de descida da dívida é essencial, mas ela não pode ser vista como uma prioridade isolada; necessita sempre de ser avaliada e ponderada face a outros

objetivos e necessidades que o país enfrenta. Uma política de excedentes orçamentais acelera a redução da dívida pública, mas pode reduzir excessivamente o espaço orçamental de que o governo precisa para fazer o investimento público em infraestruturas e em serviços públicos e para apoiar as famílias e as empresas.

Precisamos, assim, de encontrar o **equilíbrio adequado entre a prossecução da estratégia de redução da dívida pública, os objetivos de crescimento económico, de investimento público e de transformação do Estado.**

## O PAPEL DO ESTADO NA TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA

Ao mesmo tempo, precisamos não apenas de olhar para o **crescimento do produto do ponto de vista quantitativo, mas também qualitativo.** Ultrapassado o período mais crítico de adaptação da economia nacional à moeda única e ao impacto da entrada da China na globalização do comércio, que acelerou a desindustrialização de setores tradicionais no início do milénio, Portugal conseguiu crescer a uma média anual de 2,2% entre 2016 e 2023. Foram alcançados, entretanto, outros avanços importantes: a balança comercial tem ao longo da última década estado próxima do equilíbrio; e em 2022 as exportações atingiram o valor simbólico dos 50%, com quase 2 mil milhões de saldo positivo da balança tecnológica.

É consensual que o país precisa de crescer a um ritmo mais acelerado. Mas é também necessário olhar para a **qualidade do crescimento económico.** Nem todo o crescimento é igual: pode ser mais ou menos sustentável, mais ou menos resiliente a choques externos, produzir diferentes externalidades sobre a sociedade e o ambiente, e - muito importante para uma economia que pretende graduar o seu perfil produtivo - gerar diferentes dinâmicas de aprendizagem e de complexidade tecnológica no interior ou entre setores económicos. Se Portugal quer escapar à conhecida por "armadilha dos países de rendimento intermédio", tem de intensificar a sofisticação e complexidade dos bens e serviços produzidos. Se é verdade que as exportações alcançaram a meta de metade do PIB, é necessário que elas ganhem uma maior intensidade tecnológica. O setor com maior peso nas exportações de bens é, desde 2008, o de "minérios e metais" (valia 14% de todas as exportações em 2022), e nas exportações de serviços, o setor das "viagens e turismo" é o setor mais representado desde 1996 (desde que há dados; valia 17% de todas as exportações em 2022). Ou seja, quase um terço das exportações, e das que mais cresceram nos últimos anos, estão concentradas em dois setores de baixa complexidade tecnológica e de menor valor acrescentado, e - em particular nos serviços - com reduzidos ganhos de produtividade. Assim, embora o emprego tenha crescido quase 15% nestes últimos 8 anos, a produtividade cresceu apenas 7,5%. Não é possível uma economia transformar-se sem um crescimento sustentado da produtividade, ela própria dependente da incorporação de tecnologia e de conhecimento nas atividades produtivas.

Ora, a qualificação produtiva da economia é difícil com um tecido empresarial em grande medida pulverizado - assente em empresas de muito reduzida dimensão -, dualizado - com poucas grandes empresas exportadoras e muitas pequenas empresas que vendem

para o mercado interno - e, apesar dos muito significativos avanços dos últimos anos, com um perfil de baixas qualificações dos trabalhadores e, sobretudo, dos gestores. Estas vulnerabilidades ainda são visíveis no fraco peso do emprego em atividades intensivas em conhecimento; na baixa intensidade tecnológica das exportações no défice crónico da balança de bens; e no conteúdo importado das exportações e do investimento. Este perfil de especialização da economia continua a ser um travão a que as empresas nacionais possam competir com concorrentes que produzem bens e serviços mais sofisticados, de tirar proveito das oportunidades criadas pelo avanço tecnológico, de aumentar os níveis de produtividade, e de pagar melhores salários. Dadas as características de uma economia da inovação, esta transição - que se impõe - dificilmente será conseguida sem uma intervenção pública mobilizadora. Esta intervenção pública deve estruturar-se em três planos:

(i) uma capacidade de **planeamento** que permita identificar as potencialidades de recursos disponíveis e a sua exploração eficiente; que permita alavancar a coesão territorial e a competitividade externa; identificar as atividades com maior potencial de exportação; e, dado o concreto posicionamento geopolítico do país, identificar possibilidades de internalização de cadeias de valor.

(ii) **investimento em infraestruturas**, instrumento essencial na promoção do desenvolvimento económico, da coesão territorial e da transição climática. Nenhum país do mundo pode modernizar-se sem um constante investimento na sua rede de infraestruturas fundamentais de transporte. O país carece de investimento em todos os modos de transporte: ferroviário, rodoviário, marítimo-portuário e aeroportuário. O progresso feito pelos diferentes governos do PS no ritmo de investimento permite-nos estar hoje numa melhor situação quanto à capacidade do país concretizar os grandes investimentos de que necessita. Para que esta capacidade se mantenha e se reforce, é necessário manter um ritmo crescente e previsível de investimento, sem quebras abruptas. Ao mesmo tempo, sendo certo que o financiamento europeu tem sido determinante na execução de muitos dos investimentos, será desejável, no futuro, a diminuição da dependência deste tipo de financiamento para a realização de investimento público.

A rede ferroviária é a espinha dorsal de todo o sistema de transportes, ligando as principais cidades, portos e, futuramente, aeroportos. Por isso, o investimento na melhoria das infraestruturas e dos serviços ferroviários será uma prioridade. Queremos iniciar um ciclo de alargamento da rede, que levará o comboio a territórios que não são atualmente servidos. Para isso, teremos de implementar o Plano Ferroviário Nacional, que estabelecerá a configuração da futura rede, e começar por construir o eixo fundamental dessa rede, com um corredor de alta velocidade e elevada capacidade ao longo da fachada Atlântica. Assim, potenciaremos o transporte rápido e ambientalmente sustentável de passageiros em todo o país, incluindo territórios não diretamente servidos, bem como o crescimento do transporte de mercadorias.

O investimento em infraestruturas e serviços de transporte deverá chegar a todo o território, desde as áreas metropolitanas e urbanas, com o alargamento e densificação das redes de transportes coletivos e com a

continuação da adaptação do espaço urbano a uma mobilidade menos dependente do automóvel, aos territórios de baixa densidade, onde uma acessibilidade rápida, fácil e segura depende ainda de alguns investimentos significativos na rede rodoviária e em serviços de transporte mais flexíveis.

(iii) **estratégia ao nível da inovação**, com políticas públicas que reconheçam e valorizem o papel do Estado na transformação do perfil produtivo da economia. Esse papel pode ser cumprido através de diferentes tipos de instrumentos. A par de instrumentos de cariz *fiscal* - as reduções de tributação ou benefícios fiscais devem ser dirigidos a objetivos de política económica e não usadas de forma transversal, independentemente da dimensão das empresas, do setor onde atuam e das decisões que visam incentivar - e de *capitalização* - revisitando e aprofundando o papel que pode ser desempenhado pelo Banco de Fomento -, é preciso persistir no investimento científico e tecnológico e no fomento de sinergias entre o sistema científico e as empresas. Mas é preciso ir além, aprofundando e afinando o papel do Estado como **promotor do investimento em setores inovadores** - seja na atração ao incentivo às empresas (como nos setores centrais para as transições energética e digital), seja através da associação a empresas privadas em grandes projetos de investimento (como nas agendas mobilizadoras), seja na constituição de *clusters* industriais e de clubes de fornecedores, permitindo ganhos de escala e de qualidade produtiva e substituição de importações de produtos que podem (e muitas vezes já são) produzidos em Portugal.

Neste trabalho de coordenação do investimento e de construção e capacitação de *clusters* industriais, é preciso também uma **nova estratégia para as empresas públicas.** O regime jurídico do setor empresarial do Estado criado em 2013 durante o programa da *troika* introduziu um regime apertado de controlo financeiro sobre as empresas públicas. Embora muito importante, este controle deve ser complementado com uma estratégia em que as empresas públicas, dotadas de *know-how* e capacidade no investimento, possam assumir um trabalho de coordenação, enquanto empresas-âncora, na dinâmica de modernização e sofisticação dos setores onde atuam. Esta coordenação envolverá necessariamente empresas privadas numa lógica de parceria para a inovação, arrastando o seu desenvolvimento através de projetos colaborativos - na linha do que a CP está a fazer na dinamização do setor industrial ferroviário, onde a colaboração entre o setor público, o setor privado e a academia permitiu fortalecer a empresa, ao mesmo tempo que incentivou o investimento privado neste setor, criando um cluster industrial da ferrovia e do comboio que até aí não existia.

Só uma **transformação do perfil produtivo da economia nacional permitirá às nossas empresas pagar salários mais elevados e capacidade para oferecer oportunidades atrativas para os nossos jovens qualificados.**

## QUALIDADE DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES LABORAIS

A evolução entre 2015 e 2023 no mercado de trabalho é digna de registo. Foram criados mais de 600 mil empregos, a população empregada atingiu os 5 milhões (o que não acontecia há cerca de duas décadas), o desem-

prego baixou para mínimos de 20 anos, e os salários aumentaram - desde logo o salário mínimo, que cresceu por mais de 60% desde que o PS é Governo, acompanhado de um aumento de 33% do salário médio.

O trabalho é fonte de liberdade, dignidade, prosperidade e segurança. Dedicamos-lhe uma grande parte da nossa vida e em muitos casos é mesmo parte integrante da nossa identidade. É também a principal fonte de rendimento da esmagadora maioria das pessoas: os salários representam mais de 70% dos rendimentos das famílias portuguesas, havendo uma ligação evidente entre a distribuição de riqueza entre capital e trabalho e o potencial de crescimento da economia a partir da procura interna.

No mercado de trabalho, a relação de forças entre empregadores e trabalhadores é uma relação assimétrica, desigual, e constitui dever incontornável do Estado regular essa relação em ordem a salvaguardar a parte mais fraca. Foi este entendimento das relações laborais que, ao longo dos últimos oito anos de governação, espelharam a diferença entre as estratégias defendidas pelo Partido Socialista e as respostas da direita, quer para a saída da crise, quer para a construção do futuro do país.

Enquanto o governo da Troika aproveitou a crise e a intervenção externa para liberalizar o mercado de trabalho, a compressão salarial e o desmantelamento da negociação coletiva, o PS centrou-se no equilíbrio de forças no mercado laboral, na recuperação de rendimentos e na revitalização da negociação coletiva - e fê-lo com sucesso, com base numa estratégia ancorada no diálogo tripartido.

Esta visão permitiu derrubar mitos importantes. Afinal, não é verdade que a melhoria dos salários tem de ser sempre adiada em função da produção de riqueza. Ao favorecer um melhor equilíbrio entre o trabalho e capital, os governos do PS mostraram que aumentar salários - desde logo o salário mínimo -, não só não aumenta o desemprego, como não impede o emprego de crescer. Não é desregulando o mercado que se combate eficazmente a precariedade. As soluções da direita para a crise do emprego em Portugal, que passaram por tirar proteção aos contratos permanentes e tornar ainda mais flexíveis os contratos a termo, não funcionaram. Afinal, era preciso agir em sentido oposto: limitar o recurso aos contratos a termo, criar incentivos mais fortes à contratação permanente, e garantir que a legislação é cumprida. E não é promovendo a unilateralidade, esvaziando a negociação coletiva e desvalorizando a concertação social que se constroem equilíbrios. Demonstrou-se que o reforço da dimensão coletiva e a aposta no diálogo social são fundamentais para alicerçar a política laboral e salarial.

Porém, não podemos ficar pelos resultados já alcançados. Reconhecemos que é preciso continuar a trabalhar a convicção de que um mercado de trabalho regulado não é apenas uma necessidade, mas um motor essencial do progresso e da igualdade.

Defendemos, por isso, o aumento do salário mínimo nacional numa perspetiva plurianual, o fortalecimento da negociação coletiva e o investimento em qualificação e em formação para a promoção do ato formativo não como um ato casuístico mas como uma necessidade inerente à atividade profissional durante toda a vida ativa, ao mesmo tempo que devemos explorar formas inovadoras de redução da jornada de trabalho. Defendemos um mercado mais justo e com maior grau

de inovação, capaz de gerar emprego de qualidade e de acrescentar valor à nossa economia. Para o efeito, impõe-se continuar a combater a precariedade e a defender políticas ativas direcionadas para a criação de emprego de qualidade.

Temos uma preocupação particular com os jovens, com os desempregados de longa duração, com os menos qualificados, com os grupos mais vulneráveis, mas temos também com uma preocupação de fundo com a criação de emprego nos territórios do interior e com a valorização das empresas mais inovadoras.

No combate à precariedade, apesar do PREVPAP, do reforço dos meios humanos e técnicos da ACT e das alterações ao Código do Trabalho introduzidas em 2019 - no âmbito do Programa de Ação para Combater a Precariedade e Promover a Negociação Coletiva -, e em 2023, no âmbito da Agenda do Trabalho Digno, os desafios persistem. A precariedade desestrutura as relações sociais, amplia a insegurança e alimenta o medo. Por isso, merecerá um compromisso muito forte com a completa implementação da Agenda do Trabalho Digno e com o permanente diálogo com os parceiros sociais no sentido de identificar e corrigir os desequilíbrios do mercado de trabalho.

Ao mesmo tempo, é preciso evitar a tentação de fazer alterações sucessivas à legislação. Fizemos reformas importantes na nossa legislação laboral, mas é preciso garantir que a lei é cumprida. É, pois, preciso prosseguir o reforço dos meios da inspeção do trabalho, tanto do ponto de vista dos meios humanos, como da modernização da atividade inspetiva. Uma ACT mais sofisticada e com uma intervenção mais direcionada será uma inspeção do trabalho eficaz para o combate aos vínculos precários injustificados e às modalidades atípicas de emprego que se vão consolidando, como é caso do número crescente de falsos empresários em nome individual, além das situações mais típicas do recurso abusivo ao trabalho temporário.

Ao mesmo tempo, é prioritário promover uma melhor conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, aprofundando a discussão sobre novas formas de trabalhar e de organizar o tempo de trabalho. Para o efeito, é preciso explorar abordagens inovadoras, como a implementação de creches nos locais de trabalho. Defendemos também a aposta na redução da jornada de trabalho, e assumimos o compromisso de avaliar o modelo da semana de quatro dias - exemplo já com algumas provas dadas de que a redução do tempo de trabalho pode ser benéfica para as pessoas e as organizações.

Na formação profissional, dispomos de um ativo para responder a um mundo em constante alteração, especialmente na dupla transição verde e digital. A qualificação e a requalificação dos ativos empregados e desempregados deverá ser prioritária. É preciso fazer valer o enorme legado do PS na elevação das qualificações dos portugueses e deve prosseguir esse caminho, com a valorização da experiência adquirida no percurso profissional e no acesso à aprendizagem ao longo da vida, essencial para a atualização das formas de trabalhar. Só teremos desenvolvimento económico com inovação e esse só será inclusivo se a inovação facilitar a adaptação dos trabalhadores às novas realidades com um forte apoio do Estado.

Para garantir que as alterações dos meios de produção e do mercado laboral são justas, é preciso reforçar e aprofundar o diálogo e o modelo assente na concertação social, com o objetivo de tornar mais representati-

vos os movimentos associativos patronais e sindicais. Para tal, é fundamental fortalecer as estruturas de representação coletiva dos trabalhadores. O PS tem um legado histórico na afirmação da liberdade e da pluralidade sindical, bem como na afirmação do dinamismo da negociação coletiva e na defesa de uma participação ativa dos sindicatos na concertação social. Temos o dever não apenas de honrar esse legado, mas de o aprofundar, procurando estancar a tendência de decréscimo da densidade sindical e, assim, defender a voz dos trabalhadores, tanto à mesa das negociações com as empresas, como no diálogo tripartido.

Precisamos aprofundar o diálogo entre as estruturas representativas dos trabalhadores e as entidades patronais enquanto promotor do desenvolvimento empresarial e fator de redução da conflitualidade laboral, promovendo mecanismos de promoção da participação de representantes dos trabalhadores nas políticas das empresas.

No entanto, sendo o trabalho um pilar de desenvolvimento social, não é a solução para todas as pessoas. Assim, para públicos altamente vulneráveis, em situação de privação material severa ou de contextos sociais difíceis, antecede a entrada no mercado de trabalho um efetivo investimento na sua capacitação social. A capacitação deve garantir que os cidadãos adquiram as competências mínimas para trabalhar, e a solução passa pela aposta nas qualificações e na educação formal e não formal.

A nossa visão é a de uma sociedade onde o trabalho é mais do que uma transação económica - é uma expressão de dignidade e liberdade. Ao investir nas qualificações, fortalecer o diálogo social e criar políticas que promovam uma distribuição justa de riqueza, estamos a construir mais do que uma economia robusta, um país onde todos têm a oportunidade de prosperar.

## UMA FISCALIDADE MAIS JUSTA E AMIGA DO RENDIMENTO DAS FAMÍLIAS

Embora o salário represente a maior fatia do rendimento familiar disponível, o Estado influencia este rendimento, seja intervindo através da fiscalidade, seja através da provisão de serviços públicos e da prestação de apoios sociais.

No plano da fiscalidade, o debate público centrou-se nos últimos anos no aumento da "carga fiscal", que subiu de 34,4% em 2015 para 36,4% em 2022 - um aumento mais influenciado pelo crescimento das contribuições sociais (que cresceram 53%, fruto do aumento do emprego) do que dos impostos diretos (cresceram 33%) ou dos indiretos (cresceram 39%). Apesar deste aumento, a carga fiscal em Portugal mantém-se bem abaixo da média europeia (de acordo com os últimos dados disponíveis, em 2021 a carga fiscal em Portugal era de 35,1% e a média europeia de 40,1%).

No entanto, este debate tem passado ao lado da discussão da justiça social, e da forma como distintas formas de tributação impactam no rendimento disponível de diferentes famílias. A justiça fiscal - um dos princípios centrais de um sistema fiscal, a par do seu contributo para o crescimento económico, a sua eficiência, simplicidade e transparência - está diretamente ligada à sua progressividade, que significa que a proporção do rendimento que é tributado cresce à medida que esse rendimento vai subindo. O imposto que garante a progressividade do sistema fiscal é o IRS, com mais de

metade da receita a ser paga por cerca de 10% das famílias com mais rendimentos. Ao longo destes anos, fruto das várias alterações, o governo do PS devolveu €2 mil milhões de receita do IRS até 2023, a que devemos somar os cerca de €1,3 mil milhões da redução de receita prevista no OE2024. Daqui resulta um valor superior aos cerca de €3 mil milhões arrecadados com o “enorme aumento de impostos” de Vítor Gaspar em 2013.

Sem diminuir a importância das várias reduções da tributação sobre os rendimentos do trabalho que foram concretizadas - e a ponderação que devem merecer novas reduções no futuro dirigidas aos rendimentos médios -, é preciso lembrar que quase metade dos portugueses não auferem rendimentos suficientes para pagar IRS, pelo que, quando baixamos este imposto, estes contribuintes em nada beneficiam dessa redução.

Por isso, a forma da política fiscal beneficiar os contribuintes com rendimentos mais baixos deve focar-se nos impostos indiretos, cujo peso na estrutura da tributação - face aos impostos diretos - em Portugal é elevada face à média europeia (42,9% vs. 32,5% em 2021). Costuma dizer-se que os impostos indiretos são cegos do ponto de vista da justiça social; talvez sejam cegos, mas não são neutros: estes impostos consomem uma percentagem superior do rendimento das famílias que têm rendimentos mais baixos do que os rendimentos das que auferem valores mais elevados. O imposto indireto mais importante é o IVA, que representava, em 2022, 61,5% da receita dos impostos indiretos, e 25,3% de toda a receita fiscal. Este é o imposto a que praticamente nenhum contribuinte consegue evitar, independentemente do seu nível de rendimento e dos bens ou serviços consumidos. Seria importante estudar formas de reduzir a tributação indirecta que mais impacta no rendimento disponível das famílias com mais baixos rendimentos. Ao mesmo tempo, devem ser encontradas formas de reduzir a fatura fiscal da energia, de modo a combater a pobreza energética.

#### 4.ª MISSÃO UM ESTADO SOCIAL FORTE, MODERNO E INCLUSIVO

##### UM ESTADO SOCIAL PARA GARANTIR OS DIREITOS SOCIAIS E COMBATER A POBREZA

**O Estado Social é uma das maiores conquistas da nossa democracia.** Consolidado ao longo dos últimos 50 anos, permitiu a construção de uma rede pública de escolas, que garante o acesso de todos à educação básica e secundária. Numa lógica de cobertura universal e territorial, permitiu igualmente o acesso a cuidados de saúde, com a criação do Serviço Nacional de Saúde. Na segurança social, um sistema público de pensões e reformas, a par do reconhecimento progressivo de direitos e de apoios nas situações de desemprego, doença, pobreza e exclusão social.

**Os serviços públicos universais e de qualidade são o cerne do Estado Social.** E o PS esteve, desde a primeira hora, empenhado na sua criação e desenvolvimento. E **não há serviços públicos universais e de qualidade sem uma Administração Pública valorizada nas suas remunerações, qualificações e direitos**, a par de uma gestão eficiente dos recursos

disponíveis e de uma atuação centrada nos cidadãos. A saúde, a educação e a segurança social constituem os domínios do nosso Estado Social em que mais se avançou em termos de provisão pública. Contudo, e dada a sua criação tardia, que não permitiu avançar em todos os domínios, o nosso Estado Social é ainda imperfeito. Nos últimos anos, foram dados passos muito importantes na constituição de um verdadeiro parque habitacional público, que contribua para suprir a escassez de oferta *desmercadorizada* de habitação e a regulação de preços. E, no âmbito da ação social, e em cooperação com as organizações do terceiro setor, foram progressivamente criadas respostas diversas, sobretudo ao nível da infância (creche e pré-escolar) e do apoio a idosos. Importa que a cultura, pela sua importância inquestionável na formação de cidadãos, seja também progressivamente afirmada e materializada como um direito de todos e uma dimensão integrante das políticas sociais.

**Um Estado Social robusto contribui decisivamente para criar as condições de igualdade necessárias a uma verdadeira liberdade.** Mas o Estado Social não representa apenas a concretização efetiva dos direitos sociais fundamentais reconhecidos, na verdade, é também economia, gerando riqueza e contribuindo, de forma decisiva, para o crescimento económico e o desenvolvimento. É preciso lembrar, sempre, que o Estado Social é emprego (médicos, professores, técnicos de serviço social, etc.). É o garante do acesso de todos à escolarização e às qualificações, à saúde, à dignidade mínima e ao bem-estar. E que favorece a atividade das empresas e dinamiza os diferentes setores da economia. Por isso, a sua consolidação, reforço e aprofundamento será uma das prioridades do PS na próxima legislatura.

Depois dos ataques ao Estado Social desferidos pelo Governo da Troika, entre 2011 e 2015, com cortes orçamentais na saúde, educação e na segurança social e ação social, indissociáveis da redução de prestações, da degradação deliberada dos serviços públicos e da desvalorização dos seus profissionais, os governos do PS, no âmbito da solução governativa encontrada em 2015, foram progressivamente reconstituindo as condições necessárias a uma resposta do Estado Social que vá ao encontro das necessidades e expectativas dos cidadãos. Mas não só: foi também ampliado o quadro de respostas existente, com, por exemplo, a introdução dos manuais escolares gratuitos, a eliminação das taxas moderadoras, o regresso a uma política pública de habitação ou a criação de um novo quadro de apoios aos cuidadores informais.

São oito os desafios transversais do nosso Estado Social a que o PS dedicará todo o seu empenho na próxima legislatura.

**Atrair e reter profissionais** e dotar os serviços públicos de trabalhadores e dirigentes capacitados, qualificados e motivados, assegurando a sua valorização e estabilidade e garantindo perspetivas de futuro constitui, hoje, um dos maiores desafios do nosso Estado Social. Neste âmbito, a revisão das carreiras no sentido de as tornar mais atrativas, a melhoria das condições de prestação do trabalho e a recuperação gradual do tempo de serviço que esteve congelado constituem respostas essenciais e inadiáveis. Trata-se, por um lado, de contrariar o envelhecimento de quadros (particularmente expressivo no caso da educação) e, por outro lado, de estancar a sua migração para o setor pri-

vado (como sucede na saúde).

**Combater a precariedade e reduzir o recurso à prestação de serviços:** sempre que estão em causa necessidades públicas permanentes, as soluções precárias, que induzem à rotatividade, não são a solução, comprometendo a organização dos serviços e a constituição de equipas estáveis, essenciais para criar uma cultura de serviço público e dar respostas de qualidade.

**Reforçar os mecanismos de provisão pública direta.** Nas áreas onde esta é ainda insuficiente, como sucede no caso da habitação e da ação social, importa prosseguir o aumento da oferta, expandindo a rede e a capacidade de resposta.

**Assegurar o interesse público quando se recorre à provisão pelo mercado ou no âmbito da colaboração com o setor social e cooperativo.** Nos domínios em que a provisão pública direta é ainda deficitária, e no âmbito da cooperação com organizações do setor social, **é necessário valorizar o seu papel e fazendo-as participar das políticas públicas** (cobertura territorial, equidade no acesso, cumprimento dos padrões de contratação da provisão pública).

**Regulação da provisão privada.** Tendo em vista assegurar o acesso a bens sociais, quando estes são objeto de provisão pelo mercado (como sucede no caso da habitação), **importa adotar, quando necessário, o reforço de mecanismos de regulação.** De facto, e nomeadamente quando estão em causa dinâmicas especulativas, o papel regulador do Estado é essencial para assegurar o acesso de todos a direitos sociais constitucionalmente consagrados.

**Superação de lacunas do Estado Social e resposta a questões emergentes de bem-estar.** A revitalização do nosso Estado Providência passa igualmente pelo reforço da resposta em domínios onde a mesma é ainda insuficiente e tenderá a ser cada vez mais premente. **Neste âmbito, a questão das respostas ao envelhecimento da população, no âmbito da proteção social dos idosos, adquire particular relevo.**

**Modernização.** A consolidação e aprofundamento do nosso Estado Social passa igualmente pelo aumento da sua eficácia, ao nível da celeridade, adequação e agilidade das respostas.

**Reforçar a cooperação entre a administração central, regional e local.** A consolidação do nosso Estado Social e uma maior eficácia das suas respostas nos diferentes domínios, implica o reforço da cooperação entre os serviços da administração central, regional e local.

##### UM SNS UNIVERSAL, FORTE E RESILIENTE

**Na saúde é preciso defender e consolidar o SNS.** O SNS é um dos pilares do Portugal democrático e a grande construção dos socialistas no pós-25 de abril. A melhoria progressiva, e significativa, da qualidade de vida dos portugueses nos últimos 50 anos é indissociável da criação de um sistema público de saúde universal e tendencialmente gratuito. Na realidade, o que distingue o SNS dos demais prestadores de saúde é a sua orientação apenas pela melhoria do estado de saúde e o facto de ter na preservação e melhoria dos índices de saúde da população o seu único objetivo.

Ao longo dos últimos 8 anos, os governos do PS deram um novo impulso ao SNS, reforçando as suas valências

e criando as bases orçamentais para a sua resiliência e sustentabilidade, seja através do Orçamento do Estado, seja através dos investimentos do Plano de Recuperação e Resiliência. O orçamento do SNS aumentou em mais de 5,6 mil milhões nos últimos 8 anos e conta hoje com cerca de 150 mil profissionais, mais 25% do que em 2015.

Além disso, foi aprovada a Lei de Bases da Saúde, o Estatuto do SNS e, por seu efeito, a Direção Executiva do SNS. **Todas estas reformas devem ser concluídas, monitorizadas e avaliadas, devendo o futuro Governo do PS promover as alterações que sejam necessárias, em diálogo com os agentes do setor, incluindo associações de utentes.**

Apesar do grande investimento nos últimos anos, os portugueses despendem uma parte elevada do seu rendimento em saúde. Segundo o Eurostat, cerca de 29,7% do financiamento do sistema de saúde vem dos pagamentos individuais e não da receita de impostos. Esta despesa está essencialmente relacionada com o pagamento de serviços que não encontram a sua resposta plena no SNS.

A melhoria constante do SNS tem de passar, assim, por seis eixos fundamentais: i) valorizar os profissionais da saúde; ii) alargar valências e equacionar a criação de uma rede de atendimento permanente; iii) dotar progressivamente os centros de saúde e unidades de saúde familiar de mais meios de diagnóstico, por forma a aumentar e internalizar a sua capacidade de resposta; iv) investir na revitalização da capacidade tecnológica do SNS; v) promover a saúde, incluindo a saúde mental, através de hábitos mais saudáveis ou de mecanismos de prevenção da doença; e vi) clarificar a relação com os privados.

No que se refere à **relação entre o setor público e o setor privado**, assiste-se, nos últimos anos, a uma reconfiguração do sistema de saúde, marcada pelo aumento da oferta do setor privado. E quando a classe média deixa de recorrer ao SNS, este perde sustentação política e, em última instância, financeira. Há sinais de uma crescente concorrência entre setores e de uma dependência cada vez maior do SNS em relação ao privado. Por isso, os instrumentos de regulação das relações entre o setor público e o setor privado devem ser reforçados e a participação dos privados no sistema nacional de saúde deverá ter por base um quadro operacional com critérios claros.

## UMA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE

**A educação é a base para uma vida decente.** O sistema educativo, e a escola pública em particular, são a alavanca fundamental e determinante de qualquer sociedade democrática. Portugal conhece bem esta equação e tem-na provado já que, sendo uma das conquistas fundamentais da Democracia, como as últimas gerações o demonstram em muitas famílias portuguesas, foi a **escola pública que permitiu quebrar ciclos de pobreza e ultrapassar as condições desfavoráveis do seu contexto.** Foi no contexto dos sucessivos Governos socialistas que a aposta e investimento na Educação moldaram estruturalmente o perfil do nosso país, que tem hoje uma taxa de abandono escolar de 6%, abaixo das metas europeias. Mas a verdade é que as condições socioeconómicas das famílias são ainda um preditor fundamental do insucesso escolar dos alunos. Isto significa que, para mui-

tos, a escola ainda não é capaz de ser fator de mobilidade social, associando-se a ideia de pobreza à de insucesso. Inverter esta realidade continua a ser premente, sendo que tal só é possível se se continuar a apostar numa **escola pública de qualidade**, capaz de responder aos desafios do presente e do futuro, mitigar as desigualdades de partida, formar cidadãos e ser lugar de realização e reconhecimento dos seus profissionais.

Com o ensino obrigatório até ao 12.º ano, primeiro, e a universalização do pré-escolar, mais recentemente, o sistema de ensino vem alargando as respostas que são oferecidas às necessidades diferenciadas que vai enfrentando. Essas respostas foram, aliás, fundamentais para a implementação das políticas educativas de promoção do sucesso escolar, educação inclusiva e promoção de cidadania executadas nos últimos anos e que granjearam o reconhecimento do país no contexto internacional.

Comum a todas essas políticas é a **centralidade no aluno e nas suas necessidades** como pedra angular de todo o sistema, garantindo-se que todas as alterações estão assentes em avaliações de impacto rigorosas e consequentes.

A diversificação das ofertas no ensino secundário é um dos principais ingredientes da redução do abandono escolar precoce, sendo importante **continuar o reforço do ensino profissional e no ensino artístico.**

O PS continuará a dedicar **especial atenção às escolas integradas, aos territórios mais desfavorecidos e à ação social escolar**, bem como à **expansão da oferta do pré-escolar** e ao reforço da **educação inclusiva** das crianças e jovens.

A qualidade do sistema educativo é garantida pelos seus profissionais. De acordo com dados da Direção Geral de Educação e Ciência, resultantes de um estudo realizado, é preciso contratar 34 mil novos professores até 2030. É preciso **investir na carreira, sobretudo no seu início, e voltar a negociar com as associações representantes dos professores as regras relativas ao tempo de serviço**; rever e simplificar as regras de colocação; continuar a investir em condições para incentivar os professores a concorrerem para zonas mais necessitadas e desburocratizar a função docente.

Entendemos haver utilidade em **revisitar o modelo de gestão das escolas, no sentido de aprofundar a democratização dos modelos**, sem prejuízo do processo de descentralização.

## CONTINUAR A INVESTIR EM ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

Um Estado Social robusto e moderno tem de continuar a investir **no ensino superior, na ciência e na inovação.** Quando em 1995, num Governo do PS, foi criado pela primeira vez um Ministério da Ciência, a despesa em Investigação e Desenvolvimento (I&D) representava aproximadamente 0,52% do PIB e a população com ensino superior era inferior a 6%. A despesa nacional em I&D é atualmente de cerca de 1,7% do PIB, dos quais 1% assegurado pelo setor privado e 0,7% pelo investimento público. Estamos, assim, ainda longe da meta dos 3%, numa estrutura de custos com 2% assegurados pelas empresas e 1% assegurados pelo setor público. **Ou seja, esta meta de 3% pressupõe que, nos próximos sete anos, seja feito um**

## esforço de duplicação do investimento das empresas e um reforço substancial do investimento público em I&D.

A atividade científica, a formação avançada de recursos humanos, a produção e transferência de conhecimento e os mecanismos de inovação económica têm, por isso, que ser compreendidos como partes da mesma cadeia de valor e, assim, pensados como políticas públicas integradas. Desta integração resulta o **princípio orientador de fazer refletir nas opções políticas a relação virtuosa entre a política para o ensino superior, a política científica e a política económica e de inovação.**

É pois absolutamente essencial investir no ensino superior e criar condições para que cada vez mais pessoas frequentem esse nível de ensino, designadamente: i) alargar a ação social; ii) reforçar a autonomia das Instituições de Ensino Superior, assegurando um modelo de financiamento de perspetiva plurianual; iii) visitar o modelo de comparticipação nos custos por parte dos estudantes; iv) iniciar um debate em torno das carreiras docentes do ensino universitário e politécnico, bem como da carreira de investigação científica.

Nas **políticas de ciência** é preciso: melhorar a articulação e colaboração entre o Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) e o tecido empresarial; atualizar e reequipar a rede de infraestruturas de investigação; dar continuidade ao processo de convergência com a Europa em ciência, tecnologia e inovação; reforçar a estratégia de internacionalização científica; e aumentar de forma gradual o financiamento público para ciência, tecnologia e inovação e promover o investimento privado.

Mas a política de ciência não é só a que está ligada às empresas e à economia. A ciência do pensamento, a dimensão humana dessa ciência, não podem ser esquecidas. A sua valorização é essencial para a autonomia do Homem e é também essencial para a sociedade.

Nas **políticas de inovação**, assumida como terceira dimensão desta cadeia de valor, deve-se: i) acelerar a implementação das agendas mobilizadoras; ii) criar Plataformas de Inovação Aberta, estimulando as pequenas e médias empresas a utilizar plataformas de intermediação tecnológica; iii) promover a articulação entre as empresas e a rede científica e desenvolver políticas de retenção e captação de talento, bem como apoiar a contratação de doutorados por entidades não académicas, nomeadamente empresas e entidades da Administração Pública.

## UMA SEGURANÇA SOCIAL PÚBLICA COM EQUIDADE E SUSTENTABILIDADE. DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL PÚBLICA

**Na segurança social, é preciso reforçar o sistema público de pensões e a proteção social.** A consolidação de um sistema público de pensões, a par da implementação de mecanismos de proteção social nas situações de desemprego, doença e exclusão constituem pilares indeclináveis do nosso Estado Social, contribuindo de forma decisiva para a concretização dos mais elementares direitos de cidadania e para a redução das desigualdades e da pobreza no nosso país. É ao PS que se deve a criação, na história da nossa democracia, das medidas mais relevantes e efetivas de



combate à pobreza e exclusão, bem como os avanços, mais recentes, no âmbito da inclusão de pessoas com deficiência. No combate à pobreza, **recorde-se a criação do Rendimento Mínimo Garantido (atual Rendimento Social de Inserção)**. Na mesma linha, foi um governo do PS que criou o **Complemento Solidário para Idosos e a Prestação Social para a Inclusão**.

Após quatro anos de governação da Troika, entre 2011 e 2015, que degradou fortemente os apoios aos cidadãos mais desprotegidos, cortando salários e pensões, reduzindo as prestações de desemprego e outros apoios sociais, o PS retomou o caminho de fortalecimento e expansão deste pilar fundamental do nosso Estado Social.

Assistiu-se assim, depois de 2015, não só à reposição de direitos e apoios, mas igualmente à criação e desenvolvimento de novas respostas. Procedeu-se **ao aumento do IAS**, congelado entre 2009 e 2016. **Alargou-se o Abono de Família**, com majoração para os agregados monoparentais e nas situações de deficiência. E procedeu-se, ainda, ao **descongelamento e aumento das pensões**, tendo paralelamente sido atualizados os montantes do RSI e CSI. Melhoraram-se **as condições de acesso ao subsídio de desemprego**, com o fim dos cortes nesta prestação, **e foi criada a prestação para situações de desemprego de longa duração**.

Os governos do PS adotaram medidas que permitiram virar a página da austeridade e recuperar o emprego, com cerca de mais de 600 mil novos postos de trabalho criados desde então. Para lá da valorização do trabalho, por natureza o mais importante fator de inclusão social, a criação de emprego permitiu igualmente melhorar, de forma muito significativa, a sustentabilidade financeira da Segurança Social, mitigando o efeito do fator demográfico e deitando por terra as teses de insustentabilidade do sistema e de necessidade incontornável da sua privatização.

Um Portugal Inteiro não pode prescindir de políticas que reforcem as respostas existentes, respondam a novos desafios e preservem a matriz pública das políticas de inclusão e proteção social. Importa, por isso, **reafirmar o sistema público de Segurança Social**, assente em contribuições e no regime de repartição, assegurando assim a sua solidez e estabilidade financeira, o melhor antídoto para evitar as derivas de privatização ou plafonamento. Tal como é essencial **melhorar os benefícios e aprofundar a proteção dos trabalhadores precários**, criando soluções que respondam a carreiras contributivas interrompidas ou desfavorecidas por contratos frágeis. **Neste âmbito, é necessário avaliar a taxa de formação das pensões das pessoas que estiveram desempregadas ou que, em virtude da intermitência ou precariedade, veem a estimativa das suas pensões degradada**.

Em complemento à pensão em sistema de repartição, todos os trabalhadores devem poder beneficiar de um patamar de proteção que melhore os seus rendimentos através de um mecanismo de poupança apoiado pelo Estado, constituído por esforço conjunto dos trabalhadores e dos empregadores, privilegiadamente obtido na negociação coletiva e executado por um sistema público. A proteção complementar na reforma deve deixar de ser um privilégio de trabalhadores de salários elevados e com poder negociar indivi-

dual. **O PS defende, assim, a criação de sistemas complementares de acesso alargado, a definir no âmbito da contratação coletiva**, acompanhando a generalidade dos países, que dispõem já destes sistemas

A **diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social** tem de ser estudada e debatida, **atendendo não só à questão demográfica, mas também aos desafios colocados pela robotização e pela digitalização**. Não pode ser apenas o fator trabalho a contribuir para a Segurança Social. Devemos considerar os resultados do trabalho da comissão constituída para estudar o financiamento do sistema e equacionar um maior equilíbrio entre as contribuições do capital, trabalho e da tecnologia, num quadro de alargamento das fontes de financiamento da Segurança Social.

No âmbito das pensões, e nomeadamente das pensões mínimas, **importa rever os critérios de acesso ao Complemento Solidário para Idosos**, numa perspetiva de cidadania e emancipação, reconhecendo de modo pleno o direito individual de acesso.

Ao nível das respostas sociais à Infância, é **crucial prosseguir a política de alargamento da rede de creches gratuitas**. Estas medidas consubstanciam, na sequência das melhorias introduzidas ao nível das licenças de parentalidade, opções políticas relevantes no apoio às famílias e à natalidade. O alargamento destas ofertas continuará, pois, a ser assumido e reforçado, como prioridade no quadro das políticas de família.

Nas respostas sociais aos idosos, **é preciso contribuir para um envelhecimento digno numa sociedade cuidadora**, que passe por diversificar e melhorar as medidas já existentes, aprofundando as dimensões da vida independente e em contexto. Neste âmbito, é necessário reforçar e desburocratizar os apoios à adaptação das habitações e dos edifícios, **rever e alargar as condições de elegibilidade do cuidador informal** e capacitar os cuidadores e os próprios cidadãos seniores, tirando partido de soluções tecnológicas existentes. Deve-se ainda criar uma “via verde” de acesso e ligação dos profissionais de saúde hospitalares aos profissionais de saúde das estruturas residenciais para pessoas idosas, evitando o internamento, e implementar novos modelos habitacionais dirigidos especificamente à terceira idade.

**No combate à pobreza**, tomando como ponto de partida a Estratégia Nacional recentemente aprovada pelo Governo, importa definir planos de intervenção que potenciem respostas transversais e em contexto, no quadro de uma maior articulação entre o Estado central, nas suas diferentes áreas governativas e serviços, e as autarquias locais. Trata-se, neste âmbito, de estabelecer programas sociais robustos, centrados, entre outras dimensões, no reforço dos apoios à educação e na assistência a famílias de baixos rendimentos, numa perspetiva emancipatória, por forma a reduzir as desigualdades e criar oportunidades iguais para todos, generalizando, sempre que possível, a atribuição automática de prestações sociais.

Os sem abrigo são um dos universos em que importa atuar. Portugal não pode continuar a figurar entre os países onde esta situação persiste. Importa aprovar programas robustos, em conjunto com as autarquias e com a sociedade civil, para se erradicar este universo de pobreza.

## UMA HABITAÇÃO DIGNA E DE QUALIDADE PARA TODOS

**A habitação digna, de qualidade e sustentável para todos é essencial para** a vida de cada um, mas também para a qualidade da nossa vida coletiva. É a centralidade do projeto de vida de cada pessoa e de cada família. **É o nosso primeiro direito**.

Os últimos anos de recuperação económica, indissociável da recuperação de direitos, rendimentos e serviços públicos, permitiram atenuar as desigualdades no país. Porém, no que respeita ao direito à habitação, a realidade é distinta.

O facto de a recuperação da economia ter acontecido a par com o desenvolvimento do turismo e do imobiliário, fez com que a habitação tivesse de algum modo ficado para trás, encarecendo e tornando-se socialmente menos acessível, concretizando um mercado de vencedores e vencidos e gerando dinâmicas de gentrificação, que se traduzem na proibição material do direito à cidade e à escolha de aí se construir a vida.

Porém, não seria uma reflexão justa aquela que atribuisse a responsabilidade pela atual condição da habitação ao turismo e rejeitasse que estamos perante um domínio de atuação do Estado que se caracteriza por um défice estrutural de intervenção. Em cerca de 45 anos de democracia, tomou-se como natural a ausência de uma política pública de habitação robusta e plural, capaz de contrariar os excessos e as situações de crise provocadas pelo mercado. Aliás, a atual questão da habitação constitui, em grande medida, o resultado de a sua provisão ter sido entregue, quase totalmente, aos promotores privados.

Como resultado de décadas de secundarização das políticas de habitação, temos hoje um parque habitacional público insuficiente e inadequado, o que torna a habitação particularmente vulnerável a choques e propensa à eclosão de crises. Ao mesmo tempo, a nova oferta, já de si escassa, foi sobretudo orientada para os segmentos mais elevados.

No caminho que começámos em 2016, **o PS rompeu com décadas de política de habitação de cariz assistencialista e deu um novo impulso na afirmação do direito à habitação com cariz universal, dando-lhe a centralidade de efetivo pilar do Estado Social**. Com a aprovação de uma Lei de Bases da Habitação e com o desenho de uma Nova Geração de Políticas de Habitação, foi possível criar a arquitetura estruturante deste direito e afirmar que, além da habitação, importa também garantir uma habitação condigna, de serviços envolventes, atribuindo papel central aos municípios e ao envolvimento das comunidades na definição das políticas de habitação.

Assumida a centralidade das políticas da habitação para afirmação da vida em comunidade e para a consolidação do Estado Social na realidade nacional, as respostas aos desafios da habitação dos próximos anos devem incidir em três eixos.

**Aumento da oferta pública de habitação**. De forma a mitigar o desequilíbrio entre procura e oferta disponível, e assim responder às famílias que não encontram solução por via do mercado, foi lançado o maior plano de investimento público de habitação da história da democracia portuguesa, assente na soma das valências da atuação central e municipal de modo a responder às famílias em situação de grave carência habitacional. **Como resultado, teremos hoje mais de**

**2.500 casas entregues, 18.000 encontram-se em fase de projeto ou construção e serão entregues mais de 30.000 casas até 2026.**

Este esforço sem precedentes não se pode limitar nem no tempo nem ao quadro de investimento do PRR. **O investimento na requalificação, no alargamento e na diversificação do parque público de habitação deve ser um desígnio duradouro.**

Importa continuar a trabalhar com os municípios em instrumentos que permitam, de forma justa e equilibrada, a **promoção integrada de soluções a custos controlados no licenciamento de novos projetos.**

Como forma de resposta à pressão da procura, mas também de desenvolvimento do país e de compatibilização com as demais áreas económicas, é necessário **promover soluções sustentáveis e inovadoras nos projetos de nova construção e reabilitação do parque habitacional, bem como dinamizar o setor e as indústrias que o suportam, promovendo a utilização de recursos endógenos e a capacidade de desenvolvimento e exportação de conhecimento e bens,** posicionando a habitação como motor do modelo de desenvolvimento e de reindustrialização que ambicionamos para um Portugal Inteiro. É necessário criar um quadro legal que permita a conversão e transformação de espaços comerciais e de serviços em habitação de custos controlados, alterando para o efeito o regime jurídico da propriedade horizontal automática.

O nosso país deve contribuir ativamente para estabelecer um compromisso europeu com o setor da habitação, garantindo que a política pública nesta matéria **é entendida como serviço público, a par da compatibilização das diretivas europeias com a necessária prioridade na resposta à crise habitacional. Habitação como resposta coletiva.** Responder ao problema da habitação exige um esforço coletivo e transversal, sendo essencial o papel das empresas e do setor da construção. Importa, por isso, **promover condições para que o setor privado construa habitação compatível com os rendimentos das famílias.**

Queremos igualmente **revitalizar modelos de cooperação.** A Nova Geração de Cooperativismo para a Promoção de Habitação Acessível, prevista no Mais Habitação, deverá ser orientada para o arrendamento sem fins lucrativos, dirigida a todas as classes socioeconómicas, numa lógica de inclusão social.

As políticas de habitação implicam também uma atenção particular ao património construído. Importa, por isso, concretizar a reabilitação de todo o património público construído, de forma hierarquizada e tendo em conta o estado de conservação dos edifícios, reforçando a sua sustentabilidade e segurança e mitigando as situações de pobreza energética que ainda se verificam.

**Tornar o mercado habitacional mais justo e equilibrado.** Ao longo dos últimos anos, o PS atuou no setor da habitação com o intuito de reequilibrar a relação entre senhorios e arrendatários, promovendo assim um mercado mais justo e regulado e que procura estabelecer uma maior relação de confiança entre as partes. Com base na Lei de Bases da Habitação, bem como em medidas do Mais Habitação dirigidas ao arrendamento, é fundamental criar uma Lei do Arrendamento Familiar elaborada com os contributos dos diversos agentes envolvidos, e que possa equilibrar direitos e deveres de

proprietários e inquilinos, bem como restaurar a confiança no mercado de arrendamento privado.

Sendo um fator crítico para os **jovens**, a política de habitação deverá continuar a assegurar respostas que contribuam para a construção dos seus projetos de vida. Por um lado, alargando a oferta de apoio ao alojamento estudantil, de modo a abranger estudantes deslocados com rendimentos intermédios. Por outro, ampliando o apoio ao arrendamento para jovens, mediante elevação do limite de rendas e de rendimentos e assegurando a sua automaticidade, como sucede com o atual subsídio de rendas.

## O DIREITO À CULTURA COMO PARTE DO ESTADO SOCIAL

Desde a década de sessenta do século passado que o **direito à cultura** é entendido como o culminar do Estado social. No âmbito da **política cultural**, importa superar a ultrapassada dicotomia entre património e artes vivas, consolidando a reorganização estratégica em curso no **setor dos museus e do património cultural.** É fundamental inverter o crónico subfinanciamento das instituições culturais, a começar pelos **museus nacionais**, acompanhando o inédito investimento que se está a realizar via PRR na conservação e requalificação de tantos monumentos e equipamentos culturais, vencendo o gravoso desinvestimento a que a direita submeteu a cultura.

Em termos de política cultural, a aposta na **internacionalização da cultura** e dos artistas portugueses revela-se um desígnio inadiável, associando-se à promoção de um turismo qualificado ou aos esforços da diplomacia económica.

Num quadro de persistentes assimetrias regionais e de crescimento da imigração, os desígnios da **integração e da inclusão social, da coesão territorial** ou mesmo do diálogo intergeracional e do envelhecimento ativo são indissociáveis de uma política cultural consistente e consequente, que não pode descurar os territórios de baixa densidade e os meios rurais mais isolados, onde a oferta é escassa ou mesmo nula.

Porque não há obras de arte nem espetáculos sem criadores e sem profissionais do setor, impõe-se prosseguir um caminho de valorização e estabilização da sua condição laboral, atendendo ao fenómeno da intermitência, e **revisitar o recém-criado Estatuto dos Profissionais da Cultura**, de modo a identificar eventuais insuficiências.

A política cultural de um Governo não pode ser só assumida por um ministério setorial. Deve assumir-se na transversalidade de políticas de cultura de todos os ministérios que se integrem com as regiões e as autarquias. E também deve ligar-se aos inúmeros promotores de natureza associativa e privada.

## 5.ª MISSÃO UM TERRITÓRIO INTEIRO E UMA TRANSIÇÃO JUSTA

### UM PORTUGAL INTEIRO QUE VALORIZA TODOS OS TERRITÓRIOS E ASSUME UMA POLÍTICA PÚBLICA DE CIDADE

Um **Portugal inteiro valoriza todos os territórios.** O interior tem ativos territoriais fortes. Um deles são

as cidades e eixos urbanos, que devem ser âncoras de desenvolvimento e onde há mais capacidade para fixar população através de economias fortalecidas e de provisão pública justa.

Só seremos um país desenvolvido e próspero se soubermos que **cuidar do interior e dos territórios de baixa densidade** não é só respeitar o povo que nunca desistiu das suas terras, mas também pensar no **desenvolvimento de Portugal como um todo - como um país inteiro.** E para isso é preciso investir nas cidades do interior como polos de atração e de desenvolvimento, criando eixos urbanos. O interior não é um espaço plano e uniforme, tem âncoras, que são as cidades, que melhor podem dar apoio à baixa densidade que a rodeia.

A par deste processo, devem adotar-se medidas de incentivo à atração e fixação de pessoas nos territórios de baixa densidade, investir em infraestruturas, cumprir a descentralização, desenvolver parcerias regionais, apoiar as atividades económicas locais e promover o turismo regional quer através de incentivos fiscais, quer através de investimentos diretos. A digitalização da economia e o recurso crescente ao trabalho remoto constituem uma oportunidade de atrair população para territórios que estão a perder população. É preciso **dotar todo o território nacional de transportes públicos eficientes e de estruturas e dinâmicas económicas locais**, redistributivas e ecológicas, diversificadas e resilientes, que incentivem os circuitos curtos, nomeadamente através da produção e consumo locais e de uma articulação mais robusta entre serviços/indústria, governos locais e conhecimento técnico-científico.

Portugal precisa de **expandir as suas zonas urbanas e metropolitanas em todo o território**, pois economias dinâmicas precisam de centros culturais e económicos capazes de reter jovens. Importa, pois, estabelecer uma efetiva **Política Pública de Cidade**, uma estratégia urbana clara, a cargo de uma entidade robusta e competente que tenha como função cuidar das cidades e que seja responsável pela concretização das diretivas europeias nesta matéria. Neste âmbito, deve ser **reforçada a cooperação territorial intranacional** assente numa lógica de **Redes Urbanas.**

Um modelo territorial de desenvolvimento tem de assentar numa política conjugada de combate às disparidades regionais, que inclua os sistemas urbanos, as grandes infraestruturas de transportes e comunicações, a mobilidade integrada, a partilha de serviços públicos e a gestão do património público, numa lógica descentralizadora e com uma perspetiva estratégica. O empoderamento das **Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional** é crucial para a correção dos défices de coordenação entre financiamento, gestão e implementação de políticas de desenvolvimento territorial. É necessário prosseguir, monitorizar e avaliar em tempo útil, e com indicadores qualitativos e quantitativos, o procedimento de integração dos serviços desconcentrados do Estado nas CCDR, o que permitirá retirar importantes lições para um processo participado de regionalização. Para tanto, devem assumir o papel de **Agências de Desenvolvimento Territorial com uma mais estreita e direta articulação com a orgânica governamental** e ser reforçadas com mais meios financeiros e humanos.

A **regionalização**, alicerçada num amplo consenso político e social, e a **descentralização**, como formas de criar e reforçar níveis intermédios – regionais, locais e paroquiais – de decisão legitimada democraticamente, que prossigam os interesses das populações e dos territórios que representam, são processos a implementar e aprofundar, respetivamente. Neste contexto, o passo que se seguirá será o de avaliar o movimento de descentralização e afinar aspetos relevantes da sua operacionalização no que respeita ao financiamento adequado para as várias missões, clareza no relacionamento entre municípios e freguesias e garantia de reforço de meios para a sua concretização.

A **reorganização do Estado através da transferência de competências para níveis infraestruturais** permite aumentar a legitimidade democrática das decisões administrativas e a responsabilização dos seus autores, definir políticas públicas ajustadas aos diversos tipos de territórios de forma mais participada, tornar mais eficiente a gestão pública e melhorar a qualidade dos serviços públicos.

A **promoção de um planeamento dinâmico e suficientemente flexível**, através da alteração ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, poderá contribuir para a melhor satisfação das necessidades locais. Deve também desenvolver-se uma **efetiva articulação entre o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais e os planos territoriais**.

A valorização dos territórios passa ainda pela **conclusão do Cadastro Nacional de Propriedade Rústica como base para uma da gestão da propriedade em Portugal**, dando sequência ao relatório do Grupo de Trabalho para a Propriedade Rústica constituído pelo XXIII Governo Constitucional.

A **coesão territorial, através de um planeamento dinâmico e reformista**, cumpre-se quando o Estado garantir que qualquer cidadão, independentemente de onde tenha nascido ou onde escolheu viver, consegue ter uma resposta de qualidade em áreas como a saúde, a educação e os transportes.

## UMA POLÍTICA JUSTA DE COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS ASSENTE NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, NA MOBILIDADE VERDE E NO PLANEAMENTO SUSTENTÁVEL

A **emergência ambiental** impõe-se e o *habitat* em que vivemos está sob ameaça. Assistimos a eventos climáticos cuja severidade e frequência aumentam de ano para ano e esta tendência desafia o equilíbrio dos ecossistemas e da biodiversidade, com evidentes impactos no bem-estar e qualidade de vida da espécie humana. A Lei de Bases do Clima reconheceu a situação de Emergência Climática em Portugal e visa desencadear um processo de mobilização da ação climática em todo o território nacional, estimulando a função do **Estado Promotor** de política pública e a **territorialização da Ação Climática à escala regional e supramunicipal**.

Por isso, assumimos o **Ambiente Por Inteiro: um pilar fundamental que temos de proteger com uma visão socialmente justa e intergeracional de combate às alterações climáticas**.

O ambiente não tem limites, por isso o aumento do nível médio do mar, os picos de precipitação, as vagas de

calor, as secas, os incêndios ou as cheias afetam-nos a todos e não terminam nas fronteiras do país, da região, do município ou da freguesia. Precisamos mobilizar toda a nossa energia social para este desafio coletivo, **acelerando as reformas na transição energética e climática e antecipando em 5 anos a neutralidade carbónica para 2045**.

Mobilizar a população para estas transições implica mostrar que é possível aumentar rendimentos, aumentar o emprego e renovar um horizonte de esperança com qualidade de vida em Portugal. Significa que a população de baixos rendimentos não fica esquecida, apesar de ter menor capacidade para fazer face às necessidades de mudança. Significa que existirá uma atenção especial com pessoas desempregadas ou socialmente marginalizadas, com a população envelhecida e migrante.

Para um partido como o PS, conter emissões de carbono, transformando os nossos modelos de desenvolvimento económico e social, significa necessariamente lutar pela igualdade de oportunidades. Reduzindo impostos sobre o fator trabalho e transferindo-os para as atividades económicas mais poluidoras, estamos a transformar o nosso modelo de desenvolvimento para uma economia circular que valoriza o conhecimento, a criatividade e a tecnologia. Temos de colocar toda a ciência e qualificações ao serviço do ambiente e do aumento de remuneração dos trabalhadores.

Temos de investir nas qualificações que aceleram a nossa transição ecológica e são alicerces fundamentais para uma economia de “Empregos Verdes e Azuis”. Assim, teremos mais condições para aumentar salários e corresponder aos desafios climáticos, simultaneamente melhorando a qualidade de vida em Portugal. As migrações e a concentração de população nas cidades impõem desafios às áreas urbanas, mas também ao equilíbrio de ocupação dos restantes territórios, que exigem um planeamento que deve acautelar as necessidades de mobilidade e transportes, redução e tratamento de resíduos, gestão dos ciclos da água, promoção da biodiversidade, produção e consumo de energia ou necessidades de alimentação.

A alimentação, as cadeias logísticas e os transportes são os setores que mais contribuem para as emissões de CO<sub>2</sub>; terão, por isso, uma resposta prioritária na redefinição de estratégias de aceleração das metas de neutralidade carbónica.

Neste contexto, **devemos valorizar a agricultura e os agricultores**, sobretudo em modo biológico, com uso eficiente do solo e da água, de baixas emissões, de proximidade e pequena escala (não só familiar) para incentivar práticas que regenerem a natureza e promovam a **criação de circuitos curtos de distribuição alimentar**. Esta realidade pode **estimular mercados e a economia local e regional**, promovendo o comércio local, o que pode criar mecanismos de justa redistribuição de riqueza.

A **água** significa vida nos ecossistemas, por isso é fundamental acautelar o seu uso eficiente. Desenvolver Planos de Eficiência Hídrica à escala regional e local é imperativo, assegurando o aproveitamento racional dos recursos hídricos e a redução das perdas nos sistemas em alta ou em baixa, imprescindíveis para os grandes investimentos do regadio.

As políticas públicas que promoveram a execução do **Plano Nacional Rodoviário**, ajudaram a aproximar muitos territórios e cidades portuguesas, contudo, fo-

mentaram um modelo de mobilidade assente no automóvel, com externalidades negativas, sobretudo nas cidades e nas áreas metropolitanas. Privilegiar o transporte coletivo e a descarbonização, passa por investir com determinação na **concretização do Plano Ferroviário Nacional**, modernizando a rede de infraestruturas e serviços ferroviários, e na **descarbonização dos restantes transportes**.

A ferrovia é um pilar fundamental da mobilidade sustentável do país e, sendo os serviços urbanos e regionais muito importantes para manter a coesão territorial do país, não podemos deixar de manifestar a ambição portuguesa – que também é europeia – de ter uma rede transeuropeia de transportes segura, confortável, rápida e fiável, onde o **comboio de alta velocidade pode ser a espinha dorsal do seu desenvolvimento**. Este é, sem dúvida, um **setor instrumental para a reindustrialização do país**. Um verdadeiro motor económico que gera necessidade de profissões qualificadas e especializadas. Por outro lado, **a articulação da ferrovia com as infraestruturas aeroportuária e portuária é peça fundamental para o planeamento integrado de transportes do país**.

Nas áreas urbanas, os transportes públicos serão o maior aliado para combater a ineficiência dos congestionamentos e do consumo energético no país. É por isso que, para além de garantir preços acessíveis e tendencialmente gratuitos para jovens e +65, o investimento no aumento da oferta de serviços é prioritário. A par dos transportes coletivos, o **investimento na mobilidade ativa e suave**, nomeadamente na acessibilidade pedonal universal, em sistemas de bicicletas partilhadas e em redes de infraestruturas cicláveis, é central e concretizável no médio prazo.

Na energia, não abdicamos dos investimentos estruturantes que nos colocaram como um país internacionalmente reconhecido pelas renováveis. Temos um **Plano de Energia e Clima** para concretizar. Precisamos de colocar todo o nosso potencial de energias renováveis – em terra e no mar – ao serviço da nossa competitividade económica, mostrando que podemos assegurar custos de contexto substancialmente mais baixos por comparação com outras economias de produção mais intensa em carbono. Importa assegurar a nossa soberania e segurança energéticas com base em energias renováveis como, na eletricidade (hídrica, Eólica, Solar) e nos gases (Biometano, Hidrogénio).

Também o **combate à pobreza energética é uma preocupação** que acompanha o desenho destas políticas públicas de transição justa. Aqui, destacamos a importância do **apoio público às medidas de eficiência energética**, dirigidas, em primeiro lugar, às famílias, como forma de melhorar as suas condições de habitabilidade, bem como de contribuir para o aumento de rendimento disponível dos agregados. Sem esquecer esta prioridade, a eficiência também tem de chegar às empresas e serviços públicos.

A nossa determinação sairá redobrada nas áreas protegidas (terrestres e marinhas), porque um país que não cuida do seu território e dos seus valores naturais, vira as costas ao seu próprio futuro. Isto significa a materialização dos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem e dos Programas Especiais das Áreas Protegidas, bem como a criação do Cadastro Nacional dos Valores Naturais. Finalmente, cuidar do ambiente significa também assegurar o bem-estar animal.

## 6.ª MISSÃO UM PORTUGAL CENTRAL NA EUROPA E NO MUNDO

### UMA PARTICIPAÇÃO SOLIDÁRIA, EXIGENTE E PROPOSITIVA NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO EUROPEIA

**O PS é o espaço comum de quem acredita na liberdade e na igualdade, na dignidade humana, na tolerância e na solidariedade.** Estes valores ultrapassam as fronteiras do nosso país. São centrais para a construção de uma Europa de futuro, solidária entre os países, tolerante no respeito pelas diferenças e coesa na defesa dos seus povos. Como partido europeísta, acreditamos que a UE é essencial para garantir a salvaguarda destes princípios. Como tal, na construção do projeto europeu, Portugal deve ser um país ativo e exigente no debate das ideias e na reforma das instituições.

A construção europeia é uma história de sucesso. Em Portugal, o consenso em torno do saldo positivo dessa integração é especialmente expressivo, mostrando o acerto da opção visionária de Mário Soares e do PS com o pedido de adesão por ele assinado na qualidade de Primeiro-ministro, em 1977. O PS tem um compromisso profundo com a UE, fruto de um processo de integração que permitiu ao país o desenvolvimento das últimas três décadas. O PS é o mais europeísta dos partidos portugueses e deve continuar a sê-lo, pois é no contexto da UE que se inscreve a nossa história contemporânea e o nosso futuro.

A participação empenhada e convicta na UE não significa uma participação passiva e acrítica. Como Primeiro-Ministro, António Costa teve uma ação amplamente reconhecida para que nos últimos anos a resposta europeia fosse muito diferente da que tinha sido na crise de 2008 e muito mais atenta às pessoas e ao emprego.

**A participação de Portugal na UE tem de continuar a ser uma participação solidária, exigente e propositiva.**

Em 2021, a Cimeira Social do Porto, organizada pela presidência portuguesa do Conselho da UE, puxou para o topo da agenda política o desígnio de uma Europa social. Portugal deve defender a continuação e o reforço do investimento social na UE, na linha do salário mínimo europeu adequado, mas também o aprofundamento da cooperação na área da saúde pública.

É preciso assegurar a soberania energética da UE e proceder à sua **reindustrialização**, prevenindo a relocalização de setores-chave para a sua autonomia estratégica.

Na frente da governação económica, **Portugal deve apoiar os esforços em curso no sentido de estabelecer regras mais adaptadas à realidade nacional de cada país.** Os países europeus têm de ter a capacidade orçamental necessária para o desenvolvimento das prioridades europeias no campo social, ecológico e digital.

A evolução vertiginosa da tecnologia digital exige uma

atenção constante aos riscos que ela representa e à forma como se relaciona com os nossos valores fundamentais. Portugal deve apoiar a UE na conceção e na implementação de legislação ambiciosa que enquadre os serviços e os mercados digitais, os espaços de dados europeus e a inteligência artificial, de modo a garantir um ecossistema digital justo e plural.

Nos últimos anos, o crescimento eleitoral da extrema-direita gera inquietações sobre o futuro da Europa. Mais do que nunca, é preciso reafirmar os valores consagrados nos Tratados e na Carta dos Direitos Fundamentais, e também os objetivos do pleno emprego e do progresso social inscritos no Tratado de Lisboa.

Apesar das múltiplas ameaças que pairam sobre si, a verdade é que a UE mantém intacto o seu poder de atração: são oito os países com estatuto de candidatos à adesão, incluindo a Ucrânia. Por via do alargamento a Leste, no início deste século, a UE foi uma notável força democratizadora pela aplicação dos critérios de Copenhaga. É por isso fundamental que os mesmos critérios sejam escrupulosamente observados pelos novos e futuros candidatos.

Portugal pode, e deve, desempenhar um papel fundamental no alargamento da cooperação política, económica, social e cultural também na revitalização das relações entre a UE, *a América Latina e a África, regiões com as quais temos relações históricas privilegiadas.* A UE não pode abdicar de ser um agente de regulação da globalização. Uma das formas de o conseguir é através de acordos comerciais de última geração, que acomodem cláusulas de proteção laboral, social, ambiental e dos direitos humanos.

Por outro lado, enquanto organização que se funda em valores humanistas, a UE tem de assumir as responsabilidades que forem necessárias para pôr fim aos afogamentos no Mediterrâneo e às violações de direitos humanos nas nossas fronteiras. Precisamos de uma política de migrações que garanta a segurança e a integração dos que chegam à Europa.

### UMA POLÍTICA EXTERNA DINÂMICA EMPENHADA NA INTEGRAÇÃO EUROPEIA E NOS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS

No **Mundo**, a vocação da soberania portuguesa é relacionar-se com outras soberanias de forma dialogante e cooperante. A política externa portuguesa tem sido amplamente consensual entre os partidos e os órgãos de soberania e é nossa intenção que assim continue a ser. **Esse consenso tem permitido que Portugal seja visto como um interlocutor com a capacidade de fazer pontes para construir uma ordem internacional mais justa.**

Os pilares da nossa pertença europeia, a nossa visão atlântica, o papel da língua, a disporá, a internacionalização da economia e o multilateralismo, dimensões confirmadas pelos governos do PS, não carecem de qualquer discussão e são sufragados amplamente.

No momento atual, a invasão ilegal da Ucrânia pela Rússia, bem como o escalar do conflito no Médio Orien-

te, são os dois factos que têm dominado a agenda política internacional, mas não nos devemos permitir a secundarização de outras situações de opressão e violência e de outras ameaças à paz na Europa e no mundo, desde a expulsão dos arménios do enclave do Nagorno-Karabakh ao terrorismo islâmico na província do Cabo, em Moçambique. Portugal deve empenhar-se em que estes e outros conflitos não fiquem relegados para a invisibilidade no plano geopolítico, humanitário ou militar.

Em 2022, a injustificável invasão da Ucrânia rompeu com os princípios fundamentais do Direito e da ordem internacional. Portugal deverá continuar a contribuir, no plano bilateral e no plano multilateral, para os esforços de paz e para a autodefesa da Ucrânia, bem como para sancionar a Rússia, procurando atingir a sua capacidade de financiamento da guerra.

O conflito israelo-palestiniano tem escalado de forma alarmante desde os hediondos ataques do Hamas que vitimaram milhares de civis israelitas, a 7 de outubro. Se importa reconhecer ao Estado de Israel o direito a defender-se, não importa menos garantir a proporcionalidade e a ética da resposta militar israelita, a observância do Direito Internacional humanitário e a salvaguarda das vidas da população civil, reconhecendo a enorme precariedade em que esta se encontra na Faixa de Gaza. Nesse sentido, urge um cessar-fogo imediato e duradouro, como tem sido defendido pelo Secretário-Geral da ONU, e cumpre-nos continuar a preconizar uma solução de "dois Estados" à luz das resoluções da ONU. Ao mesmo tempo, é um imperativo histórico e moral deter a vaga de antisemitismo que recrudescer na Europa e no mundo de forma alarmante.

Perante a gravidade destes e de outros conflitos, importa defender o sistema multilateral, designadamente a ONU, enquanto organismo que corporiza as relações internacionais baseadas em regras, continuando a afirmar Portugal a necessidade da reforma do seu Conselho de Segurança.

Neste e noutros universos, seguimos com convicção a orientação de política externa definida pelo Partido Socialista no pós-25 de Abril, em que Portugal assume na sua vontade de fazer pontes com Estados do Sul Global.

Na Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, defendemos o aprofundamento da ligação entre os países e os povos da organização, na dimensão diplomática, linguística, cultural e económica. **A ligação à nossa diáspora é uma matéria especialmente relevante e que irá estar no cerne das preocupações e da atuação do PS.** As comunidades portuguesas no mundo representam uma extensão da nossa pátria, devendo merecer uma atenção renovada ao longo dos próximos anos.

Há que prosseguir o fortalecimento da rede consular com os meios humanos necessários para facilitar o acesso à administração portuguesa.

**Defendemos o alargamento do Ensino do Português no Estrangeiro e o reforço da projeção internacional da nossa cultura. ■**

# POR TODOS. PARA TODOS

## MOÇÃO POLÍTICA DE ORIENTAÇÃO NACIONAL - B

PRIMEIRO SUBSCRITOR  
**JOSÉ LUÍS CARNEIRO**

### 1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O PS é o grande partido da esquerda democrática em Portugal. Um partido popular e interclassista, onde cabem todas e todos quantos querem a liberdade, o progresso, a justiça social e a igualdade de oportunidades. O PS assume-se como um partido progressista, inclusivo e reformista, escorado nos valores fortes da liberdade, da solidariedade e da dignidade, que faz da participação e da mobilização uma forma radical de defesa da democracia e da formulação de políticas capazes de responder às necessidades do País e aos anseios dos cidadãos e das cidadãs.

O PS tem de manter a sua autonomia, com vista a assegurar o seu papel histórico, promovendo entendimentos tanto à esquerda como à sua direita, buscando consensos alargados em áreas estratégicas para o desenvolvimento da democracia e o país.

Esta moção de orientação nacional traça uma visão para o país: um país orientado para o crescimento da economia e do emprego, com trabalho digno e melhores salários, com uma base económica diversificada, assente na inovação e no conhecimento, com justiça social e respeito pela diversidade. Um país crescentemente autónomo do ponto de vista energético e com maior incorporação de energias renováveis no consumo energético total, que protege a biodiversidade e trata melhor dos seus resíduos, promovendo a circularidade. Um país novamente voltado para o mar e para o seu potencial económico, com respeito pela proteção da vida marinha. Um país que aposta na transição energética e na transição digital, sem deixar ninguém para trás. Um país descentralizado, com autarquias locais reforçadas nas suas competências. Um país cuja unidade se faz também através do desenvolvimento da autonomia das regiões dos Açores e da Madeira. Um país democrático, seguro, coeso e resiliente territorialmente, com instituições eficazes e um sistema de justiça eficiente. Um país aberto ao mundo e ciente da sua importância no projeto europeu, na aliança atlântica e na comunidade dos países de língua portuguesa. Um país que procura o bem-estar das portuguesas e dos portugueses no presente, sem comprometer o futuro.

As nossas prioridades são: o crescimento e o emprego, com trabalho digno e melhores salários, pelo que criaremos o Programa Mais PME, para apoio às pequenas e médias empresas; a emergência na habitação, onde defendemos um Pacto para a Habitação, com vista ao aumento significativo do stock de fogos de habitação a custos controlados; e o investimento no setor da Saúde, no âmbito do Compromisso Plurianual para a Saúde, a estabelecer com os agentes e profissionais do setor.

O PS deve organizar a sua proposta política em linha com a mais completa matriz de políticas públicas à escala global: a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O cumprimento desta ambiciosa Agenda exige coerência e convergência de políticas públicas em todos os níveis de governo – nacional, regional e local – e com o envolvimento de toda a sociedade. Esta moção de orientação nacional será, assim, a primeira em Portugal a procurar alinhar a proposta política de um partido político com a Agenda 2030, assegurando o compromisso nacional com essa Agenda e com a visão do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres.

O desenvolvimento sustentável assenta em três pilares – económico, social e ambiental – num quadro de paz, justiça e segurança e concretiza-se através de parcerias.

O programa político do Partido Socialista deve colocar a Europa com maior centralidade. A política europeia já não é, fruto da profunda integração proporcionada pelo projeto europeu, uma refração da política externa. Pelo contrário, é verdadeiramente uma extensão da política nacional.

Por isso, a presente moção está organizada na seguinte sequência: nós na Europa; desenvolvimento económico; coesão social; proteção ambiental; e paz, justiça, segurança e parcerias.

Apresentaremos os nossos valores e grandes objetivos estratégicos, mas também iniciativas específicas representativas das nossas prioridades.

1. Aprovar uma Nova Agenda para a Década, como em 2015, atualizando de forma abrangente e integrada os desafios que o país enfrenta, afirme orientações

políticas para lhes dar resposta e estabeleça objetivo ambicioso de longo prazo.

2. Criar o Programa MAIS PME, com vista a promover a melhoria das condições de financiamento e da tesouraria das micro, pequenas e médias empresas, responsáveis por cerca de 80% do emprego nacional.
3. Renovar os acordos de concertação social em matéria de salários e competitividade e os acordos com os sindicatos da Administração Pública relativos a remunerações.
4. Uma nova ambição para o salário mínimo nacional: propomo-nos fixar as metas adequadas para, em sede de concertação social, reduzir, o diferencial face ao salário mínimo praticado em Espanha, ao longo dos próximos quatro anos.
5. Aprofundar a proteção laboral dos trabalhadores das plataformas digitais, assegurando-lhes um rendimento digno e garantindo à prestação de serviços um rendimento horário proporcional ao da Remuneração Mínima Mensal Garantida.
6. Criar o Programa Agentes da Mudança, com vista a apoiar a contratação de jovens qualificados para apoiar a transição energética e a transição digital nas empresas.
7. Alargar a proteção na infância, assegurando a gratuitidade da frequência do ensino pré-escolar.
8. Promover o Pacto Nacional para a Habitação, com vista a aumentar muito significativamente o parque público de habitação acessível e o fomento da construção de nova habitação e da reabilitação urbana para fins habitacionais, pelo setor privado e cooperativo, alinhando incentivos nos casos em que os imóveis se destinem a habitação a custos controlados.
9. Reforçar o setor da Saúde através da celebração com os agentes e profissionais do setor de um Compromisso Plurianual para a Saúde, com uma programação de investimento em infraestruturas e equipamentos e na dignificação profissional dos trabalhadores do setor.
10. Promover o reforço da rede de transportes públicos e o alargamento do respetivo acesso através de

redução tarifária e reforçar a aposta na mobilidade elétrica.

11. Concretizar, em diálogo com as forças democráticas e os representantes do setor judiciário, um Compromisso para a Justiça, com vista a garantir a sua efetividade em tempo útil no respeito pelas garantias fundamentais do Estado de Direito.
12. Nos primeiros seis meses da nova legislatura, o PS apresentará na Assembleia da República propostas a respeito da reforma do sistema eleitoral, da melhoria da ligação entre eleitos e eleitores, da reforma do sistema de governo das autarquias, sobre a regionalização e sobre a transparência no exercício de cargos políticos e altos cargos públicos.

Pretende-se afirmar políticas públicas que respondam aos desafios do presente, assegurando um futuro próspero e sustentável, uma transição verde e digital, que seja simultaneamente uma transição justa. Que reafirme o compromisso de sempre dos socialistas: não deixar ninguém para trás!

## 2. INTRODUÇÃO

O XXIV Congresso do Partido Socialista ocorre na sequência da interrupção abrupta de uma legislatura em que o PS conquistara o apoio maioritário do povo português e se encontrava a menos de metade de um ciclo de governação que mostrava importantes resultados, mas em que muito trabalho ainda se encontrava em execução.

Os órgãos do Partido Socialista que resultarem deste Congresso enfrentarão um ciclo político desafiante, iniciado com as eleições para a Assembleia da República logo em 10 de março, bem como eleições para o Parlamento Europeu três meses depois, a 9 de junho, e para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, ainda em 2024. Serão também os órgãos que conduzirão o Partido nas eleições para as Autarquias Locais em 2025 e que estarão em funções nos meses que antecedem a eleição para Presidente da República em 2026.

Ciclo político desafiante esse que conformará o PS da próxima década e os seus protagonistas locais, nacionais e europeus. Importa, por isso, olhar para o futuro conscientes de que **só com a participação de todas e de todos os socialistas e dos setores mais dinâmicos da sociedade é possível vencer os desafios que enfrentamos.**

Cabe ao PS a responsabilidade de **reafirmar a relação de confiança que sempre manteve com o povo português e garantir a continuidade da sua governação.** Uma governação de resultados e contas certas. Contas certas que foram asseguradas com crescimento económico, melhoria dos rendimentos das portuguesas e dos portugueses e reforço do Estado Social, em condições exigentes, enfrentando uma pandemia e uma guerra na Europa, a par das suas múltiplas consequências. Foi possível e continuará a ser possível garantir o equilíbrio orçamental sem pôr em causa o crescimento e o investimento e assim reduzir o peso da dívida pública, garantindo um “porto seguro” para a economia portuguesa, num cenário de tanta incerteza internacional. Não compreender a necessidade de reduzir a dívida pública é não compreender o risco que recai sobre a economia portuguesa, sobre as

empresas e sobre as famílias. É não compreender que quanto mais recursos tivermos de alocar ao serviço da dívida, menos recursos podemos investir na qualificação dos portugueses, na saúde e na educação dos portugueses e no desenvolvimento de Portugal.

Num tempo em que ressurgem tendências antidemocráticas e populistas, em que as redes sociais, a desinformação, a automatização e a inteligência artificial, assim como a inflação, configuram novos desafios para sociedade, importa reforçar a cidadania, munindo as cidadãs e os cidadãos das ferramentas necessárias para poderem exercer os seus direitos plenamente.

Este propósito convoca não só os titulares de cargos políticos e públicos, ou a sociedade civil, como as estruturas internas dos partidos políticos, constituindo um dever do Partido Socialista de **liderar pelo exemplo**, seguindo o seu caminho como partido de causas.

O PS prosseguirá o caminho de desenvolvimento do país, promovendo a transformação estrutural da economia portuguesa, elevados níveis de emprego e melhoria contínua dos salários. Garantirá a execução do investimento público, designadamente do PRR e do PT2030, mas assegurando também as condições para a continuação do investimento público aos mesmos níveis ou superiores após o fim desses quadros de financiamento europeu em vigor. O PS continuará a estratégia de eliminação de custos de contexto para cidadãos e empresas, criando ambientes favoráveis ao investimento privado, especialmente ao investimento direto estrangeiro, simplificando a relação de cidadãos e empresas com a administração pública. O PS prosseguirá o rejuvenescimento e modernização da administração pública portuguesa e a transição digital da economia.

O PS defenderá e reforçará o Estado Social e garantirá os serviços públicos de qualidade nas diversas áreas: habitação, segurança social, saúde e educação. Continuará a ser um partido de forte inspiração ecológica ambiental e ambientalista, assegurando a transição climática, de forma inclusiva e justa, sem deixar ninguém para trás. O PS estará à altura do seu legado histórico e proporá um caminho de progresso para o país, as portuguesas e os portugueses.

As nossas prioridades são: o crescimento e o emprego, com trabalho digno e melhores salários, pelo que criaremos o **Programa Mais PME**, para apoio às pequenas e médias empresas, pois estas são responsáveis por cerca de 80% do emprego nacional; a emergência na habitação, onde defendemos um **Pacto para a Habitação**, com vista ao aumento significativo do stock de fogos de habitação a custos controlados; e o investimento no setor da Saúde, no âmbito do Compromisso Plurianual para a Saúde, a estabelecer com os agentes e profissionais do setor.

## 3. UM PARTIDO MOBILIZADOR PARA SUPERAR OS DESAFIOS DO PRESENTE E GARANTIR O FUTURO

O PS celebrou em 2023 os seus 50 anos. É um partido fundador da democracia portuguesa e a grande força de referência do regime democrático. Neste momento da vida coletiva do país cabe ao PS, mais uma vez, garantir a colocação dos interesses do país, das portuguesas e dos portugueses, à frente do interesse do Partido. E, como no momento da fundação da nossa de-

mocracia, o PS deve manter o seu combate pela construção e manutenção de uma base doutrinária própria e autónoma.

O PS é o grande partido da esquerda democrática em Portugal. Sempre o foi e sempre o será! Um partido popular e interclassista, onde cabem todas e todos quantos querem a liberdade, o progresso, a justiça social e a igualdade de oportunidades. O nosso combate – aprendemo-lo com Mário Soares – é pelo socialismo em liberdade! Temos memória de quanto isso custou a construir. E também lembramos que sempre que o PS abdicou da sua autonomia estratégica foi penalizado nas urnas pelo povo português.

Não confundimos alianças com desígnios estratégicos. O PS é um partido charneira do espetro político português. Um partido de pontes e de diálogo, o que já demonstrou por diversas vezes ao longo da nossa história democrática. Nunca foi o PS que rompeu os seus entendimentos com outros partidos. O PS sempre honrou as suas alianças e sempre contribuiu para a estabilidade e para a governabilidade do país. **Por isso, quanto maior é a força eleitoral do PS, mais garantida fica a governabilidade.**

O **PS tem de manter a sua autonomia**, com vista a assegurar o seu papel histórico, promovendo entendimentos tanto à esquerda como à sua direita, buscando consensos alargados em áreas estratégicas para o desenvolvimento da democracia e o país.

O PS assume-se como um partido progressista, inclusivo e moderado, escorado nos valores fortes da liberdade, da solidariedade e da dignidade, que faz da participação e da mobilização uma forma radical de defesa da democracia e da formulação de políticas capazes de responder às necessidades do País e aos anseios dos cidadãos e das cidadãs.

Tão perto de comemorar os 50 anos do 25 de abril de 1974, o PS, como partido republicano e de profundas raízes democráticas, tem o dever histórico de **contribuir para a preservação das instituições democráticas.** Num contexto de emergência de populismos, assentes num longo trajeto de progressivo desencanto das populações perante as respostas dos sistemas democráticos, é fundamental restaurar a confiança dos cidadãos e das cidadãs na democracia e nos partidos políticos. **O PS constituirá sempre um obstáculo à ascensão da extrema-direita.**

Para isso, o PS tem de ter **elevados padrões de exigência ética** com todos os seus militantes ou independentes que disputem cargos políticos e públicos em nome ou por designação do PS. Exigirá, pois, a subscrição por todos os candidatos do PS a cargos eletivos de uma declaração de compromisso em como respeitarão integralmente os princípios e as regras atinentes ao estatuto institucional que vierem a desempenhar.

Como partido de mulheres e homens livres, privilegiará o princípio da liberdade de voto dos Deputados do Grupo Parlamentar em matérias de consciência e nas demais em que o Grupo Parlamentar não declare a necessidade de prevalência da disciplina de voto.

Não há democracia sem partidos, mas há democracia para lá dos partidos. **O PS assegurará canais de diálogo com as organizações da sociedade civil participativa**, com os movimentos sociais, com a academia e as instituições do sistema científico nacional, e abrir o seu funcionamento à participação das cidadãs e dos cidadãos. Em especial, e num espírito de abertura à sociedade civil, o PS promoverá a **criação de Con-**

**selhos de Opinião, integrando pessoas da sociedade civil**, funcionando como estruturas de consulta regular dos órgãos partidários tanto ao nível nacional, como regional e local.

O PS fomentará a **participação das camadas mais jovens da sociedade na vida democrática**, fazendo com que aqueles que já tiveram a felicidade de nascer em liberdade não a tomem por adquirida, sendo seduzidos por projetos políticos que a querem destruir. Investirá na formação contínua dos seus militantes e quadros, com vista a garantir um nível cada vez mais elevado do debate interno e da construção da linha política do Partido, em todas as suas estruturas.

O PS organizará espaços institucionalizados e regulares de contacto, de natureza temática, entre todas as estruturas e os eleitos pelo Partido Socialista ou que exercem cargos políticos por sua indicação, com vista à troca de experiências e informações, bem como à apresentação pelos militantes e estruturas da sua visão e propostas. Estes espaços poderão, quando adequado, evoluir para fóruns de debate temático ou setorial abertos à participação de não militantes, em articulação com os Conselho de Opinião.

A valorização da militância faz-se pela promoção da participação, permitindo a cada militante, de acordo com as suas qualificações e interesses, contribuir para a intervenção pública do Partido e para a valorização das suas políticas. Nesse contexto, o PS intensificará o contacto do Secretário-Geral e do Secretariado Nacional com as estruturas, através da realização de plenários distritais de militantes regulares e espaços de contacto e de trabalho permanente com as Federações. O PS reverá a sua organização interna, com vista a promover um nível de reflexão, coordenação e decisão à escala intermunicipal.

**O PS manterá a sua luta intransigente pela participação igualitária de homens e mulheres na vida política**, bem como a promoção de ambientes acolhedores da diversidade no seu seio. Deve, pois, continuar a aprofundar o princípio da paridade e da igualdade de género a todos os níveis da representação partidária e institucional.

A recuperação da centralidade do mundo do trabalho num Partido com a nossa história e tradição é também da maior importância. A valorização das secções setoriais e temáticas é vital nesse contexto, bem como a valorização da tendência sindical socialista. Em especial nos contextos transformadores que o mundo do trabalho enfrenta na atualidade.

**O PS deve preservar a sua dimensão autárquica e regional**, como o partido com a maior implantação nacional, tendo como ambição continuar a manter a maioria das câmaras municipais, das juntas de freguesias e de votos nas eleições autárquicas, bem como de retomar o Governo da Região Autónoma dos Açores. O mito de que a nível local as escolhas partidárias são menos relevantes não passa disso mesmo: um mito com que se induz em erro o eleitorado. As escolhas de políticas públicas em determinadas autarquias – assim como o retrocesso noutras, bem como no Governo dos Açores – ilustram bem que é o PS que garante o progresso e a qualidade de vida dos nossos concidadãos e concidadãs.

O PS orgulha-se do trabalho desenvolvido pelos seus militantes e dirigentes no Governo dos Açores até 2020 e apoia a retoma dessa liderança progressista na Região, com vista a um desenvolvimento que honre as

ambições autonómicas das populações, em cooperação com os órgãos de soberania da República. Na Região Autónoma da Madeira, o PS nacional deve proporcionar o apoio e a solidariedade de que necessitam os camaradas que em nome do PS exercem uma oposição construtiva, numa situação de preocupação quanto ao exercício de direitos em democracia e de transparência da governação.

A moção de orientação nacional não é um programa eleitoral, muito menos um programa de Governo. Traça as linhas orientadoras gerais de ação do Partido, que enquadram a densificação da proposta política no contexto dos órgãos eleitos na sequência do Congresso Nacional. Assim, após o Congresso comprometemo-nos a aprofundar as orientações da moção, na construção do programa eleitoral. Esse exercício tem de ser aberto a militantes e simpatizantes, em todas as camadas da estrutura, e aberto à sociedade civil, sob coordenação do Gabinete de Estudos. A construção do programa eleitoral deve ser um fator de união e de mobilização do Partido, no caminho para as eleições legislativas. O PS realizará uma profunda reflexão estratégica sobre os desafios do futuro, com vista a aprovar uma Nova Agenda para a Década.

#### 4. A GOVERNAÇÃO DO PS: PALAVRA DADA E RESULTADOS

A governação de António Costa deixa um legado sem precedentes, demonstrando uma alternativa de sustentabilidade financeira e de justiça social. Em 2019 foi atingido o primeiro saldo orçamental positivo da democracia e, em 2023, Portugal voltará a registar um saldo positivo. Em resultado, a dívida pública foi reduzida de 131,5 % do PIB em 2016 para 103 % do PIB em 2023. O salário mínimo nacional subirá 62 %, o que contribuiu para a subida em 26 % do rendimento médio mensal líquido. O robustecimento da procura interna e o incentivo ao investimento permitiu a criação de mais de 600 mil empregos. A economia tornou-se mais competitiva, com as exportações a atingirem cerca de 50 % do PIB em 2022, 5 anos antes do objetivo estabelecido previamente. Desde 2015, mais de 600 mil pessoas saíram da condição de pobreza ou exclusão social e a taxa de privação material e social severa caiu de 10,9 %, em 2015, para 4,9 %, em 2023.

Ao nível da Função Pública, foram repostos todos os cortes salariais aplicados aos funcionários públicos, incluindo a reposição do período normal de trabalho. Foram descongeladas as progressões e, em 2020, foi estabelecida uma recuperação parcial do tempo de serviço em toda a Administração Pública. Mais recentemente, em 2023, foram assinados acordos plurianuais de valorização remuneratória, que inclui a revisão das carreiras gerais e a revisão do sistema de avaliação na Administração Pública.

Na Saúde, os recursos humanos do SNS aumentaram em cerca de 25 % e a dotação orçamental subiu mais de 50 %, resultando num reforço da capacidade assistencial, mesmo que ainda insuficiente para a resposta que ambicionamos.

Foi criado o Centro de Atendimento Consular, que serve hoje comunidades portuguesas em nove países europeus. Foi concretizado o recenseamento eleitoral automático de emigrantes, alargando o universo eleitoral de cerca de 250 mil, em 2015, para 1,5 milhões, em

2022, que resultou numa subida de 28 mil votantes, em 2015, para 174 mil, em 2022. Foi criado o Programa Regressar, que já permitiu atrair 18 mil pessoas de volta a Portugal.

Foi efetuado um esforço de valorização e dignificação das condições para o exercício da especial missão de serviço público das forças e serviços de segurança, bem como foi aprovada a Lei de Programação em Infraestruturas e Equipamentos das Forças e Serviços de Segurança, cuja execução se encontra em curso. Foram aprovadas a Estratégia Integrada de Segurança Urbana e a Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária. Em 2023, o *Global Peace Index* classificou Portugal como o 7.º país mais seguro do mundo, quando em 2015 se encontrava em 11.º lugar. De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna relativo a 2022, a criminalidade violenta e grave registou uma expressiva redução de 30 % desde 2015.

Ao nível da Proteção Civil, alterou-se estruturalmente o modelo de prevenção e combate aos incêndios rurais, com reforço da componente preventiva, foram reforçados os meios operacionais e efetuou-se um reforço da rede SIRESP. Foi, também, aprovado o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Mais recentemente, foi aprovada a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030.

Foram aprovadas medidas orientadas para a modernização, simplificação e racionalização de meios da Justiça e concretizado o plano de ação Justiça Mais Próxima, procedeu-se a uma requalificação e reforço das infraestruturas físicas e tecnológicas com impacto na simplificação processual e redução de pendências, apostando-se na resolução alternativa de litígios.

Quanto ao combate às Alterações Climáticas, Portugal foi o primeiro país do mundo, em 2016, a assumir um compromisso com a neutralidade carbónica em 2050, objetivo entretanto antecipado para 2045. Foram concebidos o Roteiro para a Neutralidade Carbónica e o Plano Nacional de Energia e Clima. Foi igualmente aprovada a Lei de Bases do Clima. A aposta nacional nas energias renováveis levou a que o peso destas na produção de energia elétrica subisse de 52,6 %, em 2015, para 61,4 %, em 2022.

Ao nível da valorização do Território e da Floresta, foi aprovada a criação do Sistema de Informação Cadastral Simplificada, o novo regime jurídico de ações de arborização que impede a expansão da área de eucalipto, o Programa Nacional de Fogo Controlado e o novo modelo de gestão para as áreas protegidas.

Foram aumentados os pagamentos mínimos por agricultor, os montantes máximos elegíveis dos projetos para os pequenos agricultores, e o prémio à instalação para jovens agricultores. Foi implementado o Programa Nacional de Regadios e aprovadas a Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica e a Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030 para promover o crescimento do setor agrícola, tornando-o mais inovador e competitivo.

No setor portuário, a Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos do Continente 2016-2026 iniciou um processo de revalorização e desenvolvimento de um sistema portuário moderno e integrado. Foram aprovadas a Fatura Única Portuária e a Janela Única Logística. Em 2021, foi ainda aprovada a Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030.

Ao nível da promoção da Natalidade, procurou-se criar condições para que cada família possa decidir,

sem constrangimentos, designadamente económicos, o número de filhos que deseja ter. O regressivo quociente familiar foi substituído pela dedução fixa por filho, aumentada a partir do segundo filho em 2021 e 2022. Foram igualmente reduzidas despesas das famílias, com a gratuidade dos manuais escolares, a redução das propinas e a criação do passe único metropolitano para cada agregado familiar. Foi instituída a gratuidade das creches, em paralelo com um investimento na rede. O Abono de Família foi aumentado de forma expressiva para as crianças até aos 3 anos e, mais recentemente, no âmbito do combate à pobreza infantil foi estabelecida a Garantia para a Infância, que assegura 600 euros anuais a todas as crianças e 1200 euros anuais às crianças em situação de pobreza extrema.

Quanto ao combate à precariedade, o Estado começou por dar o exemplo com a criação do PREVPAP para regularização dos vínculos precários na Administração Pública e foram criados incentivos para a conversão de contratos a termo para contratos definitivos.

No setor da habitação foram tomadas medidas decisivas para proteger os cidadãos, como a impenhorabilidade da casa de morada de família ou a limitação dos aumentos das rendas em períodos inferiores a 5 anos. O lançamento do Programa de Arrendamento Acessível, o alargamento do parque habitacional público, a criação do Programa 1.º Direito para garantir habitação digna a dezenas de milhares de agregados, a redução da fiscalidade aplicável ao arrendamento de longa duração ou o alargamento do Porta 65 a todas as candidaturas elegíveis, foram algumas das iniciativas concretizadas.

Ao nível fiscal, o IRS foi reduzido, em particular para as famílias com filhos e da classe média, com a introdução da dedução fixa por filho e o aumento dos escalões. Foi criado o adicional ao IMI para imóveis de elevado valor patrimonial que foi consignado ao Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, tal como aconteceu com a receita de 2 % do IRC.

Os recursos humanos da educação foram fortemente reforçados, com o aumento em 9% do número de professores, permitindo a redução do número de alunos por turma e o reforço das iniciativas de promoção do sucesso escolar.

Concretizou-se a descentralização e foi aprovado o Programa de Valorização do Interior e a Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço.

Tendo em vista a criação de um quadro favorável ao investimento e à capitalização das empresas, foi lançado o programa Capitalizar. Foi ainda criado o Banco Português de Fomento. No total, entre PRR e PT 2030, as empresas dispõem de mais 142 % face ao anterior quadro de programação de recursos financeiros para crescerem, investirem e inovarem.

Ao nível da Ciência, o reforço do financiamento da FCT, o Estímulo ao Emprego Científico e a aposta na internacionalização do sistema científico, permitiu duplicar a participação no Programa-Quadro Europeu de Investigação e Inovação, sendo percorrido um caminho que permitiu reforçar em 85 % o investimento em I&D, alcançando 1,7 % do PIB em 2022.

Na Cultura, garantiu-se a permanência no país das obras da pintora Vieira da Silva e da coleção Miró, enquanto se apostou na melhoria do acesso à cultura, com a gratuidade da visita a museus e monumentos nacionais aos domingos. Foi empreendida uma das

maiores reformas do setor, através da criação da Museus e Monumentos de Portugal, EPE e o Património Cultural, I.P..

## 5. POLÍTICAS SUSTENTÁVEIS PARA O FUTURO DE TODAS E DE TODOS

O PS deve organizar a sua proposta política em linha com a mais completa matriz de políticas públicas à escala global: a **Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. O cumprimento desta ambiciosa Agenda exige coerência e convergência de políticas públicas em todos os níveis de governo – nacional, regional e local – e com o envolvimento de toda a sociedade.

**Esta moção de orientação nacional será, assim, a primeira em Portugal a procurar alinhar a proposta política de um partido político com a Agenda 2030**, assegurando o compromisso nacional com essa Agenda e com a visão do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres.

O desenvolvimento sustentável assenta em três pilares – económico, social e ambiental – num quadro de paz, justiça e segurança e concretiza-se através de parcerias.

O **programa político do Partido Socialista deve colocar a Europa com maior centralidade**. A política europeia já não é, fruto da profunda integração proporcionada pelo projeto europeu, uma refração da política externa. Pelo contrário, é verdadeiramente uma extensão da política nacional. E já não é apenas a Europa que está connosco, como nos alvores da adesão, pela mão do PS e de Mário Soares. É o país e o PS que dão cartas na Europa e participam de pleno direito na consolidação e aprofundamento do projeto europeu e das políticas europeias.

Por isso, a presente moção está organizada na seguinte sequência: nós na Europa; desenvolvimento económico; coesão social; proteção ambiental; e paz, justiça, segurança e parcerias.

### 5.1 Nós na Europa

A política europeia deve ser entendida como um contínuo da política interna, concorrendo para concretizar os objetivos da sociedade portuguesa. Desde 1974 que o PS guia a sua atuação neste plano de forma clara e coerente: garantir melhores condições para o desenvolvimento socioeconómico de Portugal e promover, no plano europeu, os valores e princípios inscritos na nossa Constituição. Percebe-se, assim, o empenho do PS na adesão de Portugal às Comunidades Europeias.

No que respeita ao processo de construção europeia, o PS regeu-se sempre pela promoção do aprofundamento da integração na União Europeia. Fê-lo, e deverá continuar a fazê-lo, de forma proativa, moldando este processo aos interesses nacionais e ciente da necessidade de compromissos com os restantes Estados-membros. Em termos práticos, o PS sempre pugnou pela criação de mecanismos de convergência interna no mercado único que permitissem ao tecido empresarial português competir em condições de equidade e a valorização da nossa mão de obra – razão pela qual os Fundos Estruturais e o Fundo Social Europeu foram orientados para maximizar esses objetivos. Para corrigir clivagens internas na União, o PS também sempre defendeu o desenvolvimento de uma União Económica e Mone-

tária dotada dos instrumentos necessários à sua boa gestão. Assim, defensor da moeda única e da necessidade de respeito pelas regras orçamentais, conforme evidenciado desde 2015, o PS também pugna pelo desenvolvimento de novas ferramentas orçamentais comuns. Por isso mesmo, o Governo do PS, com António Costa, esteve na linha da frente da resposta robusta à crise económica gerada pela Covid-19. Por isso, logo em 2020, foi fechado no Eurogrupo, sob a presidência de Mário Centeno, o SURE (Mecanismo de apoio ao emprego) e a Garantia Paneuropeia do Banco Europeu de Investimento (BEI). O PS, incluindo através da sua família política no Parlamento Europeu, esteve na linha da frente na criação do Plano de Recuperação europeu “Next Generation EU” (NGEU), que permitiu a primeira emissão de dívida conjunta da União.

Este caminho de defesa de aprofundamento da integração europeia deve ser prosseguido com a mesma postura ativa e exigente. Portugal nunca poderá ser, no contexto europeu, um ator passivo. **Portugal deve, aliás, aprofundar a presença na União Europeia, designadamente incentivando o crescimento da presença de funcionários portugueses nas instituições europeias, em especial em funções dirigentes.**

**O PS, na governação, aprofundará a estrutura de coordenação de assuntos europeus**, tanto ao nível técnico como político. É necessário interiorizar que o processo legislativo europeu molda o quotidiano de cidadãos e empresas. Assim, deve ser reforçado o acompanhamento deste processo tanto em Portugal como nas instâncias europeias competentes (a montante junto da Comissão Europeia e a jusante no Conselho da União Europeia e no Parlamento Europeu). Propõe-se, para o efeito, melhorar a articulação da Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia em Portugal com as entidades públicas, mas também associativas e empresariais, com a organização regular de reuniões temáticas.

**A Assembleia da República deve incrementar o acompanhamento das matérias europeias, em particular do processo legislativo europeu. Defendemos que cada Ministro apresente a agenda e as prioridades perante a Comissão de Assuntos Europeus** e outras Comissões quando relevante e em vésperas de cada Conselho de Ministros da União Europeia.

Constatando que o centro gravitacional da UE está a fletir para leste, por força dos necessários alargamentos da União, que defendemos, o **PS sustenta a necessidade de manter a dimensão atlântica da União, destacando também o papel fundamental das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira** no contexto continental. A dimensão atlântica portuguesa – recordando que Portugal detém a maior Zona Económica Exclusiva contígua ao continente europeu – projeta a União Europeia para um espaço de enorme potencial científico e económico. Assim, Portugal deverá defender a adoção de uma agenda atlântica, que empreste maior coerência às várias políticas comuns e partilhadas – transportes, pescas, agricultura, investigação, coesão, entre outras – das regiões da fachada atlântica e das regiões ultraperiféricas. Esta centralidade atlântica, escorada no longo e privilegiado relacionamento como Reino Unido e com o Atlântico Norte, valorizará também o relacionamento com o Atlântico Sul, designadamente com África e a América



Latina, como pontes de uma relação saudável, de cooperação multilateral e entre iguais com o grande sul global. Bem assim, Portugal deve posicionar-se na Europa como reserva em matérias-primas estratégicas, contribuindo para a autonomia do continente europeu face a outras geografias.

Por fim, o PS defende um esforço contínuo para o aprofundamento da União Económica e Monetária. **Defenderemos a criação de um instrumento orçamental permanente, a desenvolver com base na experiência da execução dos Planos de Recuperação e Resiliência, mas que não se substitua ou concorra nem com a política de coesão, nem com a política agrícola comum.** Para além disso, dever-se-á completar a União Bancária – instrumento essencial para garantir melhores condições de financiamento às empresas e às famílias – e prosseguir no desenvolvimento da União dos Mercados de Capitais.

## 5.2 Desenvolvimento Económico

Mais e melhor emprego, maiores rendimentos e maior crescimento têm garantido as contas certas e a desejada redução da dívida pública. Portugal tem de sustentar o crescimento económico per capita da última década e acelerar a convergência com a UE. Num contexto de desaceleração da economia portuguesa em 2024, contexto esse marcado pela persistência de um elevado grau de incerteza geopolítica, bem como por uma política monetária restritiva, Portugal deverá continuar o processo de convergência verificado desde 2017 e apenas transitariamente interrompido em 2020 com a pandemia.

Para enfrentar os desafios do presente, a recuperação económica deve assentar no reforço da competitividade da nossa economia e na aceleração do investimento no nosso país. E para que tal aconteça é fundamental assegurar investimento que promova o aumento da competitividade e produtividade das nossas empresas. Particular atenção deve ser dada às micro, pequenas e médias empresas, que são responsáveis por mais de 80% do emprego e são um pilar de crescimento da economia portuguesa.

Só assim conseguiremos crescer ainda mais, garantindo uma convergência efetiva com a União Europeia e acelerar ainda mais o aumento do rendimento e dos salários. Aumento essencial para retermos no nosso país o capital humano altamente qualificado que temos formado.

### 5.2.1 Mais emprego e de melhor qualidade

Os principais desafios que Portugal enfrenta neste domínio são o da promoção do trabalho digno, o do combate à precariedade do mercado de trabalho e o da dinamização das relações coletivas de trabalho que fortaleçam o poder de negociação dos trabalhadores, em linha com a Agenda do Trabalho Digno e de Valorização dos Jovens no Mercado de Trabalho, aprovada em 2023. Estas são marcas da governação do Partido Socialista. Esses desígnios têm de ser continuados e reforçados. O aprofundamento e implementação do Acordo de Médio Prazo para a Melhoria dos Rendimentos no quadro do diálogo com os parceiros sociais é fundamental para o futuro do país, para a fixação dos jovens e para o regresso dos emigrantes.

Num contexto de abrandamento económico, mantém-se a tendência de aumento da taxa de atividade e de emprego para níveis historicamente elevados. Esta

dinâmica do mercado de trabalho deve refletir-se na evolução das remunerações por trabalhador, atenuando o impacto das elevadas taxas de juro e da inflação sobre o rendimento disponível. **Alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente e com remuneração equitativa exige o desenvolvimento de políticas que estimulem a criação de empregos, especialmente em setores de crescimento, e garantam que as condições de trabalho sejam justas e seguras.**

O crescimento notável das qualificações e a melhoria da base produtiva têm de se traduzir numa progressão mais acentuada dos níveis salariais. Essa progressão passa pela evolução real e crescente do salário mínimo, a ser acordada entre o governo e os parceiros sociais numa base de legislatura. Por isso, **renovaremos os acordos de concertação social em matéria de salários e competitividade e os acordos com os sindicatos da Administração Pública relativos a remunerações.**

No que respeita ao salário mínimo existem, hoje, condições para definir um novo objetivo de legislatura. Esse objetivo deve agora ser associado à ambição de reduzir o diferencial existente face aos valores dos nossos parceiros europeus. **Temos uma nova ambição para o salário mínimo nacional: propomo-nos fixar as metas apropriadas para, em sede de concertação social, reduzir, o diferencial face ao salário mínimo praticado em Espanha, nos próximos quatro anos.**

Defendemos a inclusão no mercado de trabalho, com novos programas de formação para grupos vulneráveis, e a implementação de políticas que garantam oportunidades iguais no mercado de trabalho. Estabeleceremos mecanismos de representação dos trabalhadores nas administrações das empresas cotadas, em especial no que toca às questões salariais e da distribuição de dividendos. Criaremos, ainda, instrumentos de participação dos trabalhadores na definição das orientações em matéria de ESG (*Environmental, Social, Governance*).

Temos de apoiar substancialmente mais aqueles jovens não empregados que não estão em educação ou formação. Definiremos programas de educação e formação acessíveis e criaremos mais parcerias com empresas para oferecer oportunidades de estágio e aprendizagem. Mas importa também implementar serviços de aconselhamento vocacional nas escolas e colaborar com empresas para criar programas que preparem os jovens para as necessidades do mercado de trabalho, bem como **incentivos fiscais para empresas que contratem jovens, e apoio a programas de mentoria e estágio** para facilitar a transição dos jovens para o mercado de trabalho.

A **proteção dos direitos laborais e promoção de ambientes de trabalho seguros e protegidos** para todos os trabalhadores, exige o reforço dos mecanismos de fiscalização para garantir o cumprimento das leis laborais, e sanções rigorosas para empresas que violam os direitos dos trabalhadores. Por outro lado, implementaremos programas de formação em saúde e segurança no trabalho.

Devemos aprofundar a proteção laboral dos trabalhadores das plataformas digitais, designadamente assegurando-lhes um rendimento digno e garantindo à prestação de serviços um rendimento horário proporcional ao da Remuneração Mínima Mensal Garantida, sempre

que não se verifique a presunção da laboralidade.

Importa, ainda, potenciar nas empresas o esforço que o país fez nas qualificações, estimulando a **integração no mercado de trabalho de profissionais qualificados**, designadamente nas áreas da dupla transição energética e digital. O país precisa de continuar esse trajeto de reforço das suas qualificações, apoiar a modernização tecnológica das empresas, e promover a inovação contínua, com parcerias entre empresas, instituições académicas e centros de investigação. Asseguraremos que nos projetos de investimento sujeitos a aprovação e cofinanciamento público sejam previstos níveis de remuneração dos recursos humanos com padrões adequados ao recrutamento e à fixação de quadros qualificados e, em particular, da nossa geração altamente qualificada, contribuindo para estancar a sua emigração. **Assim, criaremos o Programa Agentes da Mudança, com vista a apoiar a contratação de jovens qualificados para apoiar a transição energética e a transição digital nas empresas.**

Continuaremos a acompanhar as transformações no mundo do trabalho, designadamente com a crescente incorporação de tecnologia como a inteligência artificial nos processos produtivos, garantindo sistemas de requalificação de trabalhadores e que a transição digital é justa, não deixando ninguém para trás.

### 5.2.2 Diversificação, sustentabilidade e internacionalização da economia portuguesa

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável apela a que as economias alcancem níveis mais elevados de produtividade através de diversificação, modernização tecnológica e inovação, no que Portugal tem apostado, reconhecendo, em simultâneo, a resiliência e estabilidade conquistadas ao longo dos últimos anos. A economia portuguesa alcançou, em 2022, cerca de 50 % do PIB em exportações e deve continuar a reforçar a sua presença internacional, apostando na incorporação e intensidade tecnológica dos bens e serviços, na diversificação de mercados e no aumento de quotas de mercado. No seu posicionamento internacional, as empresas portuguesas devem ter um posicionamento diferenciador, assente no valor acrescentado dos respetivos bens e serviços, no emprego qualificado, na maior produtividade e em melhores salários que advêm dessa criação de riqueza. Consequentemente, devem procurar assegurar competências internas nas cadeias de produção, que tirem partido da especialização setorial e dos recursos produtivos, para reduzirem a dependência de cadeias de fornecimento externas e responderem ao desafio europeu da autonomia estratégica aberta da União Europeia. As políticas públicas devem induzir esta estratégia.

Portugal atrai hoje empresas tecnológicas, que confiam no potencial dos profissionais portugueses, em particular dos mais jovens e mais qualificados, sendo um dos países europeus que, em termos relativos, mais forma jovens nas áreas científicas e tecnológicas. Mas temos potencial para fazer mais e melhor, pelo que devemos e podemos investir mais no nosso capital humano, desenvolvendo programas de educação de alta qualidade, com foco nas áreas STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) e em competências práticas necessárias para o mercado de trabalho.

O futuro de Portugal passa por melhorar progressivamente a eficiência dos recursos globais no consumo e produção e procurar ativamente dissociar cres-

cimento económico da degradação ambiental, através da criação de **incentivos económicos para a sustentabilidade empresarial e o desenvolvimento dos mercados de carbono para “precificar” a emissão de carbono. O Partido Socialista implementará políticas que incentivem a produção e o consumo sustentáveis.**

Devemos **melhorar os indicadores que avaliam o nosso ambiente de negócios, simplificando os processos burocráticos para empresas, e revedo a arquitetura de incentivos fiscais para novos investimentos e start-up's.** Por outro lado, temos de reforçar a credibilidade internacional externa e **promover o investimento estrangeiro**, garantindo um ambiente regulatório estável e previsível.

Promoveremos a reestruturação do nosso tecido produtivo, procurando assegurar ganhos de escala e a capitalização das empresas portuguesas. Muito do nosso tecido económico assente em pequenas e médias empresas (PME), muitas de base familiar, está a atingir um momento do seu ciclo de vida em que ou não tem sucessão ou não tem escala para competir num mercado global. **Criaremos, junto do Banco Português de Fomento, um programa para capitalizar, fundir e dar escala às empresas nacionais, reforçando a profissionalização da sua gestão.**

Reforçaremos a atratividade de Portugal como destino de investimento direto estrangeiro (IDE), tanto pela via de aprofundamento de investimentos dos investidores já presentes no país, como pela via da atração de novos investidores em setores e cadeias de valor complementares ao perfil de especialização produtiva nacional.

Nestes termos e em linha com outros países europeus, retomaremos **o desenvolvimento dos chamados “Pactos para a Competitividade e Internacionalização”**, que são o fórum adequado para se concretizar a referida política, indo ao encontro das necessidades, oportunidades e constrangimentos de cada setor ou fileira.

### 5.2.3 Apoio às PME: Programa MAIS PME

O tecido económico português é maioritariamente composto de pequenas e médias empresas, tornando-as, portanto, centrais, no desenho de políticas económicas que promovam a sua competitividade e produtividade e os respetivos ganhos de escala.

O PS deve, então, no imediato, intervir em três áreas críticas:

- Baixar de imediato o custo do financiamento das PME na componente em que o Estado pode intervir. Assim, propomos **assegurar custo zero nas garantias públicas emitidas para o financiamento das PME junto da banca**, o que permitirá de uma forma imediata baixar, para as PME, até 2,5 pontos percentuais o custo do financiamento, quer para investimento em equipamentos, quer para capitalização. O que pode corresponder a uma redução de um terço do custo do financiamento das PME.
- **Estabelecer, no imediato, a todos os organismos públicos, um prazo máximo de 90 dias para os reembolsos dos financiamentos dos projetos apoiados por fundos comunitários** que, futuramente, baixará para os 30 dias, aumentando desta forma de imediato a liquidez das empresas com projetos financiados.

- Paralelamente, **redirecionar para as PME uma parte dos fundos provenientes da União Europeia para apoiar os investimentos que têm de ser feitos nos fatores de produção para a sua modernização.**

O Relatório Voluntário Nacional de 2023 sobre a Agenda 2030 constatou que as PME portuguesas ainda enfrentam fortes desafios no que concerne à sustentabilidade. Assim, **é fundamental implementar a Estratégia ESG (Environmental, Social, Governance) Para PME Exportadoras**, para que estas consigam assegurar os desafios da transição climática, contribuindo para a competitividade sustentável da economia portuguesa, atento o papel central que ocupam no tecido económico nacional.

Através das Academias do IAPMEI e da AICEP e, se necessário, envolvendo Universidades e Politécnicos, devemos **desenvolver atividades formativas que permitam reforçar as competências de gestão dos empresários de PME**, majorando a taxa de apoio a quem as frequente e conclua com êxito, no âmbito dos sistemas de incentivos ao desenvolvimento empresarial.

### 5.2.4 Ciência e Inovação

As PME têm assumido cada vez mais expressão no investimento em I&D. No entanto, persistem obstáculos importantes à inovação. Portugal deve continuar a evoluir no reforço de agendas colaborativas com mais ciência e mais economia, para assegurar um futuro sustentável às próximas gerações e garantir alguns objetivos estratégicos, nomeadamente: contribuir para a alteração do perfil de especialização da economia portuguesa, incentivando atividades de maior valor acrescentado e intensivas de conhecimento; aumentar as exportações de bens e serviços e contribuir para a soberania tecnológica europeia, ambicionando atingir um volume de exportações de 53% do PIB até 2030; incrementar o investimento em I&D, garantindo atingir 3% do PIB até 2030; reduzir as emissões de dióxido de carbono em 55% até 2030, em linha com a neutralidade carbónica em 2050.

Neste sentido, importa reforçar o compromisso com a ciência e a inovação para garantir a qualificação ativa e efetiva da população, investigando e inovando mais. É necessário continuar a garantir o crescimento da despesa pública e privada em I&D, aumentando de forma progressiva o investimento global até atingir 3% do PIB em 2030 (com 1/3 de despesa pública e 2/3 de despesa privada), melhorando a **previsibilidade e a regularidade do financiamento em ciência, garantindo novos instrumentos para promover a contratação de investigadores para posições permanentes e reforçando os orçamentos para os concursos dos projetos de I&D, aumentando as taxas de aceitação de projetos para níveis aceites internacionalmente, desburocratizando os procedimentos e regularizando os fluxos de pagamentos.**

Temos de reforçar a valorização do emprego científico, incluindo o regime do contrato de trabalho como regra para investigadores doutorados, garantindo o reforço das carreiras de investigação e de docência para níveis adequados à dimensão de cada instituição.

O país deve aprofundar a cooperação europeia nos quatro pilares do programa Horizonte Europa, 2021-2027,

com ênfase na participação nacional no *European Research Council*, em projetos de investigação colaborativa, mas também nas parcerias institucionais e nas cinco missões do Horizonte Europa, no *European Innovation Council* e no Programa *Teaming*.

### 5.2.5 Industrialização e competitividade

A reemergência de uma política nacional de industrialização evidenciou-se ao longo dos últimos anos, no debate mais alargado a nível europeu quanto a assegurar competências e atividades produtivas críticas para o posicionamento e desempenho internacional, tendo sido estrategicamente reforçada procurando responder a fenómenos disruptivos associados à pandemia e às tensões geopolíticas.

Atualmente, Portugal tem em curso um conjunto significativo de apoios públicos, repartidos tanto por instrumentos de política industrial em contínuo (composto por sistemas de incentivos à I&D, à inovação produtiva, à internacionalização, à capitalização, bem como de incentivos fiscais), como por ações transformativas, de caráter mais estrutural, fundamentalmente associadas às Agendas Mobilizadoras do PRR (compostas por 53 consórcios com vista a promover a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o tecido empresarial nacional, tirando partido das qualificações e da fertilização cruzada entre setores de atividade).

**É fundamental manter o desígnio transformador da indústria portuguesa, reforçando a ligação da indústria aos objetivos da transição digital e transição climática, pugnando por uma indústria verde, inovadora e de elevado valor acrescentado.**

A política industrial do próximo Governo deve ser concreta e integradora, capaz de promover e fomentar o desenvolvimento dos setores ou fileiras onde o nosso país tem revelado capacidades competitivas, orientadas para o mercado global, sem deixar de explorar e aproveitar oportunidades que possam surgir, em particular decorrentes das transições climática e digital e do contexto geopolítico que atravessamos.

Esta política deverá ser norteadada pelo reforço da competitividade, através da promoção da inovação e na criação de valor acrescentado, impulsionando a inserção e a ascensão das empresas portuguesas em cadeias de valor internacionais. Para isso, é necessário, por um lado, apostar na valorização dos fatores de produção já existentes e contribuir de uma forma ativa para a capacitação e transformação da capacidade do nosso tecido industrial, apostando em I&D.

Esta política assentará no incentivo ao investimento, na internacionalização, na capitalização das empresas, na aproximação do conhecimento científico e tecnológico da indústria, na adoção de tecnologias digitais nos processos produtivos e nos modelos organizacionais e na criação de condições propícias a dinâmicas de empreendedorismo e ganhos de escala das empresas.

### 5.2.6 Desenvolver a Economia Azul Sustentável

#### 5.2.6.1 Economia Azul

Portugal é um país arquipelágico com uma relação profunda com o Atlântico. A Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 tem como ambição promover um oceano saudável para potenciar o desenvolvimento de uma economia azul sustentável, o bem-estar dos por-

tugueses e continuar a afirmar Portugal como líder da governação do oceano, sustentada no conhecimento e investigação científica.

Hoje, os oceanos têm uma importância e um impacto relevantes nas alterações climáticas, na autonomia alimentar, nos sistemas de transporte, na soberania energética, no emprego qualificado, no turismo sustentável, na segurança marítima e em muitas atividades das comunidades costeiras, tendo a ciência e a inovação um papel fundamental no contributo e na formulação das políticas públicas para o mar.

Portugal deve assumir e consolidar um posicionamento geoestratégico que baseado na sua cultura e conhecimento marítimo e influenciando todas as políticas públicas marítimas da União Europeia e a nível internacional para os oceanos.

Para concretizar estes objetivos, o **pugnaremos pela concretização, divulgação e implementação da Estratégia Nacional para o Mar 2030**, envolvendo todos os poderes públicos, academia, comunidade científica, empresas, associações e organizações não governamentais.

Bem assim, promoveremos o aprofundamento das relações e da cooperação de Portugal com outros Estados, União Europeia, Organizações Internacionais e Comunidade de Países de Língua Portuguesa, participando ativamente em processos conjuntos que garantam a soberania nacional e a segurança marítima nas áreas de interesse nacional e internacional, nomeadamente na concretização da extensão da plataforma continental portuguesa.

Defenderemos o **estímulo ao relacionamento das universidades e dos centros de investigação, com a indústria para reforçar os clusters empresariais e tecnológicos existentes e identificar novas oportunidades na economia azul**, bem como promoveremos o **desenvolvimento de um conjunto de infraestruturas tecnológicas associadas ao Hub Azul e zonas livres tecnológicas**, aproveitando também as condições específicas dos arquipélagos dos Açores e da Madeira para acolher a realização de testes e ensaios de tecnologias das energias renováveis e oceânicas.

**Apoiaremos a constituição em Portugal de um Centro Internacional de Biotecnologia Azul**, que permita o desenvolvimento de uma nova fileira industrial de novos produtos alimentares do mar, de bioprodutos e de bioprocessos marinhos e a continuação da aposta nas energias renováveis oceânicas, apoiando projetos de inovação oceânica, contribuindo para a transição energética e desenvolvendo uma nova fileira industrial nos setores associados às novas tecnologias offshore flutuantes.

Defenderemos a prossecução da **classificação das Áreas Marinhas Protegidas** no mar português e definiremos os seus planos de gestão, com o objetivo de alcançar 30% do espaço marítimo nacional até 2026. Continuaremos a defender a promoção **da descarbonização do transporte marítimo e dos portos nacionais**, incorporando tecnologias inovadoras e a adoção de novos combustíveis seguros e menos poluentes, apoiando os estaleiros navais portugueses em novas áreas de inovação industrial e de especialização na reconversão de navios mais eficientes.

Em linha com a tradição do PS em matéria de modernização administrativa, continuaremos a melhoria da acessibilidade e desmaterialização de procedimentos

no acesso às atividades marítimas, desenvolvendo novas valências do Balcão Eletrónico do Mar e Sistema Nacional de Embarcações e Marítimos.

Implementaremos um programa de modernização e ampliação de marinas e de portos de recreio nacionais, aumentando os pontos de amarração e o desenvolvimento de serviços especializados de apoio, aproveitando o excelente posicionamento de Portugal na rota internacional de veleiros e iates e dinamizando as novas gerações através de programas vocacionados para a prática do desporto e das atividades náuticas, através do envolvimento dos Centros de Formação Desportiva Náuticos, uma prioridade centrada na ligação formativa dos jovens ao mar e ao património marítimo.

#### 5.2.6.2 Pescas

O setor da pesca representa uma atividade económica de grande relevo para as comunidades costeiras. Encontra-se maioritariamente suportado na pequena pesca artesanal e no saber adquirido ao longo de muitas gerações. O setor tem uma representação geográfica ao longo de toda a costa portuguesa facto que atesta a importância socioeconómica desta atividade para o país.

Os desafios atuais que o setor enfrenta incluem a necessidade de financiamento para a modernização das embarcações através da sua adaptação à transição energética e à melhoria das condições de segurança a bordo para a prática da atividade da pesca. Não sendo despiciente considerar que este setor está fortemente impactado pelos efeitos das alterações climáticas e pelo aumento dos episódios meteorológicos extremos. Neste contexto, é fundamental **garantir a execução do Programa do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA)**, no quadro do Portugal 2030, enquanto instrumento de financiamento.

Propomos melhorar as condições de exercício da pesca e das comunidades piscatórias através do estabelecimento de parcerias com universidades, e da criação de processos de gestão participados, criando condições para melhorar a competitividade do setor, simplificar procedimentos, valorizar o pescado e aumentar o valor acrescentado e a competitividade do setor.

Defendemos assegurar a criação de emprego e coesão social, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho dos pescadores e do incremento da rentabilidade da pesca, além de potenciar a operacionalização e a atratividade do setor com ações de formação dirigidas à captação e capacitação de novos quadros e trabalhadores.

O PS pugnará por implementar um **programa de incentivos à transição energética das embarcações de pesca para combustíveis mais sustentáveis**, quer através da requalificação da frota atual, quer através da aquisição de novas embarcações mais eficientes. Pretendemos **implementar o conceito de porto de pesca sustentável**, com recurso a fontes de energia renováveis e edifícios mais eficientes.

**Promoveremos o desenvolvimento da pesca de baixo impacto no ambiente** através da economia circular e da redução da poluição, incluindo a conceção e utilização de artes de pesca menos lesivas e a recolha a bordo de lixo marinho, bem como assegurar a implementação das medidas adequadas à exploração sustentável dos recursos haliêuticos e contribuir

para o desenvolvimento da pesca responsável, através de capturas que permitam repor os *stock's* em níveis sustentáveis.

Sustentamos a necessidade de prosseguir os programas de implementação das melhores práticas internacionais de qualidade e segurança alimentar nas lotas, a reabilitação e modernização das infraestruturas e equipamentos dos portos de pesca e lotas.

#### 5.2.7 Agricultura, ruralidade e florestas sustentáveis

##### 5.2.7.1 Agricultura e ruralidade

A agricultura portuguesa deve continuar a evoluir para um modelo que responda aos desafios globais como a emergência climática, a erradicação da fome e da pobreza e a promoção de uma nutrição rica e diversificada, enquanto contribui para criação de emprego e de bem-estar social e para o equilíbrio, coesão e desenvolvimento do País, que se quer igualmente mais competitivo.

Assim, em diálogo e concertação com as organizações do sector, associativas e cooperativas, dever-se-á apostar na sua transição para um modelo mais sustentável, ou seja, na descarbonização da agricultura e no sequestro de carbono, no caminho para a neutralidade, na eficiência energética, no melhor uso da água, e na melhor gestão e conservação do solo. Por outro lado, essa transição deve apoiar e apoiar-se na transformação estrutural e na mudança do perfil de especialização da economia. Tal traduz-se na maior intensidade tecnológica, na utilização de métodos de gestão inovadores, o que apenas é possível pelo reforço da capacitação dos nossos agricultores e do nosso tecido empresarial.

Com efeito, importa continuar o esforço de atratividade da agricultura e do mundo rural, designadamente através da **implementação das medidas previstas no Plano Estratégico da Política Agrícola Comum**, mas também da promoção de novas formas de relacionamento das empresas agrícolas, a montante, com fornecedores e utilizadores dos bens e serviços, e a jusante, com os canais de distribuição, cada vez mais concentrados e com maior poder de mercado, e com os consumidores, com vista à recuperação do rendimento da atividade agrícola e ao equilíbrio da cadeia de valor agroalimentar.

Importa continuar a desenvolver políticas públicas que visem, com maiores incentivos para os territórios de baixa densidade, **melhorar o tecido empresarial agrícola, fomentando uma maior intensidade tecnológica (“agricultura 4.0”)**, a conectividade entre os territórios, a promoção de *start-up's* agrícolas, a capacitação empresarial, incluindo no comércio digital, e a promoção de novas oportunidades de negócios que privilegiem as cadeias curtas e o modo de produção biológico, sem descurar o fortalecimento das empresas já estabelecidas nos territórios.

Para tanto, continuaremos a **aposta na capacitação do setor agrícola**, privilegiando a estrutura já consolidada e reforçando, noutras regiões, com centros tecnológicos de inovação, a que acresce a construção de uma rede de escolas de ensino profissional, envolvendo os agentes económicos e a rede de polos de inovação coordenada pela área governativa da Agricultura. Neste contexto, a formação ao longo da vida é também essencial. Importa, ainda, promover o empreen-

dedorismo de base rural, através da colocação à disposição de meios e de técnicas de gestão e organização empresarial.

No que concerne os circuitos curtos de comercialização, importará **dinamizar as plataformas logísticas de dimensão intermunicipal e municipal** que permitam às empresas beneficiar de economias de escala e diminuir a pegada ecológica. Ainda com vista à diminuição de custos, sublinhe-se a maior articulação entre regiões e nas regiões, incluindo no que diz respeito à administração pública. A lógica de *one-stop shop's* e uma maior desmaterialização de procedimentos poderão contribuir para continuar a aproximar a administração dos agricultores.

Quanto à promoção externa, deve ser **reforçada a promoção coletiva em mercados prioritários nas fileiras com vocação exportadora**, com o Estado a assumir custos que as empresas de micro e média dimensão têm dificuldades em comportar. Ainda no que diz respeito à gestão do risco, deve ser **promovida a contratação do seguro de colheitas no âmbito do sistema integrado de proteção contra a incerteza dos fenómenos climáticos**, num contexto de maior prevalência e de maior magnitude, e criados veículos financeiros que possam ser voluntariamente contratados por conjuntos de agricultores com interesses comuns a nível setorial ou regional.

Na promoção da atratividade do mundo rural e da agricultura, importa **continuar a aumentar os apoios à pequena e média agricultura** e ao rejuvenescimento do setor, com a implementação das medidas previstas no Plano Estratégico da Política Agrícola Comum, nomeadamente no apoio redistributivo, assegurando, também, a **plena implementação das medidas de discriminação positiva previstas no Estatuto da Agricultura Familiar**.

**Do ponto de vista institucional, consideramos fundamental reorganizar e reforçar esta área governativa, interligando melhor os setores da agricultura, das florestas e do desenvolvimento rural à gestão do desenvolvimento regional, como modo de melhor assegurar a eficácia das respostas públicas e a integração da gestão territorial.**

A Transição ecológica da agricultura portuguesa passará pela **promoção de uma agricultura e territórios rurais mais resilientes**. Neste âmbito, deve igualmente ser fomentado o uso mais eficiente da água, reduzindo o seu desperdício, o que passa por uma gestão de rega mais eficiente, prosseguindo a implementação do Programa Nacional de Regadios, o aumento da capacidade de retenção de água e a implementação de programas de reutilização de águas residuais urbanas, de forma segura, na rega de espaços verdes urbanos e culturas agrícolas. **A eficiência hídrica na agricultura é uma das mais elevadas prioridades** no presente, atento o elevado consumo de água na agricultura nacional.

A descarbonização da agricultura, por outro lado, deve ser prosseguida pelo apoio ao aumento da eficiência energética, da integração de energias renováveis no edificado agrícola e nos sistemas de aquecimento, pela exploração de soluções de geração de biocombustíveis com base em resíduos e de reciclagem de nutrientes, mas também através da valorização económica de ativos biológicos e da remuneração de serviços de ecossistemas num cenário de criação de territórios neu-

tros em carbono. Por último, urge continuar a adotar medidas de gestão e conservação do solo que melhorem o teor de matéria orgânica e reduzam o risco de desertificação.

### 5.2.7.2 Valorizar os recursos florestais

As florestas cobrem uma extensão superior a três milhões de hectares. São evidentes os seus contributos ambientais para a biodiversidade, a adaptação e mitigação das alterações climáticas e para a promoção de uma paisagem mais resiliente à adversidade climática. O setor florestal tem um peso relevante na economia portuguesa. Em 2002, o saldo da balança comercial dos produtos de origem florestal atingiu um novo máximo de 3,3 mil milhões de euros. O peso das exportações de materiais e produtos industriais de origem florestal no total de exportações aumentou, de 8,9% em 2021 para 9,1% em 2022. Portugal é dos países do mundo em que o Estado possui menos áreas florestais, constituindo estas apenas cerca de 3% face aos 97% de áreas privadas e baldios. A propriedade rústica em Portugal é representada por mais de 400 mil proprietários e 11 milhões de prédios rústicos, num contexto de 3,5 milhões de heranças indivisas.

Os fenómenos de seca e as ondas de calor começam a ser mais frequentes, num contexto de agravamento das alterações climáticas, potenciando incêndios rurais. É por isso essencial prosseguir e acelerar a Reforma da Floresta, de forma **promover a resiliência das florestas, a gestão florestal ativa e sustentável, realizada à escala da paisagem, assente na inovação e na profissionalização e qualificação dos recursos humanos**.

**Defendemos aumentar o investimento e o rendimento florestal;** manter a trajetória positiva de redução estrutural do risco de incêndio rural; reforçar a gestão florestal ativa no território; e aumentar a investigação aplicada, a formação e o conhecimento técnico.

### 5.2.8 Turismo, comércio e serviços

O setor do turismo tem uma impressão digital forte no crescimento económico do país. O turismo, setor estratégico da economia portuguesa, ultrapassou os valores de atividade alcançados em 2019, provando que a localização geográfica de Portugal continua a ser particularmente vantajosa, e atestando a resiliência e potencialidade do nosso tecido económico, bem como a capacidade das nossas políticas migratórias reforçarem a nossa economia, contrariem o impacto do envelhecimento populacional, e apoiar a sustentabilidade do Estado Social. Esse percurso tem de continuar.

Para promover um turismo sustentável, que cria emprego e promove a cultura e os produtos locais, **defendemos o desenvolvimento de infraestrutura turística e de acomodações sustentáveis, mas também a ênfase na cultura local** com parcerias entre o setor e as autarquias e sociedade civil. Um turismo de interligação com o ambiente, com o ordenamento do território e com o desenvolvimento urbano. Neste contexto, o apoio público ao setor turístico deve contemplar cada vez mais o cumprimento pelas empresas do compromisso ESG (*Environmental, Social, Governance*).

A **qualificação e dignificação dos recursos humanos no setor do turismo** tem de continuar a ser um objetivo nacional, acompanhado por uma crescente melhoria das condições salariais dos seus ativos.

A continuação do interesse por Portugal, far-se-á pelo continuado apoio à promoção acompanhado por uma competitiva política de acessibilidades onde a centralidade do aeroporto de Lisboa e a manutenção do controlo estratégico da TAP são fundamentais.

Devemos continuar a promover a modernização e a competitividade do comércio e dos serviços, designadamente promovendo a Inovação, a Digitalização e a Sustentabilidade do Comércio e dos Serviços, a requalificação e modernização do comércio de proximidade, o aumento do conhecimento no comércio e serviços, o reforço das qualificações no comércio e serviços e promovendo o comércio e os serviços, em linha com a «Agenda + Comércio 2030».

### 5.2.9 Infraestruturas e comunicações

Portugal precisa de uma aposta continuada na sua rede ferroviária e na qualidade do serviço, seja para passageiros, seja para mercadorias, interna e internacionalmente. A ferrovia é o meio de transporte que propicia maior sustentabilidade ambiental.

É fundamental para o nosso desenvolvimento que Portugal disponha de uma rede ferroviária que responda às necessidades de acessibilidade, mobilidade e coesão do território e que garanta os transportes internacionais de forma eficiente.

O Plano Ferroviário Nacional (PFN) é o instrumento de planeamento que irá definir a rede ferroviária até 2050 garantindo. As políticas respetivas devem ser consequentes com o mesmo. Os investimentos na ferrovia são morosos e não se compadecem com descontinuidades estratégicas. O Plano Ferroviário Nacional lançado pelo Governo do Partido Socialista mantém-se, por isso, atual no essencial. **Os objetivos de levar a ferrovia a todas as capitais de distrito e aos principais centros urbanos, a redução do tempo de viagem entre Lisboa e Porto ou entre Vigo e o Algarve, as ligações transfronteiriças ibéricas e a integração na rede transeuropeia, mantêm-se plenamente atuais.**

A Integração do modo ferroviário nas principais cadeias logísticas nacionais e internacionais, designadamente com os portos e o novo aeroporto de Lisboa são essenciais para a competitividade da nossa indústria exportadora.

No que diz respeito ao transporte ferroviário de passageiros, **daremos especial ênfase à Linha de Alta Velocidade entre Lisboa e o Porto, a melhoria da oferta de serviço nas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e da oferta ferroviária interurbana. O acesso ao Algarve e a interconexão direta com o novo aeroporto são vertentes igualmente estratégicas. A interoperabilidade e conexões do serviço de passageiros com Espanha**, no quadro da RTE-T (Rede Transeuropeia de Transportes) é essencial.

**Nas mercadorias, é fundamental, por um lado, reforçar a conectividade com os portos e centros logísticos e, por outro, garantir a conectividade e a interoperabilidade com Espanha.** Também aqui o quadro europeu das redes transeuropeias é decisivo, designadamente para desbloquear a operação nos Pirenéus, condicionante da nossa competitividade.

**O reforço da nossa capacidade aeroportuária é fundamental para a economia nacional e regional**, tendo em conta a nossa posição geográfica e a importância do turismo. Esse reforço deve fazer-

-se tendo em conta as melhores práticas ambientais e pró-descarbonização, seja no tipo e localização dos aeroportos, seja na operação aérea. As alterações climáticas exigem que em todas as dimensões do transporte aéreo, esse fator seja considerado e condicione as políticas.

A localização do novo aeroporto de Lisboa é a decisão central deste setor. A nossa moção defende que deve ser respeitada a metodologia que está acordada com o principal partido da oposição. O país não pode hesitar e adiar de novo esta decisão. Em função dos relatórios produzidos pela Comissão Técnica Independente, o governo decidirá e deve fazê-lo rapidamente.

A política aeroportuária não é, porém, apenas condicionada pelo novo aeroporto de Lisboa. Importa exigir da concessionária dos aeroportos nacionais (a ANA) os investimentos a que está obrigada no atual aeroporto Humberto Delgado e aqueles que são necessários na Madeira e nas ilhas dos Açores.

Importa, igualmente, criar condições para uma maior eficiência regulatória e operacional da ANAC e da NAV e garantir uma articulação com a Força Aérea que otimize a disponibilidade do espaço de terra/ar para a aviação civil, sem prejuízo do cabal cumprimento das missões militares.

A modernização da rede de aeródromos e a capilaridade de uma rede de heliportos hospitalares são componentes que complementam, respetivamente, alternativas específicas ou circunstanciais à aviação comercial e a prestação de cuidados médicos de urgência.

Cumpramos desfazer o mito mediático de que a TAP é um sorvedouro de dinheiro público. Na verdade, durante vinte anos, o orçamento de Estado não transferiu um cêntimo para a TAP. Foi apenas no contexto da pandemia e quando toda a aviação mundial estava paralisada que foi necessário injetar capital público na TAP, a exemplo do que aconteceu em muitas outras companhias aéreas. Terminada a pandemia, a TAP regressou aos lucros, cumprindo e antecipando o plano de reestruturação imposto pela Comissão Europeia. Temos agora uma empresa bem gerida e a dar lucros. O capital investido está a ter retorno, direto e indireto, pelos muitos milhões que aporta à economia nacional através dos seus fornecedores e dos impostos que paga.

**A associação da TAP a um grupo internacional de aviação que crie complementaridades, num quadro de privatização, é importante. Devem ser, contudo, preservadas as necessidades estratégicas do país relativas ao transporte aéreo. Desde logo, a manutenção do hub em Lisboa, mas também a continuidade territorial com as regiões autónomas, o serviço das principais comunidades portuguesas no estrangeiro e outras linhas estratégicas.**

Apesar das guerras na Europa e no médio oriente, a tendência estrutural no comércio marítimo, depois delas, é para um aumento muito significativo, impulsionado pela emergência de desenvolvimento dos BRICKTIM (Brasil, Rússia, Índia, China, Coreia do Sul, Turquia, Indonésia e México). Vamos ter mais mercados relevantes, mais comércio em valores absolutos, maiores navios, menos operadores mundiais, descarbonização da operação marítima e automação gradual.

Os portos portugueses têm de saber dar resposta a estes desafios. Sendo certo que têm características muito diferentes – só Sines tem condições de *transshipment*, Leixões e Aveiro são portos de *direct shipment*

que servem os seus *hinterlands*, Figueira, Setúbal e Viana servem clientes estratégicos para o País – todos eles, porém, têm de se adaptar aos novos desafios estratégicos.

Em primeiro lugar, **prosseguir a melhoria da acessibilidade marítima para navios de maiores dimensões, intervindo nas barras e nos cais, garantindo a interoperabilidade e a intermodalidade com a ferrovia e a rodovia.**

Em segundo lugar, **desenvolvendo as respetivas zonas logísticas como interface qualificado para acolher indústrias exportadoras estratégicas**, designadamente energéticas e de dados, articulando com os postos de amarração dos cabos submarinos, com o é o caso de Sines.

Em terceiro lugar, prosseguir a transição digital e aumentar a eficiência e produtividade. **A digitalização da operação portuária, através das redes de alta velocidade deve ser aprofundada**, substituindo os trabalhos penosos, perigosos e repetitivos por automação apoiada em Inteligência Artificial, de modo a reduzir os custos operacionais e reforçar a nossa competitividade.

Em quarto lugar, **intensificar o Greenshipping, a descarbonização e a sustentabilidade ambiental do setor**, reduzindo as emissões de CO<sub>2</sub>, quer a montante nos próprios navios e respetivos meios de propulsão e combustível, quer com redes elétricas em terra para conectar os navios de cruzeiro, ou com fiscalização preventiva de descargas ilegais em alto mar.

Enfim, a simplificação e desmaterialização dos processos: novos enquadramentos legais já estão em curso, como a JUL- Janela Única Logística, o Balcão Único do Mar ou os regimes dos portos secos, e são para aprofundar.

**A conectividade de todo o território nacional através de redes de alta capacidade, fixas ou móveis, é fundamental**, não apenas para a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos, cuja vida está cada vez mais digitalizada, mas, também para o desenvolvimento e competitividade das empresas e agentes económicos. Importa, por isso, reduzir as assimetrias regionais garantindo em todo o território nacional, em especial nos territórios de baixa densidade conectividade de qualidade, em banda larga e a preço acessível. Esse investimento, associado ao desenvolvimento das acessibilidades e das políticas de habitação, constitui uma linha de ação fundamental para transformar a base demográfica do País, fixar e atrair populações e empresas e deslocalizar serviços, reduzindo a pressão sobre os grandes centros urbanos e promovendo a qualidade de vida em todo o território.

A iniciativa privada não é suficiente para, só por si, colmatar as falhas de cobertura, quer no continente, quer nas ilhas. Por isso, a Comissão Europeia aprovou as «Orientações para a Digitalização até 2030: a via europeia para a Década Digital», de 9 de março de 2021, tendo como objetivo a cobertura, até 2030, de todos os agregados familiares europeus por uma rede Gigabit e de todas as áreas povoadas por 5G.

Por essa razão, igualmente, a Comissão europeia aprova o financiamento público das redes nas chamadas “zonas brancas”, fundamental para a valorização dos territórios de baixa densidade, como meio de garantir o apoio a populações mais isoladas e a pessoas mais vulneráveis, e novas formas de prestação de serviços públicos, designadamente nas áreas de proteção civil,

saúde, assistência social e educação.

O Governo aprovou recentemente o concurso público para a instalação dessas redes e esse objetivo deve prosseguir. Apesar dos investimentos privados em rede de fibra e das obrigações decorrentes do concurso para as redes de 5G, subsistirão zonas não cobertas com alta capacidade. **A disponibilização de um débito mínimo de 1Gbps a todos os agregados familiares, em alinhamento com as metas da Comissão Europeia e obrigações de transparência e não discriminação nos operadores de redes exclusivamente grossistas, bem como a neutralidade tecnológica, são objetivos a concretizar.**

A salvaguarda da concorrência e a melhoria da qualidade do serviço e da acessibilidade de preços, deve ser objeto de avaliação regulatória permanente. A oferta de uma tarifa social de internet, considerada como serviço essencial, deverá ser reavaliada, por forma a abranger um universo mais significativo de agregados familiares de baixos rendimentos e a combater a infoexclusão.

A conectividade entre o Continente e as Regiões Autónomas e destas entre si é feita através de cabos submarinos. O concurso público para os novos cabos, de nova geração, com muito maior capacidade e novas funcionalidades agregadas (ambientais, sismológicas, militares) deve ser concluído com urgência.

**A aposta no reforço de Portugal como centro privilegiado de amarração de cabos internacionais deve ser continuada**, dada a atratividade de competências qualificadas que gera, para além dos investimentos e da importância estratégica mundial.

O serviço postal está concessionado aos CTT que são, igualmente, prestadores do serviço universal. O Estado deve monitorizar o cumprimento das obrigações daí decorrentes, por forma a ter em conta, por um lado, a progressiva digitalização das comunicações postais, mas, por outro, a necessidade de assegurar um serviço postal tradicional, com uma rede de postos e estações de serviço com densidade e qualidade de serviço capaz de dar resposta ao direito de todas as pessoas – designadamente as que, por razões geracionais, já não transitam para as comunicações eletrónicas – ao serviço postal. **A transição digital não pode descurar o direito de todos os cidadãos ao serviço postal.**

Num contexto de ameaça crescente de promoção da desinformação nas redes, agravada pela exclusão ou pela manipulação digital, elaboraremos e concretizaremos um **programa nacional de promoção da literacia digital**, envolvendo a escola, as empresas, as associações e as instituições num grande desígnio nacional de preparação do País para os desafios do século XXI.

#### 5.2.10 Valorização e resiliência do território

O PS deve continuar a ser o partido campeão da coesão territorial, promovendo o desenvolvimento dos territórios do interior e o combate à desertificação.

O aumento do contributo da governação dos territórios e das suas populações para as respetivas estratégias de desenvolvimento é decisivo para a coesão territorial, mas igualmente para o desenvolvimento económico do país. Com efeito, o chamado “interior” não é um território homogéneo ao qual se possa, por igual, aplicar o mesmo pacote de políticas. A valorização do território implica a possibilidade de “customizar” as respostas. Por isso, para além da continuidade do processo

de descentralização de competências para as autarquias locais e da concretização do processo de desconcentração dos serviços periféricos da administração direta e indireta do Estado para as CCDR, o PS deve relançar o debate sobre a governação territorial, designadamente sobre a regionalização. **O PS deve suscitar e liderar um amplo debate nacional, com vista a uma pronúncia quanto à convocação de um novo referendo nacional sobre a regionalização, ao respetivo modelo territorial e à natureza das atribuições a conferir às regiões administrativas em caso de criação.**

**Instituiremos os contratos de desenvolvimento territorial**, com vista a ultrapassar as vulnerabilidades dos territórios e valorizar os seus recursos endógenos. Na sequência de um diagnóstico reestruturado das vulnerabilidades e potencialidades dos territórios, os contratos de desenvolvimento dirigiriam as políticas e o respetivo financiamento para as necessidades concretas de cada território.

Na governação, o PS deve decisivamente avançar para a **reforma da propriedade rústica**, de forma a incentivar o redimensionamento e a concentração da propriedade rústica, potenciando a sua utilização, aproveitamento e o investimento, com respeito pela preservação dos valores ambientais e de conservação da natureza. Esta abrangerá regimes que vão para além da estruturação fundiária da propriedade e incluirá a dimensão sucessória, processual civil e de direitos reais, bem como regimes fiscais sobre imóveis, entre outros regimes.

No plano da resiliência do território, deve relembrar-se que um dos riscos mais prementes para a nossa segurança são as alterações climáticas. Promoveremos uma abordagem integrada da gestão da água, da produção descentralizada de energias renováveis e do acesso à internet, como alicerce para um desenvolvimento territorial de nova geração.

É fundamental prosseguir na trajetória de prevenção e combate rápido, eficaz e organizado de incêndios florestais. Nestes domínios, há muito que a fragmentação da propriedade rústica foi identificada como um forte constrangimento à gestão ativa dos territórios, para a sua resiliência, resistência e para a prevenção dos riscos territoriais mais significativos, desde logo, o risco de incêndio florestal.

O PS sempre cuidou da importância da promoção das economias locais e regionais. Neste domínio, devemos defender a revisão das Diretivas europeias de contratação pública no sentido de estas admitirem a utilização dos mercados públicos para a promoção das economias locais e regionais, bem como o **reforço dos benefícios fiscais para as empresas que se instalem no interior, em especial no tocante a empresas de base tecnológica.**

Ainda neste âmbito, **defendemos a criação de um forte programa de incentivo público à fixação de jovens empreendedores qualificados nos territórios do interior.** Com efeito, a integração de jovens qualificados em fileiras industriais ou do agroalimentar que pretendam empreender no interior, fixando-se nesses territórios e contribuindo para o seu desenvolvimento económico e para a modernização dos respetivos setores produtivos, devem ser fortemente apoiados. Em especial, devem ser apoiados os projetos que interliguem a produção e a transformação, permitindo integrar melhor a cadeia de valor dos produtos.

Promoveremos uma abordagem integrada do desenvolvimento do território, valorizando a criação de células de massa crítica, com base nos polos de conhecimento, de inovação, das empresas, dos hospitais ou doutros centros especializados, cuja multiplicação pelo território gera a transformação do seu perfil e combate a erosão de meios e de recursos capazes de absorver e concretizar as políticas.

No âmbito da política de cidades, promoveremos **a simplificação e clarificação do quadro legal que enquadra o ordenamento do território**, bem como o lançamento de uma **nova geração de políticas de reabilitação urbana**, centradas na manutenção das populações residentes e do comércio local, no reforço da resiliência sísmica, na melhoria das acessibilidades aos edifícios habitacionais para pessoas com mobilidade reduzida, na melhoria do conforto térmico e acústico, e no combate à pobreza energética. Criaremos um **programa de adaptação do território às alterações climáticas**, que adapte infraestruturas críticas e áreas urbanas face aos cenários climáticos, e que comporte o apoio à relocalização de atividades económicas e populações em situação de maior risco.

#### 5.2.11 Setor financeiro e financiamento da economia

O desenvolvimento económico assenta ainda na capacidade de as instituições financeiras nacionais incentivarem a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos, com novas políticas para promover a inclusão financeira, especialmente em áreas rurais, e o maior acesso a serviços bancários e de seguro para grupos vulneráveis.

Portugal precisa de reforçar o acesso a meios de financiamento em condições internacionalmente competitivas, incluindo por via dos fundos europeus, linhas de financiamento internacional (como o BEI) e a poupança nacional.

**Propomos a definição de um plano de avisos de concursos estável e regular dos sistemas de incentivos (PT2030), numa base plurianual, a criação, no âmbito do Banco Português de Fomento, de linhas de crédito de apoio à tesouraria contra encomendas firmes e o desenvolvimento de Produtos de Cobertura de Risco à Exportação, através da operacionalização de uma Agência de Crédito à Exportação**, já prevista na missão do Banco Português de Fomento.

**Defendemos ainda uma regulação financeira responsável, com regulamentações que protejam os consumidores e garantam práticas financeiras éticas, e que promovam a inovação financeira responsável.** Em Portugal, o sistema financeiro apresenta um modelo de regulação e supervisão setorial, com o Banco de Portugal responsável pelo sector bancário, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários pelo mercado de capitais, e, por fim, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para o setor dos seguros e de fundos de pensões. Sem prejuízo deste modelo tripartido, fruto de uma aposta na continuidade do modelo institucional, desde 2000, cabe ao Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF) estabelecer a coordenação entre aquelas entidades setoriais, como forma de dar resposta a uma crescente integração e interdependência dos sectores em causa, opção que procura também garantir ganhos de eficiência pela sinergia dos esforços das três enti-

dades. É necessário garantir o reforço da cooperação institucional entre os reguladores financeiros, com vista a garantir a eficácia do sistema.

## 5.3 Coesão Social

### 5.3.1 Combate à pobreza

A pobreza e as desigualdades sociais constituem fenómenos intoleráveis em qualquer democracia evoluída. O PS pode orgulhar-se de estar na linha da frente na defesa e ampliação dos direitos sociais no nosso país, contribuindo com a adoção e implementação de instrumentos de política pública destinados a fortalecer o Estado Social em Portugal. A solidariedade como princípio estruturante da ação política faz parte do ADN do PS e materializou-se em medidas concretas que são hoje um património incontornável, de que são exemplo maior o RSI, o CSI, o complemento da PSI ou a Garantia para a Infância.

**A prioridade do Partido Socialista no combate à pobreza deve centrar-se na quebra dos ciclos de pobreza e na erradicação da pobreza infantil**, promovendo a igualdade de oportunidades desde a infância. O PS deve pugnar por diminuir o número de trabalhadores pobres, através da valorização dos salários, a dinamização da economia e o combate à precariedade laboral, dignificando o trabalho.

Por a pobreza ser um fenómeno complexo e multidimensional, o respetivo combate deve continuar a ser uma das prioridades do próximo Governo, com o compromisso de **levar por diante o Plano de Ação 2022/2025 da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza** que envolve todas as áreas da economia e da sociedade. A articulação das políticas centrais com as dinâmicas locais e as autarquias, aproximam as respostas de quem mais delas necessita, capitalizando o conhecimento do território e das pessoas e famílias envolvidas nos processos de transformação de vidas. A solidariedade e o apoio a quem mais necessita, tem de ser um processo imediato, centrado no indivíduo e na proximidade com o território. **Neste como em todos os outros domínios da proteção social, a colaboração entre o Estado e as instituições particulares de solidariedade social torna as políticas públicas mais eficazes e os serviços mais acessíveis às pessoas e famílias.**

Ainda ao nível da solidariedade não podemos desaproveitar o conhecimento que foi adquirido com a criação dos apoios imediatos durante a pandemia e o investimento em curso na transformação digital da área da segurança social, bem como temos de garantir a proatividade na atribuição de apoios/subsídios a quem mais deles necessita e que a eles tem direito. Do mesmo modo, a atribuição de prestações sociais imediatas evita burocracias desnecessárias e aproxima o Estado Social dos Cidadãos, promovendo a igualdade de oportunidades.

Asseguraremos a continuação das tarifas sociais para a eletricidade e para o acesso à internet, que têm de se constituir cada vez mais como direitos de acesso universal, promotores de dignidade e de igualdade de oportunidades.

### 5.3.2 Promover a sustentabilidade da segurança social

Outra marca da governação do Partido Socialista tem sido a preocupação constante com o reforço da sus-

tentabilidade da segurança social, património de uma sociedade assente no princípio da solidariedade intergeracional, que garante a segurança no presente e a confiança no futuro.

**Com o PS foram criadas fontes alternativas de financiamento do sistema, além das contribuições por via do trabalho. É um caminho para continuar.** Também com a aposta no aumento do emprego e na valorização dos salários, conseguimos recuperar um património de confiança no sistema público de segurança social, que é um pilar central do nosso modelo social. O desenvolvimento dos regimes complementares e do regime público de capitalização permitem gerar maior poupança individual e aumentar o nível de conforto no futuro. Temos um sistema sólido, robusto, confiável que queremos não só preservar como fortalecer e ampliar.

Queremos que o nosso país continue a ser um destino de eleição, não só para descanso, mas também para quem cá quer trabalhar e constituir família. Esta integração plena na nossa sociedade é motivo não só de desenvolvimento civilizacional, mas de crescimento económico. Mais pessoas a trabalhar, a descontar para a segurança social, não só as protege nas eventualidades, como contribuem positivamente para o sistema de segurança social.

A par da sustentabilidade do sistema, temos de **continuar a valorizar as pensões que atualmente estão a pagamento, garantindo que os pensionistas mantêm níveis de vida dignos e com qualidade semelhante à que tinham quando estavam no ativo.** É um compromisso com que nos queremos afirmar, reconhecendo dignidade no final de uma vida dedicada ao trabalho.

Ainda no sistema previdencial pretendemos garantir os direitos imediatos a quem tem quebras nos seus rendimentos de trabalho pelas eventualidades definidas, como por exemplo parentalidade ou doença, e continuar a melhorar a eficácia na sua atribuição, com o investimento na transformação digital da segurança social.

### **5.3.3 Promover a natalidade, a conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar e o envelhecimento ativo e digno**

O país tem de continuar a olhar para o equilíbrio demográfico, designadamente para os níveis da natalidade. Tem de promover a aproximação entre o número de filhos que as pessoas têm do número de filhos que gostariam de ter. As políticas públicas têm de ser dirigidas para a conciliação entre vida profissional e familiar e para promoção das condições de exercício da parentalidade, nomeadamente reforçando o papel da organização do tempo de trabalho amigável da parentalidade, no quadro da negociação coletiva. O combate à precariedade do emprego jovem e o acesso à habitação são, também, condições essenciais para dar segurança às famílias que desejam ter filhos.

**A promoção do acesso e da gratuitidade da frequência de equipamentos de creche e educação pré-escolar, bem como o reforço dos apoios sociais à infância, como o abono de família e a garantia para a infância, são também marcos fundamentais da política que o PS deve continuar a prosseguir.**

Colocaremos, ainda, o foco na promoção da igualdade parental na promoção da natalidade.

**Garantiremos que as políticas públicas contem com os cidadãos mais idosos,** adaptando as respostas sociais aos desafios do envelhecimento e promovendo uma cidadania sénior ativa e empenhada, com vista a garantir uma qualidade de vida na terceira idade e a promover a autonomia e vida independente dos mais idosos.

Neste âmbito, **prossequiremos o aperfeiçoamento da figura do cuidador informal,** consolidando o respetivo Estatuto nas suas diversas dimensões, para que possa responder aos legítimos anseios e necessidades dos que prestam cuidados e, desse modo, salvaguardando os interesses da pessoa cuidada. Essa conjugação é indispensável para que as famílias enfrentem com condições adequadas, os difíceis desafios que as circunstâncias lhes colocam.

### **5.3.4 Habitação acessível**

O mercado nunca será capaz de responder às necessidades de habitação de uma camada significativa das famílias portuguesas. Porém, o parque público de habitação de renda acessível em Portugal ronda 2% do parque habitacional total. Essa marca compara com 20% na Dinamarca, 18% no Reino Unido, 17% na França ou 9% na Irlanda, por exemplo. A habitação tem de manter a prioridade atribuída pelo Governo a novas políticas, reforçando o sentido de emergência social na atuação nesta área. A resposta a essa emergência implica apoiar conjuntamente as famílias com dificuldade de pagamento das suas prestações ou das suas rendas, bem como **dar resposta imediata ao alarmante crescimento do número de pessoas sem-abrigo.** Sem descurar a prioridade ao modelo *housing first*, estabeleceremos, em diálogo com a Conferência Episcopal, um programa de reabilitação das várias instalações dos Centros Diocesanos Distritais, de forma a acolher pessoas que tenham essa necessidade.

**Para apoiar as famílias no que diz respeito ao crescimento da prestação creditícia, propomos a reposição da dedução fiscal em sede de IRS dos encargos com juros.**

No plano estrutural, a curto e médio prazo, é necessário aumentar muito significativamente o parque público de habitação acessível e o fomento da construção de nova habitação e da reabilitação urbana para fins habitacionais, pelo setor privado e cooperativo, alinhando incentivos nos casos em que os imóveis se destinem a habitação a custos controlados, num grande **Pacto Nacional para a Habitação.** Para acelerar esta transformação estrutural, deve ser dada prioridade à construção a partir de soluções com preparação industrial, como a construção modular ou soluções pré-fabricadas, com privilégio das soluções ambientalmente mais sustentáveis. **Propomo-nos, ainda, no próximo ciclo governativo do PS, conceder especial prioridade ao apoio à reanimação e à atividade das cooperativas de habitação.**

**Deve ser promovida a remoção de obstáculos à reconversão em uso habitacional de imóveis devolutos,** concretizando uma reforma no regime sucessório e no processo de inventário, visando-se assim facilitar a partilha dos imóveis permitindo que os mesmos regressem ao comércio jurídico, potenciando a sua utilização, bem como otimizando incentivos fiscais e simplificando a regulamentação urbanística, agravando

do a fiscalidade sobre os imóveis devolutos e articulando com as autarquias a aquisição dos imóveis com vista à sua reconversão em habitação pública.

### **5.3.5 Saúde**

O Partido Socialista é o partido que criou o Serviço Nacional de Saúde, reconhecidamente a obra política e socialmente mais relevante e meritória realizada pela nossa democracia e que representa para os socialistas um orgulhoso ativo do seu património da ação política e governativa. Cabe ao PS preservar esse legado colocando-o ao serviço das pessoas, renovando e reforçando o SNS, com melhores e mais adequados serviços, mais próximos, com mais qualidade, com maior acessibilidade e menores custos diretos de utilização.

Os governos do Partido Socialista, em cumprimento dos seus programas e face às inúmeras necessidades e carências imediatas, têm vindo a privilegiar a área da saúde, promovendo ao longo dos últimos 8 anos recuperação da capacidade, qualidade e acessibilidade do serviço nacional de saúde, tais como o reforço das verbas orçamentais dedicadas à saúde, em particular ao SNS, aceleração dos processos de autorização de inovação terapêutica, admissão de novos profissionais no SNS, descongelamento de carreiras, ativação de planos de investimento em novos hospitais e centros de saúde, criação de mecanismos de liberdade de escolha, e revisão do sistema de pagamentos de transportes doentes.

Apesar do trabalho realizado nos últimos oito anos, muito ainda se encontra por realizar para estabilizar o SNS e conferir-lhe um novo e mais ambicioso horizonte de progresso e capacidades, atualizando a sua missão e os seus recursos e modernizando a sua organização e funcionamento.

**Celebraremos com os agentes e profissionais do setor um Compromisso Plurianual para a Saúde, contendo uma programação do investimento em infraestruturas e equipamentos, dignificação profissional, designadamente de valorização da investigação, da formação e da transmissão de conhecimentos.**

O nosso propósito no domínio da saúde estará centrado na recuperação, renovação e reforço do SNS. É, todavia, **essencial investir no aumento significativo da formação de médicos,** quer através do aumento de vagas nas faculdades de medicina, quer no reforço das capacidades formativas e das vagas de acesso às especialidades médica, com vista a combater os efeitos da significativa redução do *numerus clausus* de medicina decididos nos anos 80 e 90, cujos efeitos devastadores se estão agora a sentir.

O Partido Socialista deve procurar **otimizar o modelo de prestação de cuidados de saúde, privilegiando os cuidados de proximidade,** através da generalização das Unidades de Saúde Familiar de modelo B, cuja maior eficiência se encontra demonstrada, e **articulando melhor a complementaridade do setor público, designadamente com o setor social, com vista a diminuir a pressão sobre os cuidados hospitalares, em especial os serviços de urgência,** bem como deve promover uma gestão mais integrada da rede de cuidados, com a generalização das Unidades Locais de Saúde e com uma gestão da rede coordenada pela Direção Executiva do SNS. O reforço dos cuidados de proximidade passará, também, pelo alargamento da oferta de cuidados de determinadas

especialidades no contexto dos cuidados de saúde primários, designadamente na área da saúde oral e visual.

**Para garantir o reforço de 50% na capacidade de consultas, cirurgias e exames de diagnóstico, contratualizaremos um acordo com as instituições do setor social. Com vista a reduzir a ocupação de camas hospitalares, retomaremos o programa “Voltar a Casa”, dedicado a idosos que estão em hospitais por falta de retaguarda familiar. Em seis meses, pretendemos garantir o regresso de 300 idosos a casa, com retaguarda proporcionada pelas instituições particulares de solidariedade social. Pretendemos garantir resposta hospitalar junto dos idosos que se encontram nas instituições e criar equipas hospitalares que se desloquem aos lares e instituições para dar acompanhamento médico aos idosos, evitando que estes vão aos hospitais, muitas vezes de noite e em situações muito difíceis e de grande fragilidade. Promoveremos, ainda, o reforço da telemedicina.**

O PS deve defender a prossecução da política do medicamento, no sentido de garantir aos cidadãos melhor acessibilidade ao medicamento, através do aumento da oferta e quota de genéricos, de autorização atempada da inovação terapêutica e da discriminação positiva dos cidadãos de mais baixos rendimentos ou com situações de doença crónica ou complexa, através de políticas de comparticipação de medicamentos mais favoráveis.

Devemos dar continuidade ao **alargamento das redes nacionais de cuidados continuados e cuidados paliativos**, reforçando o número de unidades existentes e as camas disponíveis e aumentando a oferta de cuidados de proximidade no domicílio. **Reforçaremos, ainda, a resposta articulada e em rede para a saúde mental e as demências.**

**É fundamental valorizar a promoção da saúde e prevenção da doença** através da execução de programas de educação para a saúde, aumentando a literacia dos cidadãos e as suas competências em autocuidados e fomentando comportamentos e estilos de vida saudáveis, da adoção de mecanismos ou incentivos dissuasores de comportamentos de risco resultantes do consumo de produtos ou substâncias nocivas para a saúde e da intensificação de programas de rastreio.

No âmbito da modernização administrativa, **incrementaremos a simplificação dos processos de interação dos cidadãos com os serviços de saúde** (marcação de consultas, exames, registos clínicos, emissão e obtenção de relatórios, informações, receituário e resultados de exames) adotando soluções flexíveis (presenciais e à distância) multicanal, com alargado suporte em tecnologias atualizadas de informação e comunicação. **Criaremos o “Minha Saúde”,** enquanto plataforma de interação entre os cidadãos e o sistema de saúde, com participação do sistema público de saúde, os subsistemas de saúde e os prestadores privados de cuidados de saúde, bem como do **Processo Clínico Eletrónico Único**.

### 5.3.6 Qualificações, Educação e Ensino Superior

O acesso à educação é um pressuposto da igualdade de oportunidades por que se batem todas e todos os socialistas, uma vez que a educação é o mais poderoso elevador social. O PS tem sempre como prioridade o combate às desigualdades no acesso à educação,

no sucesso escolar e nos trajetos escolares, do ensino pré-escolar ao superior. O país precisa de investir na recuperação das aprendizagens, prosseguir a melhoria do sucesso escolar e de continuar a reduzir o abandono escolar precoce, bem como de diminuir os custos das famílias com a educação dos filhos. O PS aprofundará as medidas de promoção do sucesso escolar, desde a universalização do ensino pré-escolar ao combate ao insucesso escolar em todos os graus de ensino, diversificando os instrumentos e as estratégias flexíveis de combate ao insucesso. No fundo, garantir a Educação como um direito universal e como fator de desenvolvimento humano.

A escola pública é única na capacidade de integrar e promover a igualdade. Deve, por isso, ser um espaço de qualidade, designadamente nas práticas inovadoras, desde o ensino artístico ao ensino de línguas estrangeiras. **Ao PS cabe continuar a defender a escola pública, através da continuada melhoria do parque escolar, designadamente no quadro da descentralização de competências para os municípios e do reforço da atratividade da profissão docente, com forte reforço da formação de professores, da sua autoridade e das suas condições de trabalho.**

**O PS manterá e reforçará, ainda, as políticas de recuperação de qualificações das populações adultas**, enquanto marca fundamental da sua governação, baseada no princípio de não deixar ninguém para trás. Para isso, o PS de pugnar pelo cumprimento do desígnio estratégico da modernização da formação profissional contínua, ao serviço das pessoas, das empresas e do país, com o objetivo de no final desta década 60% dos adultos entre os 25 e os 64 anos com aprendizagem ao longo da vida todos os anos.

**O Partido Socialista defenderá a criação de uma rede de escolas de ensino profissional defendendo o conceito de fileira**, que em articulação com as instituições de ensino superior possam garantir recursos humanos especializados numa ótica de especialização inteligente e o lançamento de um plano nacional de modernização da rede de centros de formação profissional em articulação com as associações empresariais, tanto no plano das infraestruturas como da modernização e equipamento tecnológico. Bem assim, deve pugnar pela dinamização com os parceiros sociais de um programa de licenças para formação que facilite períodos de melhoria de qualificações e de requalificação das pessoas ao longo da vida, em articulação com a possibilidade de substituição dos trabalhadores em formação e implementar na sua plenitude o acordo de concertação social relativo à formação profissional e à sua relação com o mercado de trabalho.

**Portugal deve continuar a trajetória de convergência com a União Europeia em matéria de qualificação superior, mantendo a estratégia de alargar o ensino superior a novos públicos e consolidar a qualificação dos portugueses, para que se atinja uma taxa média de frequência no ensino superior de 6 em cada 10 jovens com 20 anos até 2030**, e para assegurar 50% de graduados de educação terciária na faixa etária dos 30-34 anos.

Esta estratégia exige alargar a base social de participação no ensino superior para uma sociedade baseada no conhecimento, diversificar e especializar o processo de ensino e aprendizagem no ensino superior, intensificando a atividade de I&D e a articulação entre ensino

e investigação. Por outro lado, exige empregar melhor, com mais e melhor integração entre educação, investigação e inovação e uma articulação com as empresas, o tecido produtivo, a administração pública e as instituições sociais, bem como reforçar e expandir a internacionalização do ensino superior e das atividades de I&D, estimulando a atração de recursos humanos qualificados em estreita articulação com novas atividades económicas de maior valor acrescentado.

Por isso, **o PS celebrará um novo “Contrato de Legislação” para o período de 2024-2028 com as universidades e institutos politécnicos**, com o objetivo de garantir estabilidade e previsibilidade na rede de ensino superior.

**Reforçará a ação social escolar no ensino superior, incluindo os apoios aos estudantes deslocados e ainda reforçará os incentivos e apoios para a frequência do ensino superior em regiões do país com menor procura e menor pressão demográfica, bem como concretizará o financiamento do Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior**, previsto no PRR.

O Partido Socialista deve continuar a defender o fortalecimento da ligação da academia com a sociedade, fomentando a internacionalização das instituições de ensino superior e apoiando a sua integração em redes de cooperação internacional, incluindo as “Redes de Universidades Europeias”.

### 5.3.7 Cultura

As políticas públicas de Cultura devem continuar a ser orientadas para a acessibilidade e participação alargada dos públicos e para a sua ligação às instituições culturais, às obras e aos criadores e artistas. A orientação política para o setor da Cultura deve representar a continuidade com o programa que se encontrava em execução, assente numa **visão estratégica, na valorização da competência dos agentes públicos da promoção cultural e na consistência orçamental. A visão estratégica assenta, então, em seis prioridades fundamentais: a promoção do livro e da leitura; o património cultural; a criação artística; a promoção do cinema e do audiovisual; a descentralização; e a internacionalização.** A descentralização e a internacionalização territorializam e extra-territorializam todas as prioridades antecedentes. Na promoção do livro e da leitura as políticas públicas devem enfrentar os riscos que a transição digital coloca aos hábitos de leitura e as oportunidades que também proporciona à difusão dos textos literários. Quanto ao património cultural, foi desmoronada a ideia feita – mas falsa! – de que a direita política cuidava melhor da sua proteção. É necessário integrar a visão sobre o património e os museus e **prosseguir o maior investimento de sempre em curso na área do património cultural e na modernização e digitalização dos museus. Deve ser assegurada a centralidade do apoio à criação artística nas políticas públicas de cultura**, devendo o Estado proporcionar as condições de criação e fruição cultural, num esforço permanente e crescente de apoio aos artistas e de **formação de novos públicos.** É fundamental continuar a **promover o cinema e audiovisual**, continuando a apoiar a produção portuguesa e a preservação do património cinematográfico nacional. É fundamental **assegurar a descentralização da oferta cultural e a internacionalização dos artistas e da língua**



portuguesas, como domínio central da nossa ação externa.

No domínio da comunicação social **deve ser garantido o acesso dos cidadãos a informação de qualidade, livre e esclarecedora, combatendo os fenómenos de desinformação e promovendo a literacia mediática.**

### 5.3.8 Migrações

Portugal deve continuar a afirmar-se como um país aberto ao mundo e acolhedor de quem o procura para desenvolver aqui o seu projeto de vida.

Nas atuais condições do mercado de trabalho, a economia portuguesa necessita de imigrantes. **Deve ser promovida a atratividade de quadros altamente qualificados, bem como de estudantes e investigadores estrangeiros,** com vista ao reforço do sistema científico nacional e à internacionalização das instituições de ensino superior. Para isso, é necessário reforçar os mecanismos de informação sobre direitos, condições e apoios. Importa, ainda, **agilizar os processos de legalização, das autorizações de residência ao reagrupamento familiar de imigrantes e refugiados.** A simplificação destes procedimentos administrativos é, também, um fator de combate às redes de imigração ilegal.

Participaremos ativamente e incentivaremos as nossas empresas, centros de conhecimento e instituições a participar nos programas europeus de cooperação para o desenvolvimento, como o *Global Gateway* ou o Europa Global, promovendo o diálogo multilateral entre os povos, as parcerias entre iguais e reduzindo os deslocamentos forçados por conflitos, violência ou pobreza devida a falta de formação ou impactos das alterações climáticas nos países geradores de maior número de refugiados.

Na sequência da reforma do modelo de controlo de fronteiras e de estrangeiros será implementada uma política de acolhimento de migrantes que permita responder às necessidades de desenvolvimento do país, num quadro de integração que seja potenciado pela identificação de fluxos migratórios mais favoráveis, designadamente no quadro do Acordo CPLP.

**Promoveremos um melhor acompanhamento dos fluxos migratórios de trabalhadores sazonais, desde a origem, através da nossa rede consular e de embaixadas, até ao acolhimento no território nacional, verificando as respetivas condições de trabalho e de habitação.**

Deve, também, ser reforçada a política de promoção do regresso de emigrantes, designadamente com a continuidade do Programa Regressar.

### 5.3.9 Juventude

É decisivo recentrar o modo como são definidas as políticas públicas, procurando dirigi-las todas para a juventude. É assim, especialmente, no amplo quadro de medidas que concorrem para emancipação jovem - desde logo, nas políticas educativas, nas políticas de promoção de emprego qualificado e estável ou nas políticas de acesso à habitação. Estas devem ser preocupações centrais da ação governativa, sendo que será apenas na interseção destas prioridades que conseguiremos continuar o esforço de fixação da geração mais qualificada de sempre no nosso país e promover o regresso dos que foram partindo. Nesse sentido, **defendemos a criação e implementação de mecanismos**

**de avaliação de impacto das políticas públicas na juventude,** considerando os jovens como destinatários transversais das políticas.

Adotaremos medidas de reforço e da capacitação das organizações de juventude, uma vez que organizações de juventude fortes a nível local, regional e nacional contribuem para a formação cívica, para uma maior cultura democrática e para uma cidadania mais ativa. Bem assim, reforçaremos o apoio ao voluntariado jovem.

Promoveremos a aproximação dos jovens às instituições europeias e incentivaremos, nos estabelecimentos de ensino e nas universidades, a mobilidade dos jovens entre os Estados-Membros.

### 5.3.10 Promover a igualdade de género e o combate a todas as formas de discriminação

O PS é o partido que mais contribuiu para reduzir a desigualdade entre homens e mulheres. Essa é uma luta contínua das e dos socialistas. Em particular, é essencial manter a prioridade no combate à desigualdade salarial entre homens e mulheres, aprofundando medidas de transparência salarial e mecanismos de atuação da inspeção do trabalho, para garantir uma efetiva avaliação e correção das diferenças salariais de género, conforme implementado pelos governos do Partido Socialista. É, ainda, fundamental promover o acesso de mais mulheres a cargos de chefia e de direção, quer no setor público, quer no setor privado.

O PS deu contributos fundamentais para o combate a todas as formas de discriminação designadamente através da lei do casamento entre pessoas do mesmo sexo e das alterações à lei da procriação medicamente assistida, por exemplo. É essencial prosseguir esse caminho de garantia de uma sociedade acolhedora para todas e todos, independentemente da sua identidade de género, orientação sexual, raça, credo ou religião. Em especial, **devemos continuar a investir na prevenção e no combate à violência doméstica e à violência contra as mulheres.**

É essencial aumentar os níveis de formação antidiscriminação, em particular nos serviços públicos. No que concerne à legislação, deve garantir-se a **harmonização dos níveis de proteção de todas as categorias de discriminação e proteger a discriminação múltipla e interseccional,** isto é, de quem integra mais do que uma categoria de discriminação, garantindo a clareza dos enunciados normativos, quer para os aplicadores, quer para as vítimas.

Deve ser estimulada a participação e a representatividade de minorias nos órgãos do Estado e nas entidades públicas, bem incentivado o setor privado e social na prossecução da igualdade e não-discriminação.

### 5.3.11 Inclusão das pessoas com deficiência

A potenciação da autonomia e a inclusão das pessoas com deficiência ou incapacidade foi uma prioridade dos últimos Governos, designadamente no quadro da Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025.

Pretendemos prosseguir a implementação da Estratégia, **privilegiando a não institucionalização e as respostas de proximidade, bem como concretizaremos o modelo definitivo de Apoio à Vida Independente.**

**Defenderemos o aumento de alunos com defi-**

**ciência a frequentar o ensino superior,** com melhoria das condições de acolhimento e fomentaremos o apoio à empregabilidade das pessoas com deficiência ou incapacidade.

**Aceleraremos o esforço nacional de promoção das acessibilidades** físicas, digitais, de informação e comunicação para todos, bem como reforçaremos a fiscalização do cumprimento das normas técnicas de acessibilidade, na construção, reabilitação, manutenção e conservação do espaço público, equipamentos, infraestruturas de transportes e habitações e no acesso a serviços.

### 5.3.12 Economia social

Conhecemos bem a importância que hoje tem o setor da economia social e solidária. Desde o relevante papel no setor financeiro, passando pelo potencial da iniciativa cooperativa, até ao relevo social das organizações de cultura e recreio.

A economia social continuará a ser um parceiro fundamental nomeadamente na promoção da coesão territorial e na construção da rede de equipamentos sociais. **O renovado pacto de Cooperação para a Solidariedade, bem como os programas de investimento social em desenvolvimento, constituem instrumentos decisivos para o papel do setor solidário no reforço do nosso modelo social.**

O apoio à primeira infância, aos equipamentos dirigidos à pessoas com deficiência, às famílias carenciadas ou aos mais idosos, continuarão a contar com a cooperação entre o Estado e o setor social.

## 5.4 Proteção Ambiental

### 5.4.1 Emergência climática

A emergência climática exige ação urgente. A subida do nível da água do mar poderá trazer consequências trágicas para diversas áreas do planeta e também para a costa portuguesa. Os eventos climáticos extremos sucedem-se hoje, sendo o nosso País particularmente afetado negativamente entre os países europeus, nomeadamente prevendo-se maiores períodos de seca, precipitação intensa e ondas de calor, pondo em causa a segurança dos cidadãos. Os episódios cada vez mais frequentes de calor extremo têm um forte impacto na saúde dos cidadãos. Há, pois, que continuar a procurar, por um lado, reverter as suas causas e, por outro, trabalhar na resiliência das populações.

A ação climática deve ser integrada em todos os níveis da governação - nacional, regional e local - e territorializada. A redução de emissões e a prevenção e mitigação dos riscos de catástrofe devem ser prioridades tanto nacionais, como regionais e autárquicas.

Portugal foi o primeiro país a assumir o compromisso com a neutralidade carbónica até 2050, entretanto antecipado para 2045, concretizado no Roteiro para a Neutralidade Carbónica e no Plano Nacional de Energia e Clima 2030. Tal implica uma aposta integrada ao nível dos diferentes setores, especialmente em termos dos transportes e energia, com **aumento da capacidade de produção de energia a partir de fontes renováveis, o reforço da rede de transportes públicos e alargamento do respetivo acesso através de redução tarifária, bem como no incentivo à mobilidade elétrica,** mas também na transição justa dos territórios e indústrias com utilização intensiva de carbono.

A aposta na garantia da execução dos programas financiados pela União Europeia é também um fator essencial numa melhoria ambiental, associada a continuação da implementação de uma reforma fiscal verde e numa promoção de veículos menos poluentes e zonas de baixas emissões.

A informação de todos é também essencial na prossecução de todas as políticas de adaptação às alterações climáticas, pelo que é essencial poder apostar em sistemas que permitam o acompanhamento das medidas, os impactos de cada uma e os riscos da inação, estimulando a participação dos cidadãos não só na consulta, mas também no desenho e na execução de medidas. Aliada à promoção da informação devem ser estimuladas as ações de sensibilização.

É fundamental garantir a continuidade do alinhamento das políticas nacionais com o Pacto Ecológico Europeu e que o recurso ao Mecanismo para a Transição Justa, que mobilizará 100 mil milhões de euros até 2027, garante o respeito pelo princípio fundamental do desenvolvimento sustentável: não deixar ninguém para trás. A definição das políticas energéticas e ambientais deve ser inclusiva e participada. Promoveremos um debate público alargado como mecanismo mobilizador para a revisão regular dos Planos Nacionais de Energia Clima. Considerando a diminuição de reservas de água doce, que contribuem para a escassez e stress hídrico, importa promover um uso racional da água, bem como a dessalinização de água do mar. No sentido de garantir a resiliência dos territórios deve manter-se o projeto já iniciado, designadamente o projeto enquadrado no PRR para a instalação da dessalinizadora no Algarve e avaliar a necessidade e possibilidade de implementação destes equipamentos em outros pontos do território.

#### 5.4.2 Transição energética verde e mobilidade

Portugal tem registado progressos significativos na produção de energias renováveis. A continuação da aposta numa maior utilização de energia de fontes renováveis é essencial para garantir uma maior segurança de aprovisionamento energético, preços mais acessíveis no abastecimento de energia, maior desenvolvimento tecnológico e maiores vantagens ambientais e sociais, não só na criação de emprego, mas também num desenvolvimento regional mais acelerado.

É urgente descarbonizar o restante consumo de energia, especialmente nos transportes e na indústria. É fundamental **promover a utilização de transportes coletivos e reforçar a aposta na mobilidade elétrica**. A promoção dos modos de mobilidade suave e o redesenho do espaço público para a otimização destes modos de transporte é essencial. **É fundamental expandir a aposta nas energias renováveis no domínio hídrico como eólico, designadamente offshore, mas também na energia solar**, bem como prosseguir a política de utilização de leilões. **Deve prosseguir-se e aprofundar-se o incentivo à geração local de energia e tornar mais acessíveis os apoios à eficiência energética**.

É, ainda, de destacar o papel das autarquias no apoio às comunidades locais nas suas iniciativas de melhor aproveitamento energético, bem como na sua própria ação, designadamente de aproveitamento dos seus espaços e equipamentos para a produção de energia e na promoção de equipamentos públicos (de iluminação e outros) mais eficientes, bem como na construção de

habitação municipal digna e energeticamente eficiente. Na urgente e difícil redução das emissões de carbono é importante, em estreita cooperação com a União Europeia, não esquecer as possibilidades que a aposta no hidrogénio, enquanto energia limpa, pode constituir para alcançar a neutralidade carbónica até 2050. O hidrogénio renovável tem um papel crucial na estratégia energética e climática de Portugal, evidenciando que a descarbonização pode ser feita com a criação de emprego, nesta aposta de reindustrialização do país.

Continuaremos a promover uma política industrial em torno do hidrogénio, na perspetiva de descarbonização da economia e de promoção de uma nova fileira industrial com potencial exportador e gerador de riqueza. Nesse sentido, importa continuar a promover e mobilizar investimento público e privado em projetos nas áreas da produção, do armazenamento, do transporte e do consumo e utilização de gases renováveis em Portugal. Da mesma forma, será importante capitalizar estes investimentos infraestruturantes numa política industrial mais alargada, que atraia e dinamize o tecido empresarial e industrial, numa trajetória de maior valor acrescentado em produtos verdes e inovadores.

**Apostaremos, ainda, no desenvolvimento de infraestruturas de fornecimento de hidrogénio aos consumidores finais e estimular a criação de procura no mercado, designadamente na indústria e no setor dos transportes.** Paralelamente, deve ser feita uma forte aposta na promoção da investigação e inovação, assente numa partilha de conhecimentos a nível global, permitindo uma redução de custos, um aumento da competitividade e da confiança dos investidores e consumidores.

É fundamental, contudo, que esta transição seja justa e não deixe ninguém para trás. É fundamental proteger os setores que serão mais afetados pela necessidade de realizar esta transformação, bem como os seus trabalhadores. É fundamental a reconversão dos trabalhadores, a proteção dos mais vulneráveis e a valorização dos territórios que sejam afetados pela mudança dos respetivos fundamentos económicos.

#### 5.4.3 Tratar os resíduos e promover a circularidade

Uma visão coordenada e integrada de políticas de consumo e produção sustentáveis deve encontrar compatibilidade com uma economia baseada em políticas eficientes em termos de recursos, procurando uma gestão ambientalmente sustentável dos resíduos e a promoção da sua redução através da prevenção, redução, reciclagem e reutilização, tendo em vista a implementação de uma economia circular.

Deve, pois, ser incentivada a indústria que atente ao ciclo de vida do produto e à reutilização dos respetivos materiais desde a fase de conceção, assegurando uma transição para uma economia menos consumidora de matérias-primas finitas e menos geradora de resíduos, otimizando os fatores de produção, aumentando a eficiência e reduzindo custos. Bem assim, deve ser promovido recurso à utilização de serviços, em detrimento à aquisição de bens, com vista a otimizar os recursos disponíveis em bens e equipamentos.

**O desenvolvimento da economia circular deve, pois, assentar numa melhor gestão de resíduos, considerando os seus ciclos de vida, promovendo uma utilização mais sustentável dos recursos.** Temos de introduzir novos sistemas, como sis-

temas de recolha do tipo PAYT (*Pay-As-You-Throw*), apostar em campanhas de sensibilização que permitam um desenvolvimento da recolha seletiva de resíduos, potenciando o aumento dos níveis de reciclagem e o aumento da capacidade de recolha de biorresíduos, bem como criar redes de partilha de conhecimentos com outras comunidades.

Assim, além do aumento da reutilização e reciclagem, importa prevenir a produção e perigosidade de resíduos, garantir uma diminuição substancial da deposição em aterro e apostar na consolidação da rede de gestão de resíduos. Por fim, deve ser estimulada a aposta numa redução do desperdício alimentar.

#### 5.4.4 Bem-estar animal

Os avanços conseguidos em matéria de tratamento ético e do bem-estar animal também devem continuar a ser consolidados e ampliados, em linha com os valores preconizados no contexto alargado da proteção da Natureza, e neste caso da salvaguarda dos animais independentemente da sua função de companhia.

No imediato, este esforço deverá continuar a ser prosseguido tanto do lado do quadro penal aplicável no caso dos maus-tratos e da proteção geral dos animais e da Natureza, como da sucessiva melhor previsão deste tema no contexto da produção e da utilização económica dos animais, com equilíbrio e orientação pelos princípios de referência.

**Deve ser densificado o quadro legal relativo ao bem-estar dos animais de companhia, promovendo uma detenção responsável dos animais e o apoio aos seus detentores.**

#### 5.5 Justiça, instituições eficazes, segurança e Paz

O PS, para além de manter-se fiel ao seu ADN de vocação universal deve alinhar transversalmente a sua proposta política com a Agenda 2030 no que concerne à paz, à justiça, à promoção do Estado de direito, de instituições eficazes, responsáveis e transparentes e de parcerias que promovam o desenvolvimento sustentável.

A governação do PS tem, também, como marca o respeito e cooperação institucional com todos os órgãos de soberania, com o poder local e com as Regiões Autónomas.

Portugal tem constado sucessivamente nos rankings do Global Peace Index como um dos países mais seguros do mundo. Este é um legado que queremos honrar: na prevenção dos incêndios, na vigilância do nosso território e das nossas costas e no combate à criminalidade, em geral, e à violência doméstica, ao tráfico de droga e à criminalidade económico-financeira, em particular.

##### 5.5.1 Justiça e instituições eficazes

###### 5.5.1.1 Justiça

A justiça é um pilar essencial do Estado de direito democrático. As realidades complexas do mundo atual trouxeram dificuldades à sua realização pelo que exigem uma reflexão abrangente por parte de todos os agentes – magistrados, advogados e demais profissionais de justiça, a academia, os partidos políticos e a sociedade civil – com vista a encontrar as melhores soluções, no quadro de um **Compromisso para a Justiça**. Neste âmbito, a constituição de um Conselho Consulti-

vo da Justiça contribuirá para essa revisão permanente e para a monitorização da sua implementação.

A celeridade da justiça é essencial à sua realização, em especial quanto à justiça penal. Assim, o PS deve procurar, no âmbito do debate, encontrar entendimentos entre os principais partidos políticos com vista à implementação de reformas que garantam a confiança no sistema, não descurem as garantias dos cidadãos, previnam e combatam a criminalidade, especialmente nas suas formas mais complexas – a criminalidade económico-financeira, o flagelo da corrupção e crimes conexos, a fraude, a evasão fiscal e o planeamento fiscal agressivo – melhorem a eficiência do Ministério Público e contribuam para o desenvolvimento económico do país. Com efeito, o funcionamento da justiça tem implicações importantes na atividade económica, em particular na realização de investimento e na atração de investimento direto estrangeiro.

Entre estas reformas tendentes à celeridade, a **revisão das regras sobre conexão de processos, assim evitando os “megaprocessos”**, que tendem a eternizar-se e a gerar a convicção na sociedade de que as responsabilidades não são devidamente assacadas aos agentes de crimes, é essencial, bem como o reforço dos mecanismos de garante do cumprimento dos prazos processuais.

Contribuirão igualmente para uma justiça mais célere: a necessária especialização dos tribunais; a revisão transversal dos prazos judiciais, adaptando-os de acordo com a complexidade dos processos e promovendo a sua efetiva aplicação; o repensar da utilidade e necessidade de vários atos processuais em todas as fases processuais e eliminando os que tenham natureza meramente dilatatória; a revisão do sistema de recursos, com vista a promover o trânsito em julgado das sentenças e acórdãos; a redução das tarefas burocráticas dos operadores da justiça, libertando-os para a sua função principal no quadro dos processos; a continuação da aposta na digitalização da justiça, associada a soluções inovadoras, como seja a padronização de processos, ou o recurso a mecanismos de automatização para auxiliar magistrados e oficiais de justiça nas suas funções.

**A transparência dos tribunais deve continuar a ser uma prioridade do PS.** Com efeito, é necessário garantir que a informação estatística e a atividade dos tribunais são facilmente acessíveis aos cidadãos. Com recurso às diversas soluções que o desenvolvimento dos sistemas informáticos e de captação de dados têm promovido, conseguir-se-á conhecer a forma como os tribunais aplicam a justiça, mas também medir o grau de eficiência dos seus diversos atores, cuja prestação de contas deve ser mais exigente. Neste âmbito, a prestação de contas também merecerá aprofundamentos. Proporemos a apreciação em sede própria, na Assembleia da República, do relatório anual de atividades do Ministério Público.

A especialização dos tribunais de forma transversal à arquitetura do sistema judicial implica a reforma do modelo de ensino e formação dos magistrados, de forma a garantir que estes estão dotados dos conhecimentos indispensáveis ao exercício das suas funções, sem descurar os conhecimentos essenciais e transversais de maior relevância. Por outro lado, deverá ser uma prioridade para o PS o reforço da capacidade técnica e científica dos tribunais superiores, focando a sua atividade nas questões de maior complexidade.

Em matéria de registos e notariado, e tendo presente os impactos sociais dos regimes jurídicos, o PS deve pugnar pela **reforma do regime sucessório**, de forma a estimular os processos de habilitação de herdeiros, inventariação e partilha, garantido que, com respeito pelo período de luto dos familiares e outros sucessores, os bens são atribuídos aos sucessores com a maior brevidade possível, retornado assim ao comércio jurídico e potenciando a sua utilização, o que tem relevância no combate aos problemas de habitação.

#### 5.5.1.2 Qualidade da democracia

O PS deve participar em todos os debates sobre o aprofundamento da qualidade da democracia, da transparência no exercício de funções públicas e políticas e do exercício pleno da cidadania.

Nos primeiros seis meses da nova legislatura, e após amplo debate público, o PS apresentará na Assembleia da República propostas a respeito da reforma do sistema eleitoral, da melhoria da ligação entre eleitos e eleitores e correspondente valorização da legitimidade representativa da Assembleia da República, da reforma do sistema de governo das autarquias, na sequência da descentralização de competências para os seus órgãos, sobre a regionalização e sobre a transparência no exercício de cargos políticos e altos cargos públicos. Defenderemos a facilitação da iniciativa legislativa dos cidadãos e promoveremos o aumento do número de atos legislativos colocados em discussão pública, bem como a criação de uma plataforma digital de interação entre os cidadãos e os deputados eleitos para a Assembleia da República pelo Partido Socialista que promova o conhecimento das funções dos parlamentares de um modo simples e acessível e a participação dos cidadãos e a operacionalização de um sistema de perguntas dos cidadãos que garanta que todas as perguntas têm resposta. Relançaremos o Orçamento Participativo Portugal e pugnaremos pela facilitação da realização de referendos locais.

**O PS defenderá a regulamentação do exercício de atividades de representação de interesses junto de entidades de natureza pública (lobbying)** com obrigatoriedade de registo de interesses e reforçará e monitorizará a aplicação de instrumentos de defesa da transparência, a partir do centro do Governo, em especial pelo Executivo e pelos diversos departamentos da Administração Central, mas também em sede parlamentar e no âmbito das Autarquias Locais. **Estabelecerá, ainda, o registo da «pegada legislativa»**, que identifica a proveniência dos anteprojetos legislativos, bem como todas as interações entre os órgãos com poder legislativo e entidades terceiras. Clarificará matérias de impedimentos e incompatibilidades dos Deputados da Assembleia da República, designadamente no que concerne ao exercício do mandato em acumulação com o exercício de profissões liberais no quadro de sociedades que desenvolvam relações contratuais com o Estado e demais entes públicos ou que litiguem contra estes.

Defenderemos a publicitação das audiências dos titulares de cargos políticos com partes interessadas, como um contributo para uma boa informação do público em geral com relação à atividade dos governantes, sem pôr em causa a autonomia da atividade política, cuja preservação é fundamental.

O PS manterá a política de melhoria da qualidade da legislação, designadamente o Programa Legislar Me-

lhor, alargando designadamente a avaliação de impacto legislativo a mais âmbitos de avaliação de impacto não económico, sem prejuízo da manutenção do importante contributo da avaliação de impacto económico para a redução dos custos de contexto para cidadãos e empresas.

Defenderemos o reforço da transparência e os mecanismos de informação e comunicação na aplicação dos fundos europeus, em especial no Portal Mais Transparência.

#### 5.5.1.3 Instituições eficazes

Construiremos uma política de reforço da ação do Estado e da eficácia da sua ação. **Criaremos um representante do Governo em cada região correspondente ao território das CCDR.** Com efeito, desde a extinção dos governos civis que se tem notado um vazio ao nível da coordenação da ação do Estado localmente, o que ficou ainda mais evidenciado no contexto do combate à pandemia. A experiência adotada provou bem a sua eficácia no terreno e a necessidade da implementação de uma solução a título definitivo.

**Também nas funções reguladoras do Estado, deve haver um reforço de meios, humanos e tecnológicos**, designadamente com recurso a inteligência artificial (cuidando da prevenção do viés dos algoritmos), com vista à eficácia da ação reguladora e fiscalizadora do Estado, permitindo que este garanta a equidade entre os operadores económicos e a adequada correção de assimetrias e falhas de mercado.

**Continuaremos o robustecimento da Administração Pública**, enquanto instrumento de ação do modelo de Estado que preconizamos, apostando na melhoria da resposta, em qualidade e celeridade, orientada para as pessoas, as empresas e para o país.

Os governos do PS têm vindo a adotar medidas para valorizar, capacitar e rejuvenescer a Administração Pública, porque consideramos fundamental que os serviços públicos disponham de profissionais e dirigentes tecnicamente capazes para lidar com desafios. Queremos aprofundar esta linha de atuação para assegurar que continuamos a desenvolver uma Administração Pública assente numa maior intensidade de saber, com sistemas de aprendizagem contínua que potenciam um percurso profissional atrativo.

Para isso é necessário garantir que a Administração Pública dispõe de trabalhadores com capacidade de participar no planeamento, execução e avaliação de políticas em modelos que envolvem os cidadãos e outras partes interessadas de forma cada vez mais aprofundada, que funcione em rede, em colaboração permanente para partilhar recursos materiais e de conhecimento. **Aprofundaremos, designadamente, o modelo iniciado de criação de centros de competências.**

Devemos continuar a inovar nas respostas a cidadãos, empresas e outros atores sociais, tirando partido das ferramentas tecnológicas: os governos do PS têm utilizado o digital para transformar a educação, a prestação de cuidados de saúde e para dar origem a novas formas de atendimento público à distância. **Devemos procurar incorporar as soluções de Inteligência Artificial para analisar grandes volumes de dados e desenhar repostas personalizadas aos cidadãos**, abrindo um imenso campo de oportunidades para melhorar o funcionamento dos serviços públicos e, na linha do preconizado pela União Europeia, resolver

problemas em áreas críticas como saúde, transportes, energia, segurança ou a luta contra a desinformação, sempre cuidando da qualidade e do não enviesamento dos algoritmos.

O nosso propósito é aprofundar esta caminho de forma responsável e democrática. Responsável porque defendemos que as soluções digitais inovadoras devem ser testadas, avaliadas e só depois expandidas. Democrática porque defendemos clareza, transparência e envolvimento dos utilizadores e não apenas de especialistas na definição de soluções para novos serviços, pois a avaliação dos riscos da utilização destas soluções interessa a todos. A literacia digital, o debate e instrumentos de escrutínio público são o que promoveremos ativamente. E fá-lo-emos **relançando uma Estratégia para a Transformação Digital da Administração Pública** alicerçada nestes princípios, com monitorização e avaliação pública.

Mas a inovação, que tira do partido do digital, assenta sobretudo em condições organizacionais e fatores culturais que permitam quer melhorar práticas existentes para potenciar resultados, como testar novas abordagens para garantir a adaptação a mudanças no ambiente, ou explorar temas emergentes que podem originar prioridades futuras. A nossa ambição é elevar o nível de maturidade das políticas de inovação para garantir capacidade permanente da estrutura administrativa para inovar, a começar pelos trabalhadores da Administração Pública.

Queremos aprofundar esta aposta dos governos do PS, que foi evidente logo com o lançamento do Simplex, em 2006, centrado na eficiência da AP e em serviços mais simples a cidadãos e empresas, relançando este programa articulado com uma **Estratégia específica para a Inovação e Modernização da Administração Pública e com um novo Sistema de Incentivos à Inovação na Gestão Pública**, orientado para a experimentação e no reconhecimento de projetos inovadores. A digitalização do Estado e da administração pública exige a perspetiva omnicanal aplicada a toda relação dos particulares com a administração. Assim, o respeito pela autonomia constitucional do poder local não impede a construção de um grande esforço nacional para unificar o relacionamento tecnológico com os cidadãos, sempre no respeito pelas atribuições e competências de cada instituição e pelo princípio da governação multinível. **Propomos uma visão dos processos orientada aos cidadãos.** Independentemente de qual a entidade da administração que seja titular de cada processo e responsável pela execução e deliberação administrativa. O programa Simplex, estatal e autárquico, deverá ser interligado tecnologicamente a este fim. A Agência para a Modernização Administrativa deverá ser reforçada como verdadeira autoridade nacional para a digitalização, onde participem Autarquias, Regiões e Estado, como responsável por toda a vertente de tecnologia e de conhecimento para que possa preparar, desenvolver e fornecer serviços digitais como ponto de contacto dos cidadãos com a administração central e a administração local. A esta autoridade e plataforma comum deverá ser associado um sistema de incentivos à criação de entidades associativas públicas para partilha de recursos e de exercício conjunto de atribuições e competências.

### 5.5.2 Segurança

Vivemos num mundo em permanente mudança e no qual os acontecimentos se desenrolam com uma ra-

pidez e intensidade nunca testemunhada, o que pode suscitar incerteza e insegurança.

Face às exigências do nosso tempo torna-se fortemente aconselhável adotar uma conceção alargada do interesse nacional nas seguintes áreas fundamentais: (i) a estratégia de segurança nacional; (ii) a estratégia nacional de segurança interna, proteção civil e de resposta às situações de calamidade pública, bem como, noutro plano, de proteção das infraestruturas críticas nacionais; (iii) o plano nacional de segurança energética; (iv) o plano nacional de segurança alimentar; (v) a estratégia de combate às alterações climáticas, de preservação ambiental e de conservação da água e de gestão dos recursos hídricos; e (vi) a estratégia nacional de cibersegurança.

Uma segurança eficaz e ao mesmo tempo humanista, valorizando os profissionais e próxima das pessoas, é um património dos socialistas que continuaremos a aprofundar.

Todos, sem exceção, têm direito à segurança. Tendo um papel ímpar nesta sede, o PS deve continuar a pôr ao serviço do país a sua experiência e conhecimento na definição e execução de políticas públicas.

O terrorismo, o tráfico de pessoas, de armas e de droga ou o cibercrime constituem também ameaças globais que impõem a existência de meios operacionais e de vigilância, para a sua prevenção e repressão.

**Incrementaremos a partilha de recursos entre as forças e serviços de segurança, nomeadamente GNR e PSP**, eliminando redundâncias nas funções respetivas, designadamente as de controlo das fronteiras marítimas e terrestre, quando necessário, nas brigadas de controlo do trânsito em estradas nacionais, de prevenção dos fogos florestais, de apoio à fiscalização e controlo de mercadorias sujeitas à ação tributária, fiscal ou aduaneira, bem como de protocolo e assistência aos órgãos de soberania.

**Importa aprofundar, em todo o território nacional, as funções da polícia de patrulhamento** e garantia da segurança pública bem como de proximidade, estreitando as suas missões de prevenção segundo as necessidades estabelecidas ao nível dos conselhos locais de segurança, em cooperação com as Autarquias Locais e demais instituições relevantes da comunidade local.

Devemos aperfeiçoar, mediante a devida cooperação dos organismos competentes em razão da matéria, dos procedimentos e instrumentos de acompanhamento devido da situação dos estrangeiros residentes em território nacional, acautelando a indispensável eficácia dos mecanismos que assegurem a regularidade dessa permanência e permitam resolver de forma adequada todas as situações detetadas de irregularidade, quer quanto à permanência ilegal, quer quanto ao risco de tráfico laboral ou para outros fins de exploração da dignidade humana.

É fundamental reforçar a intervenção sobre fenómenos de violência, designadamente relativos à atividade desportiva e à violência doméstica e desenvolver respostas multidisciplinares e integradas, que incluam designadamente todos os níveis de Governo (nacional, regional e local), instituições de saúde e do setor social no combate à criminalidade associada ao tráfico de droga.

No âmbito da proteção civil, **continuaremos o desenvolvimento e materialização da Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva**

**2030**, que materializa o compromisso nacional com o cumprimento das metas traçadas pelo Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes.

Falar do sistema de proteção civil implica falar daquele que é um dos mais importantes pilares do sistema, os Bombeiros. Neste plano, continuaremos a aprofundar o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos. Os principais eixos futuros passarão pela crescente profissionalização do setor, estruturando e consolidando a rede de equipas de intervenção permanente, mantendo viva a matriz tão nossa e que assenta no voluntariado, apostando na necessária adaptação e aprofundamento da formação, agregando centros de conhecimento e de investigação e adequando a capacitação destes operacionais aos complexos desafios atuais e futuros.

Por outro lado, queremos ainda avaliar as necessidades em matéria de financiamento permanente, de forma integrada e envolvendo todos os parceiros, nomeadamente a área da saúde e as autarquias, a promoção e incentivos ao voluntariado, o reequipamento e a estruturação das carreiras.

**Defendemos o reforço do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais**, na promoção da articulação entre todos os intervenientes na prevenção estrutural, nos sistemas de autoproteção de pessoas e infraestruturas.

**Procederemos à extinção da SIRESP, S. A., passando as suas atribuições, recursos e responsabilidade para um organismo da administração direta ou indireta do Estado, no âmbito do Ministério da Administração Interna**, permitindo a implementação do novo modelo institucional de desenvolvimento da área das tecnologias, comunicações e comunicações de emergência do MAI, assegurando uma estrutura de gestão integrada de rede que inclua a área tecnológica da Rede Nacional de Segurança Interna, as comunicações, o 112.pt, as comunicações de emergência (rede SIRESP) e as bases de dados dos serviços e organismos da administração interna.

### 5.5.3 Paz

Num tempo em que o regresso do flagelo da guerra e do ódio representam um retrocesso da Humanidade, a procura da paz, através da diplomacia, constitui um legado do PS, mas é também uma responsabilidade de que não podemos prescindir.

Relativamente a qualquer conflito armado, o PS deve continuar a defender a criação de condições tendentes à negociação de soluções pacíficas, com respeito pelo direito internacional, em especial pelo direito humanitário, e pela autodeterminação dos povos. No plano humanitário, o PS considera que é um imperativo ético de Portugal associar-se aos esforços para receber os refugiados que fogem às guerras, bem como reforçar a ajuda humanitária às populações e organizações no terreno, em domínios como os da saúde, água, energia ou alimentação.

No contexto decorrente da invasão da Ucrânia pela Federação Russa, o PS deve continuar a privilegiar uma abordagem comum no seio da União Europeia e da NATO, em estreita articulação com outros Estados que partilhem os valores subjacentes ao corpo de medidas destinadas a tentar reverter o atentado ao Direito Internacional que aquela agressão configura, nomeadamente pela **aplicação de sanções contra a Rússia**. No tocante ao conflito que envolve Israel e a Palestina, o PS, que tem um inigualável património histórico

de abordagem equilibrada daquele processo, desde os tempos de Mário Soares, deve continuar a perseverar no sentido da redução das tensões e da violência, num caminho para **uma solução política que compatibilize a segurança de Israel e os direitos do povo palestino, nomeadamente continuando a explorar a viabilidade da a solução de dois Estados**, no estrito respeito pelas resoluções das Nações Unidas.

### 5.5.3.1 Defesa nacional

As Forças Armadas desempenham uma função essencial na garantia da nossa soberania, tendo, com regularidade, solicitações para participar em novas missões, de natureza complexa, incluindo de ajuda humanitária e de apoio a populações civis, no território nacional e além-fronteiras, no quadro do Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

Os desafios atuais a nível de defesa impõem a adequação dos meios da defesa nacional. Neste sentido, **Portugal deve cumprir o compromisso assumido no âmbito da NATO de aumentar a despesa em defesa**, participando ativamente na complementaridade entre a NATO e a UE, na consolidação da capacidade militar da UE. Com a agressão militar da Rússia contra Ucrânia, a participação portuguesa na UE tem ainda mais relevo no que diz respeito à implementação da Bússola Estratégica para a política comum de segurança e defesa.

**O PS também deve contribuir para o reforço e modernização das capacidades das Forças Armadas**, designadamente no âmbito do reforço da segurança marítima, incrementando o uso de meios tecnológicos nas atividades militares. Esse reforço deve estar a par do estímulo ao cluster nacional de indústrias de defesa.

Valorizaremos o papel daqueles e daqueles que servem ou serviram nas nossas Forças Armadas, designadamente no contexto das Forças Nacionais Destacadas. Renovaremos o compromisso de dignificar e apoiar os Antigos Combatentes e famílias, incluindo deficientes militares, cuidadoras e viúvas, com o aprofundamento dos direitos e benefícios consagrados no Estatuto, proporcionados a mais de 400 mil pessoas, reconhecendo e dignificando os Antigos Combatentes, preservando e partilhando a memória, valorizando os seus direitos, também através da materialização de apoios reforçados. Pelos 50 anos do 25 de abril, é da mais elementar justiça assegurar o público reconhecimento do serviço prestado ao País com abnegação, sofrimento, sacrifício e coragem.

### 5.6 Parcerias: Política externa e Cooperação

As portuguesas e os portugueses estão bem cientes do caráter disruptivo da invasão da Ucrânia pela Rússia. **O contexto de guerra às portas da Europa não parece, aliás, ter caráter conjuntural. Essa condição, acrescida do agravar do conflito no Médio Oriente, determina decisivamente o posicionamento estratégico do Partido Socialista, reforçando a necessidade da manutenção da sua autonomia estratégica.** A aproximação a outras forças políticas tem de observar o especial contexto de importância do papel de Portugal na UE e na NATO.

A situação de incerteza e instabilidade mundial implica assumir, sem tibiezas, o património de política externa do PS, fundado por Mário Soares e Medeiros Ferreira, que fundou o consenso nacional em matéria de política externa, que é garante da continuidade dos compromissos internacionais do Estado e da continuidade da sua ação externa, definindo Portugal como um país ocidental, simultaneamente europeu e atlântico.

**Portugal é um país aberto ao mundo e tem uma vocação global. Pode ter um papel de mediador, de facilitador, de construtor de pontes entre diversas geografias.** Para esse posicionamento contribuem decisivamente as comunidades portuguesas na diáspora, constituindo um dos principais ativos da política externa portuguesa e do desenvolvimento nacional.

Neste domínio, é de destacar o investimento realizado para modernizar o atendimento consular, com destaque da abertura dos Centros de Atendimento Consular (CAC) para Espanha, Reino Unido, Irlanda, Bélgica, Luxemburgo, Itália e Países Baixos e França. Para além disso, norma do Novo Regulamento Consular que estabelece que todos os atos consulares que não exijam a presença da pessoa utente nos serviços consulares possam ser praticados por via eletrónica, com recurso a meios telemáticos e plataformas móveis colocadas à disposição pelo Estado representou um ganho considerável de eficiência. O PS defende que o esforço de aproximação às comunidades portuguesas deve prosseguir neste sentido.

O mundo está a observar o surgimento de um multilateralismo alternativo ao tradicional de predominância ocidental, com profundo impacto nas alianças internacionais e conflituante com o sistema das Nações Unidas. Uma espécie de multipolaridade assimétrica. A aposta nacional deve persistir na defesa do multilateralismo internacional. Nesse contexto, ganha centralidade o apoio à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a diversificação do apoio português a países candidatos ao Conselho de Segurança, sem esquecer a própria candidatura portuguesa para o biênio 2027-2028.

Portugal deve aproveitar as suas especiais condições para o estabelecimento de pontes de diálogo com países não ocidentais, em particular no continente africano, não apenas na África lusófona, bem como na América latina, designadamente no quadro da Cimeira Ibero-Americana. Assim, e sem prejuízo da centralidade da aposta no multilateralismo, Portugal deve aprofundar a aposta em espaços de diálogo de menor escala, em vários formatos, com países com quem comungue desígnios estratégicos.

No âmbito da definição da cooperação portuguesa para o desenvolvimento, no plano externo, o PS continuará a honrar os princípios e dimensões transversais, com destaque para o princípio de «não deixar ninguém para trás», refletido na centralidade atribuída aos Países Menos Avançados (PMA), aos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), aos países em situação de fragilidade e países em processo de graduação.

Neste quadro, consideramos fundamental **continuar a executar a Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030 (ECP 2030)**, instrumento de planeamento de alto nível alinhado com a Agenda 2030, os ODS e as suas metas.

Aprovada há precisamente um ano, a ECP 2030 contribui definitivamente para a prossecução de dois compromissos-chave a nível internacional, para além da Agenda 2030: a Agenda de Ação de Adis Abeba sobre o financiamento para o desenvolvimento e o Acordo de Paris. O nosso modelo não prescinde, assim, desta matriz, que constitui um referencial para a cooperação para o desenvolvimento, a educação para o desenvolvimento e a ação humanitária e de emergência, incorporando como prioridades transversais a igualdade de género e o empoderamento das mulheres e meninas. Todos os programas da cooperação portuguesa devem continuar a integrar e demonstrar previamente o seu contributo para este desígnio.

Tirando partido da capacidade das organizações não-governamentais para o desenvolvimento ONGD de mobilizar comunidades e cidadãos e cidadãs, o PS deve também reforçar o papel de Portugal na ajuda pública ao desenvolvimento.

Portugal deve procurar privilegiar, também, a cooperação tripartida, procurando novos aliados nesta estratégia como modo de potenciar a sua ação na cooperação para o desenvolvimento.

## 6. UM FUTURO DE ESPERANÇA PARA PORTUGAL

Esta moção de orientação nacional traça uma visão para o país: um país orientado para o crescimento da economia e do emprego, com trabalho digno e melhores salários, com uma base económica diversificada, assente na inovação e no conhecimento, com justiça social e respeito pela diversidade. Um país crescentemente autónomo do ponto de vista energético e com maior incorporação de energias renováveis no consumo energético total, que protege a biodiversidade e trata melhor dos seus resíduos, promovendo a circularidade. Um país novamente voltado para o mar e para o seu potencial económico, com respeito pela proteção da vida marinha. Um país que aposta na transição energética e na transição digital, sem deixar ninguém para trás. **Um país descentralizado, com autarquias locais reforçadas nas suas competências. Um país cuja unidade se faz também através do desenvolvimento da autonomia das regiões dos Açores e da Madeira.** Um país democrático, seguro, coeso e resiliente territorialmente, com instituições eficazes e um sistema de justiça eficiente. Um país aberto ao mundo e ciente da sua importância no projeto europeu, na aliança atlântica e na comunidade dos países de língua portuguesa. Um país que procura o bem-estar das portuguesas e dos portugueses no presente, sem comprometer o futuro.

Desde a nossa vocação europeia, à aposta no desenvolvimento económico, na coesão social, na proteção ambiental, num quadro de paz, justiça, segurança e parcerias, a presente moção traçou um quadro de solidariedade entre as gerações do presente e do futuro e entre mais velhos e mais jovens.

Pretende-se afirmar políticas públicas que respondam aos desafios do presente, assegurando um futuro próspero e sustentável, uma transição verde e digital, que seja simultaneamente uma transição justa.

Que reafirme o compromisso de sempre dos socialistas: não deixar ninguém para trás!

Uma moção e um Partido POR TODOS PARA TODOS! ■



# DEMOCRACIA PLENA

## MOÇÃO POLÍTICA DE ORIENTAÇÃO NACIONAL - C

PRIMEIRO SUBSCRITOR  
**DANIEL ADRIÃO**

### 1. MENSAGEM DO PRIMEIRO SUBSCRITOR E CANDIDATO A SECRETÁRIO-GERAL

Caras e Caros Camaradas,

**A maioria de vós conhece-me e associa o meu nome, Daniel Adrião, e do movimento DEMOCRACIA PLENA como representantes do sentimento bem-intencionado de muitos militantes do PS, que com coragem, frontalidade e Ética Republicana, há muito que reclamam que o partido tem dever de fazer uma reflexão própria e exigente sobre o seu modelo de funcionamento, assegurando mais democracia e participação interna nas suas orientações e prioridades políticas.**

Ao longo dos últimos 7 anos, de forma continuada e sistemática, assumimos a defesa de uma DEMOCRACIA PLENA, que envolvesse maior transparência, integridade, escrutínio, responsabilização e meritocracia na escolha dos titulares de cargos políticos e partidários, que assegure a centralidade e o primado do partido no seu compromisso com os interesses estratégicos do país, e que reforçasse os valores fundacionais da História do Partido Socialista, adequando-os às novas realidades e necessidades económicas e sociais, de forma a mobilizar a participação para a ação dos militantes e simpatizantes do PS, e reforçar a credibilidade e confiança da sua mensagem junto dos demais portugueses.

Ao longo dos últimos 7 anos, não nos deixámos condicionar por uma mensagem de fácil, cómodo e conveniente unanimismo em torno do líder do partido e soubemos trazer novas ideias, moções e estratégias alternativas que valorizaram a discussão interna e a pluralidade do pensamento dentro do partido.

Sim, fizemo-lo quando o Partido estava em alta. Quando muitos pensavam que não havia necessidade de uma autoavaliação crítica e de mudanças na forma de governação do partido e do país. Alertámos para os perigos que poderiam advir das más práticas e de escolhas erradas, e apelámos a que se operassem mudanças urgentes. Fomos sempre ignorados. E infelizmente, em vários pontos, o tempo veio dar-nos razão.

**Não nos arrogamos em reserva moral do partido, mas como homens e mulheres livres que acreditam no PS fundado por Mário Soares, no PS do 25 de Abril e do 25 de novembro, no PS que quer construir um Portugal mais moderno, mais justo e mais rico. E por sermos assim, nunca virámos, nem viramos, a cara à luta.**

Caras e Caros Camaradas,

Se não deixámos de ousar quando a conjuntura era tranquila, agora, num momento em que o Partido sofreu um enorme rombo na sua imagem e credibilidade, é nosso dever cívico não deixar de reiterar a defesa do que sempre defendemos. É nossa obrigação dizer que estamos aqui - que sempre estivemos aqui - e que queremos e nos sentimos capazes de ajudar o PS.

Sim, Camaradas,

**Sim, em primeiro lugar perante vós, e em nome dos que defendem uma DEMOCRACIA PLENA no PS e no país, estamos novamente motivados e disponíveis para afirmar uma solução e visão alternativa para o governo e liderança do Partido, pelo que pela 4ª vez consecutiva me apresento e como candidato ao Cargo de Secretário-Geral do Partido Socialista.** Faço-o por coerência e por respeito pelo que sempre tenho defendido, por dever de consciência cívica de militante e de cidadão preocupado, e como resposta ao apelo que me foi lançado por centenas de militantes do Partido Socialista de Norte a Sul de Portugal e nas comunidades portuguesas.

Somos uma candidatura feita por gente comum, com uma vontade extraordinária de contribuir para a construção de uma Democracia decente. Esta candidatura será um baluarte da defesa de um projeto transformacional para o país e para o PS.

É uma candidatura que puxará o país para cima. Que procurará dar visibilidade ao enorme potencial que Portugal e os portugueses possuem e que necessita de ser maximizado. Chegou a hora do centro das nossas atenções não estar no Terreiro do Paço, mas nos terreiros do povo.

O país precisa de uma reforma profunda do sistema político-partidário. É hora de repensar o modo como operamos, de abrir as nossas portas a ideias frescas e

a uma nova energia. Abrir as janelas e deixar entrar ar puro, porque há um grande cheiro a mofo na casa e o PS precisa de se oxigenar.

**É hora de dar voz aos militantes de base, que são os provedores dos cidadãos, a voz da sociedade civil no partido, um selo de garantia democrática. É hora de acolher a participação ativa de todos na construção de um futuro mais democrático e inclusivo.**

Camaradas,

Enfrentamos uma encruzilhada crucial: de um lado, a oportunidade de revitalizar e reformar o nosso partido com novas ideias, processos e um compromisso renovado com a militância ativa; do outro, a manutenção das mesmas pessoas, as mesmas abordagens, que já não são suficientes para enfrentar os desafios e as exigências do presente e do futuro. É fundamental que reconheçamos a necessidade de evolução e mudança. **Não podemos continuar a trilhar os mesmos caminhos do passado e esperar resultados diferentes. Precisamos de uma liderança que não só entenda os valores históricos do PS, mas que também seja audaz e esteja pronta para inovar e adaptar esses valores aos novos tempos. Um novo ciclo político exige novos protagonistas.**

Camaradas,

Assumo, que esta candidatura não existe para conquistar o maior número de votos, mas para congregar o maior número de vontades. De pouco vale o voto se ele não for a livre expressão de uma vontade genuína e consciente. Esta candidatura não existe para disputar o apoio dos notáveis, existe para merecer o apoio dos anónimos. Quem acredita no socialismo democrático, acredita que todos os homens e mulheres nascem livres e iguais em direitos e em deveres.

**Esta é uma candidatura que se apresenta para combater o preconceito e o elitismo, o politicamente correto, o determinismo, a ideia de que a política é um Olimpo a que só acedem 7os predeterminados. Esta é uma candidatura feita por gente comum, com uma vontade extraordinária de contribuir para a construção de uma Democracia decente.** Esta candidatura será um baluarte da defesa de

um projeto transformacional para o país e para o PS. Assim, diante desta escolha, peço-vos que considerem não apenas o que o Partido Socialista foi, mas o que ele pode e deve ser. Um partido vibrante, aberto, que valoriza cada um de seus membros e se compromete com a transformação social em prol de um Portugal mais desenvolvido, livre e solidário.

Caras e Caros Camaradas,

**A nossa candidatura assenta em 3 pilares fundamentais: O Partido, a Democracia e o Futuro de Portugal.**

**Para cada pilar, 3 grandes ambições para unir e mobilizar o PS e os Portugueses.**

**Para melhorar o nosso partido,**

- Queremos promover uma separação clara entre quem exerce cargos dirigentes executivos no partido e quem exerce cargos governamentais, separando o aparelho do partido do aparelho do Estado e promover uma maior capacidade de escrutínio e fiscalização.
- Queremos empoderar os militantes, conferindo-lhes o poder de decisão na escolha dos candidatos a titulares cargos políticos, quer a nível autárquico, quer a nível nacional, designadamente para a escolha dos candidatos a Deputados à Assembleia da República.
- Queremos regenerar do modelo de funcionamento e organização do partido, tornando-o mais mobilizador e participado pelos militantes e pela sua base social de apoio, e aumentando a capacidade de comunicação e de interação com a sociedade civil, designadamente através da introdução de mecanismos de democracia participativa, como as eleições primárias e os referendos internos.

**Para melhorar a nossa democracia,**

- Queremos promover a reforma do sistema eleitoral, trazendo para Portugal as melhores práticas e modelos de representação e funcionamento europeus, eliminado o sistema de listas “fechadas e bloqueadas”, de forma a criar uma relação direta entre eleitos e eleitores, através da introdução do voto preferencial e nominal, crucial para estimular a participação cívica, a prestação de contas e o incremento da meritocracia nas instituições democráticas.
- Queremos reforçar os mecanismos que assegurem o pleno e saudável funcionamento das instituições do Estado, em termos de capacidade, de recursos e de independência técnica, gerando maior transparência, integridade, escrutínio e fundamentação das políticas públicas e das iniciativas políticas.
- Queremos desenvolver um modelo de funcionamento do Estado eficiente e desburocratizado, que seja centrado na preocupação pela boa gestão dos recursos públicos e dos impostos pagos pelos cidadãos, mas também preocupado pelo combate às desigualdades e com respostas eficazes para as necessidades essenciais dos portugueses

**Para construirmos um melhor futuro para Portugal alinhado com as expectativas dos portugueses**

- Queremos mobilizar o país para uma visão de futuro, definindo de forma clara, mensurada e objetiva as prioridades estratégicas de longo prazo para Portugal, e os caminhos e opções concretas para as alcançar, maximizando o melhor das competências e dos recursos endógenos nacionais, e o esforço colossal desenvolvido pelo país para for-

mar as novas gerações, em torno de uma Economia exportadora de alto-valor acrescentado, capaz de gerar e distribuir riqueza de forma justa e equitativa, pagar bons salários, modernizar a economia, estimular o investimento, e reter talento em Portugal.

- Queremos responder à emergência na Habitação, enfrentado de forma firme aquela que é provavelmente a maior injustiça social do país, que impede gerações inteiras de realizarem os seus projetos de vida em Portugal e de terem segurança financeira, como tiveram as gerações anteriores. Defendemos um pacto de regime para a Habitação, que envolva todas as forças políticas, e que ao longo de uma década, crie condições para a iniciativa privada, cooperativa e pública implementarem de forma concertada um programa de construção “massiva” de nova habitação, que satisfaça as necessidades e projetos de vida dos portugueses, em especial dos mais jovens.
- Queremos colocar a Saúde como uma prioridade estratégica nacional e não apenas como uma resposta social, incluindo uma reforma profunda do nosso Serviço Nacional de Saúde, procurando respostas integradas e colaborativas que assegurem uma capacidade de resposta universal às necessidades de todos os portugueses, promovam novos hábitos de qualidade, comportamentos e estilos de vida, e permitam condições de trabalho atrativas para todos os profissionais de saúde.

Caros Camaradas,

**Não há Democracia sem coragem. Não há Democracia sem saber ouvir os outros. O PS é um partido de homens livres. Os homens livres fazem as suas próprias escolhas, de forma livre e não condicionada. É por sermos livres que estamos conscientes que a existência da nossa candidatura valoriza e reforça a eleição para nova liderança do Partido. Estamos cá porque sentimos que somos capazes e temos a motivação e a vontade para ajudar a crescer e a melhorar o Partido e para trabalhar para construir um Portugal mais próspero e solidário.**

Convido todos os Militantes do Partido Socialista, que partilham destes valores, a juntarem-se a este movimento regenerador, que tem por missão a construção de uma DEMOCRACIA PLENA. Com a vossa ajuda, podemos devolver à nossa base social de apoio a esperança e a confiança e fazer o PS regressar aos seus valores fundacionais, tornando-o mais forte, mais representativo e mais alinhado com os anseios do povo português.

O PS somos todos nós!

Viva o Partido Socialista!

Viva Portugal!

*Daniel Adrião*

## 2. QUEM SOMOS, O QUE REPRESENTAMOS E O QUE NOS DIFERENCIA.

**“O Partido Socialista tem sido sempre uma escola de liberdade, tolerância, respeito e pluralismo.”**

**Mário Soares.**

A nossa democracia assenta numa realidade de aparências políticas.

Uma realidade em que algumas elites e circuitos fechados de interesses e de influência têm acesso privilegiado a maior atenção mediática que lhes permite maior notoriedade pública e a comunicar as mensagens que consideram únicas, verdadeiras e suficientes. Uma realidade que polariza e exacerba sensibilidades em torno de perceções e de pessoas, em detrimento de ideias, valores e visão estratégica, que advoga a tolerância, mas rejeita o contraditório, e que defende a democracia, mas estranha o pluralismo e a opinião diferente.

Nos últimos anos, o partido tem transmitido perigosos sinais de autofagia e autodefesa em torno da sua elite dirigente. Uma realidade que o encapsula em meras preocupações táticas e efémeras, como também a desfocada da realidade e da incapacidade em mobilizar os melhores para encontrar soluções estratégicas que resolvam os problemas crónicos que condicionam o nosso futuro.

**O Partido tem vivido excessivamente centrado em torno dos seus líderes federativos e concehlios eleitos, maioritariamente, através de listas únicas votadas com reduzida mobilização e participação militante e sem um programa concreto que refletisse um pensamento crítico e estratégico sobre a proposta de valor do PS para o cargo com que se candidataram.**

Há uma enorme dificuldade em separar o exercício de cargos políticos com o exercício de funções públicas executivas, situação que tem levado a um excessivo acumular de funções, e à criação de circuitos de dependências e de caciquismo, que restringem a capacidade de autocrítica e de regeneração do partido, que desmobilizam e desinteressam a participação militante, e que acarretam riscos de conflitos de interesse e de promiscuidade no exercício de cargos políticos.

**É verdade que o Partido tem vencido eleições e continua a merecer a preferência dos portugueses, mas também é verdade que o partido tem tido dificuldade em reconhecer que cometeu erros nalgumas das suas escolhas, que preferiu uma ação política mais reativa e conjuntural, e que tem negligenciado um debate alargado, aberto e mobilizador sobre o seu futuro e sobre uma visão integrada e estratégica para o país.**

**No PS há militantes que refletem sobre esta realidade, se preocupam com o futuro do Partido e como ele influencia o futuro do país.**

Militantes livres que hoje, como no passado, ousam em alertar para os riscos do unanimismo acrítico em torno das elites e dos círculos de influência do partido e para a importância de se voltar a ouvir e empoderar a base social de apoio do PS, e em apresentar e contribuir, de forma construtiva, com propostas alternativas concretas para melhorar a democracia no partido.

**Esses militantes somos nós.**

**Somos os que, há muito, defendem e reclamam uma DEMOCRACIA PLENA no PS.**

Sim, a nossa candidatura não tem o apoio de ilustres e notáveis do partido, de ministros, do grupo parlamentar ou de líderes de federações. Não o procurámos. Sabemos e até compreendemos que quem está no poder prefira o conforto e garantias do seu círculo de amizades, de influências e de privilégios.

**Sim, o PS não são só os seus notáveis. O PS não**

**são só aqueles que circunstancial e transitoriamente ocupam lugares de poder e que o defendem de forma acérrima.**

**O PS são muito mais do que eles.**

São sobretudo aqueles militantes livres que neles confiaram o seu voto interno e desde esse momento nunca mais foram ouvidos. São sobretudo aqueles militantes livres que reclamam mais transparência, ética, participação, escrutínio, pluralidade e meritocracia dentro do próprio partido. São aqueles que acreditaram que o partido que os saberia ouvir e convidava a participar na construção conjunta de um futuro de liberdade, democracia e desenvolvimento. São os que se incomodam com os conflitos de interesse, com o unanimismo acrítico e com os processos opacos na escolha de candidatos.

**São esses com que nos identificamos, e são para esses que nos dirigimos em primeiro lugar.**

**Para os verdadeiros militantes livres. Aqueles que não estão comprometidos nem dependem de lugares de nomeação política. Aqueles que de forma desinteressada não querem ser meros espectadores passivos apenas para preservar a comodidade conjuntural do status-quo do partido. Aqueles que são do PS pelo fundamentos e princípios da sua carta fundacional e que acreditam que podem contribuir para**

O movimento por uma DEMOCRACIA PLENA não nasceu agora.

Ele já ousou expressar-se e teve a coragem de ir a votos nos últimos 3 congressos nacionais do Partido. Num contexto de forte apoio e reconhecimento partidário pelo trabalho do Secretário-Geral António Costa, o nosso movimento foi desvalorizado, abafado e até diminuído, sendo que raras vezes recebeu contraditório ou recetividade às suas propostas e preocupações. Apesar das dificuldades, do boicote, da atitude pouco democrática das cúpulas do Partido, a mensagem da DEMOCRACIA PLENA chegou a muitos militantes livres, que concordando com a sua verdade, lhe confiaram o seu voto para eleger 12% dos membros da Comissão Nacional do Partido.

**Na liderança deste movimento e sensibilidade interna, há um rosto que já merece o reconhecimento e gratidão do partido. Daniel Adrião é um homem de coragem, de coerência, de princípios e com uma frontalidade política que se torna um ativo importante e de enorme valor para o futuro do partido. É um homem de liberdade, defensor do pluralismo e do debate de ideias, mas que sabe defender e prestigiar o PS. É um homem que advoga a necessidade de se aprender com os erros cometidos, mas que intervém politicamente de forma saudável, tolerante e com elevado sentido ético, construtivo e colaborante.**

Quando todos diziam estar tudo bem, ele teve a coragem de identificar e alertar para os riscos da excessiva concentração da decisão, dos conflitos de interesse no duplo exercício de cargos políticos e partidários, da desvalorização da pluralidade e do escrutínio interno, da crescente desmotivação para a participação e ação militante, do continuado insucesso na resposta a alguns temas essenciais no país.

**Foi ignorado, criticado e até insultado. Mas foi resiliente e continuou a fazê-lo em nome da sua consciência e em representação de muitos que lhe pediam que não calasse a sua liberdade, ra-**

**zão e crítica construtiva.**

Ignorar esse facto, é desprezar todos aqueles que já votaram na DEMOCRACIA PLENA por acreditam que o PS tem uma responsabilidade moral não só com o desenvolvimento equilibrado do país, mas também com a qualidade e verdade da sua democracia.

**Quando o Partido atravessa um momento de enorme fragilidade e confiança pública e que necessita de reforçar a sua imagem de credibilidade, confiança e prestígio junto dos portugueses, a DEMOCRACIA PLENA não poderia deixar de se voltar a levantar e afirmar que está presente, disponível e motivada para ajudar a reerguer o PS.** Não ir a debate, apoiar os putativos vencedores e negociar nos bastidores seria muito mais fácil, mas essa não é a essência ética e republicana da DEMOCRACIA PLENA. **Estamos no combate político saudável pelas nossas ideias, pelos nossos valores e pela coerência com o afirmámos e continuamos a defender nas últimas 3 eleições para Secretário-Geral e para o Congresso do Partido. Na DEMOCRACIA PLENA e apoiamos Daniel Adrião como candidato a Secretário-Geral do PS, e somos:**

Aqueles que reclamam e reconhecem que o modelo atual de funcionamento do partido está desatualizado, não é atrativo e só facilita e aproveita ao caciquismo e vícios instalados.

Aqueles defendem que no PS não há "gente que não presta" ou que "mina o partido".

Aqueles que acreditam que a coragem, a coerência e a verticalidade são parte essencial do que é ser militante socialista.

Aqueles que querem reforçar a confiança e credibilidade na democracia no PS e mobilizar o melhor do partido para servir Portugal.

**Aqueles que acreditam que o país está à frente do partido e que o partido serve para servir o país e não para se servir do país.**

### **3. OS PRINCÍPIOS FUNDACIONAIS DO PARTIDO, A ORGANIZAÇÃO DO PS E RESPEITIVA CAPACIDADE DE MOBILIZAÇÃO INTERNA.**

**"Só é vencido quem desiste de lutar"**

**Mário Soares**

Em 1973, sob o patrocínio do Partido Social-Democrata Alemão, os delegados dos socialistas portugueses reuniram-se em Bad Münstereifel para a reunião magna do Partido Socialista (PS). O PS surgira da força e da luta antifascista da longa noite de quase 48 anos, mas, sobretudo, de uma sucessão de vontades de três gerações que se sentiam representantes dos valores do socialismo democrático em Portugal. O PS nasceu assim: plural, de várias sensibilidades unidas em torno do eixo comum: socialismo em liberdade.

A primeira Declaração de Princípios do PS, publicada em setembro de 1973, inicia com o seguinte parágrafo: "o Partido Socialista é a associação política dos portugueses que procuram na democracia socialista a solução dos problemas nacionais e a resposta às exigências históricas do nosso tempo". É nesse tempo histórico, no conhecimento e invocação dos legados também históricos, com coragem, responsabilidade e determinação,

que partimos para a construção de um projeto de políticas públicas necessárias aos tempos modernos, assumindo no PS a sua missão natural de partido-charneira da democracia portuguesa.

É, pois, missão do PS a defesa e aprofundamento dos pilares da República e Europa Social, a ética republicana, as liberdades cívicas, o humanismo, a defesa e dignificação do trabalho, solidariedade, a justiça nos diversos campos, uma economia social de mercado, o cooperativismo e autogestão, a ecologia, a descentralização e regionalização.

O PS tem de responder às exigências históricas do nosso tempo porque em política não há espaços vazios e muito menos estáticos. Os cidadãos anseiam por um novo modelo de organização política, que não seja imposto de cima para baixo, mas que seja construído a partir das bases e da cidadania.

Que seja capaz de gerar uma democracia com maior qualidade, com novas práticas e protagonistas, que seja capaz de garantir níveis mais elevados de participação, de legitimação, de transparência, de combate à corrupção e às derivas populistas. Em suma, um sistema político mobilizador e credível, onde os cidadãos sejam parte integrante do processo de construção política, isto é, onde os cidadãos se sintam parte da solução. Do ponto de vista da democratização interna, apesar do longo caminho a percorrer no PS, tem sido dos partidos portugueses precursores na introdução de experiências de democracia participativa. Por exemplo, foi dos primeiros a introduzir as eleições diretas para o cargo do Secretário-Geral e dos Presidentes das Federações e o primeiro a instituir umas primárias abertas aos simpatizantes para o candidato a Primeiro-Ministro.

**As eleições primárias realizadas pelo PS a 28 de setembro de 2014, romperam com uma longa tradição partidocrática vigente em Portugal, inaugurando um novo "contrato político" entre o PS e os cidadãos. A expectativa de abertura do partido à sociedade civil, gerada por esta experiência inovadora, foi, todavia, lamentavelmente, defraudada com a decisão de não dar continuidade a essa experiência extraordinariamente bem-sucedida.**

O PS, como maior partido de Portugal, tem de ser a referência de boas práticas de funcionamento partidário no nosso país, deve liderar pelo exemplo, deve ser o motor que puxa e contagia positivamente todos os partidos da democracia portuguesa. O PS deve ter como permanente preocupação e prioridade estratégia o estímulo à saudável renovação e regeneração do partido e do poder político tendo por base princípios de mérito, disponibilidade, e capacidade e vocação para ação política. Só assim poderá estar permanentemente atualizado e preparado para atender às exigências e expectativas dos cidadãos e para a prosperidade e coesão de Portugal.

Lamentavelmente, **o PS funciona cada vez mais em circuito fechado. As estruturas partidárias estão esvaziadas de competências substantivas, desnaturadas de massa crítica e reduzidas a uma mera representação orgânica formal, sem qualquer intervenção ou participação na conceção das políticas do Partido. O aparelho partidário confunde-se cada vez mais com o aparelho do Estado e assiste-se a um exercício pouco transparente de nomeação de quadros partidários para altos cargos na Administração Públi-**



ca, sem que se lhes conheça ou reconheça competências e mérito curricular para o exercício desse tipo de funções.

As estruturas distritais e locais do Partido foram transformadas em meros apêndices funcionais, sem qualquer relevância ou massa crítica, cumprindo o mero objetivo de representação orgânica de base territorial, cuja utilidade se resume à dinamização de campanhas em períodos eleitorais. O funcionamento do Partido está cada vez mais verticalizado e exclusivamente assente num pequeno núcleo de pessoas da cúpula dirigente.

O PS está hoje cristalizado na sua elite dirigente, tendo sido transformado num mero apêndice do governo para fins eleitorais e sem qualquer ligação à sua base social de apoio. De igual modo, o conforto e o excesso de confiança decorrente de sucessivas vitórias eleitorais tiveram também um impacto perverso no ambiente interno de organização do partido. Assistiu-se de forma progressiva ao desenvolvimento uma cultura de unanimismo em torno das posições e discurso das elites dirigentes que desincentivou o escrutínio e autoavaliação interno, e promoveu sentimentos de desconfiança, estranheza e negação por quem reivindicava a necessidade de maior reflexão e debate interno.

**As eleições internas tendem a consubstanciar-se em meros atos regulamentares e formais, muito pouco participados e insuficientemente documentadas, na qual a grande maioria dos cargos em eleição são disputados por listas únicas maioritariamente compostas pelos militantes que ocupam cargos partidários ou públicos eleitos ou por nomeação.** Como consequência, desmotiva-se a participação e mobilização militante, enfraquece-se o debate de ideias e a construção de respostas colaborativas, e dificulta-se a normal e saudável regeneração da estrutura dirigente e desenvolvimento de uma cultura de meritocracia dentro do partido.

**Acresce que a informação dos atos eleitorais internos é difícil avaliação independente pelos militantes.** Faltam canais que, de forma transparente e tempestiva, publicitem os níveis de mobilização e participação em cada sessão de voto e a respetiva evolução entre eleições, permitindo um melhor julgamento e comparação acerca das perceções, estímulos e confiança dos eleitores internos, em, e entre, todos os círculos eleitorais do Partido.

**Um exemplo claro e significativo deste facto foi a última eleição para Secretário-Geral do Partido.** Mesmo num cenário de grande prestígio e reconhecimento externo, e de quase total consenso interno, sobre a dimensão do trabalho e a personalidade política de António Costa, e ato eleitoral que permitia e facilitava o voto à distância de forma simples através do telemóvel, apenas cerca de 1/3 dos militantes inscritos se sentiu disponível e motivado para participar. Ou seja, num universo de mais de 80 mil militantes inscritos, apenas cerca de 25 mil militantes participaram na eleição mais importante do Partido. Foi o equivalente a uma média de apenas 8 votos por cada freguesia portuguesa, ou seja, um número inferior ao número de eleitos pelo PS para o exercício de cargos políticos! Um sinal muito preocupante de desmotivação, descrença e desmobilização interna.

**Igualmente preocupante foi a aparente indiferença e desinteresse da organização do partido**

**perante aqueles resultados.** Cumprida que estava a legitimação dos eleitos e a obrigação estatutária, nada pareceu mais importar. Não houve preocupação em perceber o porquê de tao baixa participação, não houve ações para reforçar a confiança e interesse dos militantes.

**Não, mesmo quando se ganha é preciso refletirmos sobre o que somos, como somos e o que deveremos e queremos ser.** O conforto do *status quo* e o razão eloquente do *establishment* dominante são sempre conjunturais e condicionadas às circunstâncias dos ciclos políticos. O PS tem o dever ético e republicano de estar permanentemente preparado, sabendo ouvir os seus militantes, e sabendo motivar e mobilizar os seus melhores.

**O PS deve ter a ambição de uma DEMOCRACIA PLENA como modelo de evolução e mobilização partidária.**

#### **4. A AMBIÇÃO DE UMA DEMOCRACIA PLENA COMO MODELO DE EVOLUÇÃO E MOBILIZAÇÃO PARTIDÁRIA**

**“O partido não é um bloco monolítico. É o espaço da diversidade, da divergência e da construção conjunta.”**

**Jorge Sampaio**

Vários estudos internacionais, realizados por organizações que se dedicam ao estudo da qualidade da democracia à escala global, têm vindo a registar uma crescente quebra de confiança dos cidadãos nas democracias representativas, quer ao nível das instituições políticas (apoio específico), quer ao nível da avaliação global da prestação democrática (apoio difuso).

As democracias representativas estão em profunda crise. As chamadas formas de intervenção política formal continuam em acelerado processo de deslegitimação democrática e erosão de representatividade. Quer por via dos crescentes níveis de abstenção, dos votos brancos e nulos, quer pelo aumento da base eleitoral dos partidos não comprometidos com o *status quo*.

Assistimos a um agravamento das condições de exercício da Democracia em Portugal, o que tem sido denunciado por organizações internacionais e se encontra espelhado em diversos indicadores. É um problema que já vem de trás, mas que se agravou particularmente durante a crise pandémica e com o estado de Emergência.

**Há 48 anos os fundadores do nosso Partido lançaram-se na luta pela democracia política, económica, social e cultural do nosso país. Mas esta luta não é, nem pode ser, circunstancial e de momento. Ela é e deve ser permanente e diária. É esta a visão, o desiderato e o princípio da existência do movimento por uma DEMOCRACIA PLENA.**

É fundamental lutar por uma nova agenda progressista para um Portugal e uma Europa mais justos e mais livres, mas também para um PS mais aberto e mais democrático. Um PS que não confunda o Estado com o Partido. Um PS dos militantes e simpatizantes. Enfim, um PS do povo.

**A luta por uma DEMOCRACIA PLENA depende**

**um choque democrático, ou seja, uma introdução corajosa e disruptiva de princípios, de confiança, de transparência, de instituições e de instrumentos que visem o aprofundamento e modernização democráticos do sistema político e partidário, atacando a raiz dos problemas. Um choque que estimule uma sociedade civil mais dinâmica, participativa, com maior consciência e preocupações cívicas, e mais exigente e atenta sobre a forma como é exercido o poder.**

Somente com um choque democrático será possível recuperar a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas. Por isso defendemos uma mudança de “alto a baixo” e de “baixo para cima” no sistema político, de modo a devolver o poder às pessoas, dar mais poder aos cidadãos e promover uma cultura política democrática de altos padrões de legitimidade, eficácia e responsabilidade na perspetiva dos princípios aplicáveis.

Choque democrático significa, pois, combater a impotência democrática e a imoralidade política, e mudar de paradigma quanto à eleição e exercício dos políticos; ao modo, escrutínio e responsabilização de fazer política; e quanto à abertura, estrutura, organização, funcionamento, processos e práticas dos partidos políticos, dirigentes e demais membros associados ou próximos do Partido Socialista.

Os Partidos podem promover uma democracia mais participativa e deliberativa, envolvendo os cidadãos no processo de decisão e apoiando a sua capacitação em assuntos de interesse público. A melhoria da transparência e a participação dos cidadãos no processo de decisão e de elaboração das políticas reforça a legitimidade democrática e a confiança. Há diminuta interação entre os partidos políticos e a educação para a cidadania.

Em Portugal há uma tradição de acumulação de poder num grupo muito limitado de pessoas. Trata-se de uma concentração de poder pernicioso, que não é saudável para o regime democrático. A melhor forma de evitar abusos de poder é a sua desconcentração e partilha. O poder deve estar distribuído por muitos e não concentrado nas mãos de poucos. O poder não pode ser exercido de forma incontinente e a existência de contrapoderes é fundamental para inibir comportamentos abusivos e desviantes.

**A luta por uma DEMOCRACIA PLENA depende do exercício do poder de forma transparente, da existência de processos de avaliação robustos e independentes, e da ambição permanente por refrescar a política e de fomentar a renovação interna, tornando os partidos mais abertos e atrativos a novas militâncias e simpatizantes.**

Este é o caminho mais certo e direto para combater os movimentos extremistas e populistas e ao mesmo tempo procurar diminuir os níveis de elevada abstenção (a contrário do que se passa na Europa em que aquela vem diminuindo). Só assim diminuiremos a distância entre eleitos e eleitores.

**A luta por uma DEMOCRACIA PLENA passa pela exigência de instituições plurais e contrapesos, dotadas de capacidade para exercerem as suas funções sem pressões e condicionamentos de interesses restritos, e de processos democráticos e de democratas como protagonistas e de democratas que possuam e estejam vinculados, nas suas condutas, a estritos princípios e controlos jurídicos e éticos.**

## 5. O RETRATO DE PORTUGAL, HIATOS ESTRATÉGICOS E PRINCIPAIS NECESSIDADES E EXPECTATIVAS DOS PORTUGUESES

Muitos politólogos convergem na ideia de que nos encontramos perante uma crise da democracia representativa, um pouco por todo o mundo. É reconhecido o declínio da participação política em geral e da participação eleitoral em particular; a fraca congruência ideológica entre eleitores e eleitos; a fraca responsividade do sistema político; a diminuição dos níveis de confiança nas instituições; o declínio das clivagens sociais e das identidades partidárias do voto; a diminuição da militância partidária; a diminuição do “voto sincero” e o aumento do “voto tático”; o crescimento do voto “egocêntrico”, estruturado por razões de curto prazo (economia, “casos” e “fait-divers” de campanha); o desalinamento e a volatilidade eleitoral.

No passado mês de junho de 2023, **o Parlamento Europeu divulgou o último inquérito Eurobarómetro que mede o sentimento e principais preocupações da população europeia, nomeadamente no que se refere ao apoio dos cidadãos à democracia e a sensibilização para as próximas eleições europeias. Os resultados não poderiam ser mais claros e reveladores. A Democracia é o valor mais importante que os cidadãos europeus consideram a ser defendida pelo Parlamento Europeu.** 37% dos inquiridos consideram a defesa da democracia a principal prioridade, seguida da proteção dos direitos humanos na UE e no mundo (28%), e da liberdade de expressão e de pensamento (27%).

**Em Portugal, também é a democracia o primeiro dos valores a preservar pela Europa (35%),** seguida pela solidariedade entre Estados-Membros e regiões (32%) e pela proteção dos direitos humanos (31%). A grande maioria dos portugueses tem um sentimento positivo e favorável à integração europeia, mas apenas cerca de metade acredita que a sua voz conta para as decisões europeias.

Em termos de prioridades de ação, **os cidadãos portugueses (54%), querem que o Parlamento Europeu ponha a luta contra a pobreza e a exclusão social em primeiro lugar, seguida, do apoio à economia e à criação de novos postos de trabalho (49%) e a saúde pública (45%). Do lado oposto, 67% dos portugueses tem um sentimento negativo acerca da luta contra a corrupção, 54% está insatisfeito com os partidos políticos e 36% não confia no sistema político.**

Desde a implementação da Democracia em Portugal, o nosso país evoluiu em muitos índices de desenvolvimento humano. Somos um país livre, bem integrado nas relações com os outros povos que cumpre na generalidade os princípios fundamentais dos direitos humanos, com um sistema político pluralista e com uma economia de mercado concorrencial e aberta. Desde a adesão à CEE e depois à UE, Portugal recebeu muitos milhares de milhões de euros de apoios para apoiar o seu desenvolvimento. E houve áreas onde conseguimos aproveitar esse esforço. No entanto, sejamos intelectualmente honestos, houve também muito desperdício, ineficiência e má governação. O que é facto, é que poderíamos estar ainda muito melhor. Há fragilidades económicas e riscos demográficos que Portugal deve

enfrentar de forma mais eficaz, com políticas públicas inovadoras e progressistas.

Apesar de muito discutida e das medidas que tem vindo a ser tomadas, casos mediáticos de corrupção envolvendo notáveis e elites em muitas das áreas e entidades relevantes da sociedade e da economia nacional, nomeadamente no setor público, tem diminuído a confiança dos portugueses no prestígio e qualidade da democracia portuguesa

**No Índice de Perceção da Corrupção 2022 da Transparency International (TI), Portugal ocupa o 33º lugar, um dos mais baixos dos países da União Europeia,** não apresentando níveis de melhoria relevantes desde a criação do índice em 2012. Este facto traduz um claro falhanço das políticas públicas e das instituições da república em aumentar os níveis de confiança dos cidadãos sobre a integridade e credibilidade do funcionamento da nossa democracia. Também no último Global Corruption Barometer da TI (2021) 41% dos portugueses afirmaram ter sentido um aumento de corrupção no último ano, e 27% dos portugueses acredita que existe corrupção entre os eleitos para a Assembleia da República.

No plano económico, e impulsionado por vários fatores, nomeadamente o forte crescimento do turismo, o investimento estrangeiro e a recuperação da economia global, Portugal registou nos últimos anos um crescimento económico significativo, e até superior ao da média da União Europeia, tendo também conseguido reverter o seu ciclo de crónicos déficits orçamentais crónicos e diminuído o peso da dívida pública em função do PIB.

No entanto, Portugal ainda enfrenta alguns desafios económicos, como a elevada dívida pública e endividamento externo, a baixa produtividade e a escassez e capacidade de retenção e atração de mão-de-obra qualificada. **Portugal é o sétimo país com menor Produto Interno Bruto (PIB) per capita da União Europeia, apresentando apenas 77% da média europeia,** e tendo sido ultrapassado em 2022 pelas economias da Estónia e da Letónia. Por outro lado, o nível de endividamento da economia é atualmente equivalente a 306,5% do PIB, tendo batido um recorde histórico superando os 811 mil milhões de euros.

No plano social, Portugal apresenta indicadores muito positivos, como a taxa de alfabetização, a esperança média de vida e a taxa de mortalidade infantil. No entanto, o país também continua a enfrentar desafios sociais crónicos, como os níveis de pobreza, a desigualdade e a emigração da sua geração mais jovem e qualificada. **A pobreza é um problema persistente em Portugal, afetando cerca de 17% da população portuguesa.** Em 2021, 1,7 milhões de pessoas encontrava-se em risco de pobreza em Portugal, auferindo rendimentos inferiores a 551 euros mensais, sendo que é entre os mais velhos (65 anos ou mais) e as crianças e jovens (menos de 18 anos) que se evidencia maior vulnerabilidade. Estamos por isso ainda longe de atingir o objetivo de restringir a 10% a taxa de pobreza em Portugal.

**Portugal é também o país da União Europeia onde o índice de envelhecimento — o rácio entre o grupo dos mais velhos (a partir dos 65 anos) e o dos mais novos (0 a 14 anos) tem crescido com maior rapidez nos últimos anos.** O envelhecimento demográfico é um desafio para as finanças públicas portuguesas, estimando-se que o rácio de dependên-

cia dos idosos de Portugal possa ascender a 62,8% em 2050, o mais alto entre os Estados-membros.

Apesar do grande aumento na despesa pública para apoios sociais, os níveis de desigualdade social em Portugal continuam muito elevados, com 10% dos mais ricos a acumular 25% do rendimento do país. **Portugal é o quinto país mais desigual da União Europeia e também da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico.** Continuamos a refletir fracos índices de mobilidade social e níveis elevados de sentimentos de injustiça social.

**Para DEMOCRACIA PLENA este retrato não é novo, nem inesperado. Há muito que reivindicamos a responsabilidade do PS em pugnar para que o desenvolvimento de Portugal seja assente, em primeiro lugar, sobre dois desígnios fundamentais: Em primeiro lugar, uma democracia de qualidade geradora de confiança e credibilidade nas instituições públicas e mobilizadora da participação cívica.** Uma democracia suportada por uma governação transparente e com elevado sentido de ética e integridade, com uma gestão equilibrada e eficiente dos recursos públicos e serviços públicos dotados de capacidade efetiva para o exercício pleno e isento das suas missões. **Em segundo lugar, o alinhamento, a consolidação e mobilização da sociedade para uma visão estratégica integrada de modernização e transformação sustentável para o país** que nos permita combater as fragilidades económicas crónicas e de posicionamento competitivo que nos têm limitado a capacidade de diminuir a pobreza e as desigualdades sociais e económicas que ainda existem em várias das dimensões sociais e territoriais do país.

**Os próximos anos serão ainda de enorme exigência para Portugal.** As tensões económicas mundiais provocadas, em primeiro lugar, pela necessidade de conciliar interesses divergentes entre as preocupações ambientais e preocupações de crescimento económico, e em segundo lugar, pelos cenários de guerra decorrente da invasão de Ucrânia pela Rússia criaram pressões muito significativas nos preços da energia que determinaram um forte aumento dos níveis de inflação e de taxas de juros para valores que os portugueses já não vivenciavam há muitos anos.

**A inflação e a alta de taxas de juro são um problema real para um país com elevados níveis de pobreza e endividamento que se podem transformar numa forte crise política, económica e social para Portugal.** No último ano, foi visível um forte aumento da contestação social em áreas fundamentais da sociedade portuguesa, incluindo, nomeadamente, na Educação, na Saúde e nos serviços e administração pública. A emergência social tornou-se também mais pronunciada com as instituições de apoio social a alertarem para um forte aumento nos pedidos de apoio que estão a receber e que têm de dar resposta.

**E é neste contexto político que o país enfrenta um cenário de eleições antecipadas.**

## 6. O CONTEXTO POLÍTICO E O CENÁRIO DE ELEIÇÕES ANTECIPADAS EM PORTUGAL

A crise política provocada pela “operação influencer” veio adensar o já significativo sentimento de forte des-

confiança e de falta de credibilidade sobre as instituições do Estado, aumentando a suspeição sobre a existência de círculos interesses que corroem o normal funcionamento dos mecanismos de regulação da República para conseguir sobrepor interesses privados sobre o interesse público. **O PS foi visado de forma significativa na sua reputação pública que tornou inevitável a admissão do governo e a convocação de eleições antecipadas pelo Presidente da República.**

Mas, como referimos, **o cenário de instabilidade política não é apenas recente e conjuntural.** Apesar do crescimento económico registado nos últimos anos, dos bons resultados nas contas públicas e da evolução positiva dos indicadores de emprego, o país tinha vindo a registar um conjunto de manifestações, reivindicações e de greves sucessivas em setores-chave do domínio social que foram intensamente aproveitados e acicatados por todos os partidos da oposição para atacar o PS e provocar um cenário de dificuldade e de pressão governativa que obrigou a fechar-se sobre si mesmo para proteger as suas políticas e a sua maioria parlamentar.

A agravar, e apesar da maioria absoluta do PS, assistimos também a conjunto significativo e sucessivo de demissões de membros de governo envolvidos em casos mediáticos que envolvem suspeitas de corrupção, má despesa pública ou descoordenação governamental, facto que foi capitalizado pela oposição, à esquerda e à direita do PS, para desgastar, ainda mais, a imagem pública Governo, e causou várias perturbações nas relações institucionais entre a Presidência da República e o Governo.

**É verdade que o contexto de maioria absoluta permitiu ao partido manter um voo rumo determinado e afirmativo sobre a suas opções políticas, mas também lhe exigiu uma permanente atitude de defesa,** para explicar e posicionar publicamente as medidas que tomou no contexto de forte oposição partidária e contestação popular. Esta situação desfocou e diminuiu a disponibilidade e capacidade do Partido e do Governo para discutir de forma alargada as suas propostas políticas e procurar acordos partidários que lhe permitissem um maior consenso e amplitude de alcance.

O cenário político e parlamentar com que enfrentamos as próximas eleições legislativas é muito difícil. Há muito que a nossa democracia perdeu o bom hábito de procurar consensos e acordos alargados que permitam encontrar soluções estruturantes e estruturadas para o desenvolvimento do país. A obsessão pelo poder tem feito a oposição privilegiar a crítica fácil, demagógica e populista, em detrimento do escrutínio fundamentado e construtivo que permite aproximar posições alargadas e em alcançar posições colaborantes para os desafios, oportunidades e ameaças que o país enfrenta.

**Não sejamos ingênuos, da Esquerda à Direita, a campanha eleitoral que se aproxima irá ser, previsivelmente, centrada em 2 vetores e lugares-comuns:** Por um lado, todos os partidos irão afirmar que defendem e tem propostas para mais e melhor saúde, educação e habitação para os portugueses. Todos prometeram aumentar os rendimentos dos mais desfavorecidos e da classe média, atender às reivindicações das classes com maior impacto social, e reduzir os impostos pagos pela maioria dos portugueses. Por outro, e perante a incapacidade de apresentarem me-

didadas concretas e fundamentadas de como atingirão aquelas promessas, irão colocarão o PS e o seu Governo no centro do ataque político partidário, tendo como primeiro objetivo impedir uma nova maioria absoluta. **À esquerda, os anteriores parceiros da Geringonça sabem que nestas eleições têm de fazer uma prova de vida partidária e recuperar a força eleitoral que tinham antes de 2021.** Não são partidos de governo, não podem, nem irão, por isso, reduzir um ataque cerrado ao PS colando-o a uma imagem de neoliberalismo, insensibilidade social e subserviência aos ditames da União Europeia e do poder económico. Um discurso *dejá vú*, vazio de ideais e sem medidas concretas, de pura demagogia política e que apenas objetiva canibalizar o eleitorado de esquerda para aumentar o seu poder negocial no futuro quadro parlamentar.

**À direita, o PS é também o alvo a abater.** Haverá objetivamente um discurso concertado de moderação centrado no ataque ao PS para captação do eleitorado de centro, incluído o eleitorado de centro-esquerda descontente ou desiludido com a governação socialista. Irão criar anátemas e fantasmas sobre os perigos de uma nova maioria parlamentar dependente dos partidos radicais da Geringonça que, mesmo perante uma guerra na Europa, continuam a atacar a Nato, a União Europeia e a economia de mercado.

O Chega, um partido com ideias perigosas para a democracia, e que todos dizem rejeitar, mas cujas sondagens apontam para cerca de 15% do eleitorado, terá a autonomia, o palco e uma presença mediática forte para aumentar o seu discurso de enorme populismo, radicalismos e demagogia política contra o PS, centrado nos temas de corrupção e na integridade dos dirigentes do PS.

**O PS tem, por isso, de ser um adulto na sala da política portuguesa. O PS não deve distrair a sua mensagem na sua permanente defesa e na resposta às provocações dos partidos da oposição. A DEMOCRACIA PLENA defende que o PS deve centrar o seu discurso político na discussão de ideias para o futuro do país, na defesa das suas prioridades políticas para a melhorar a qualidade da Democracia portuguesa, diminuir desigualdades e aumentar a riqueza per capita do país.**

**O PS é o partido da democracia portuguesa.** O PS tem um legado histórico na fundação e enraizamento da democracia portuguesa que se deve orgulhar e saber honrar. **O PS deve estar aberto e preparado para qualquer cenário político que decorra das próximas eleições e colocar Portugal como sua principal prioridade.** Ao contrário da atitude dos outros, o PS não se deve centrar em procurar desculpas e de permanente ataque partidário, o PS deve mostrar uma atitude diferente, de ética republicana superior e estar disponível para encontrar soluções e respostas que permitam a estabilidade e desenvolvimento para o país.

**A DEMOCRACIA PLENA defende que o PS tenha uma postura de elevação e decência política nesta campanha eleitoral, que se diferencie, dos outros partidos, pela forma como se faz política.** O PS não deve sucumbir ao jogo fácil do populismo e dos fantasmas políticos contra os seus adversários políticos. O PS deve falar verdade, ser transparente, claro e objetivo nas suas mensagens políticas, mostrando

como são robustas e se diferenciam, para melhor, da superficialidade, falta de rigor e demagogia das mensagens dos outros partidos.

## 7. AS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA E PARA O PARLAMENTO EUROPEU

Em 2024, Portugal terá dois atos eleitorais de dimensão nacional. Em março eleições legislativas para a Assembleia da República, e em junho eleições para o Parlamento Europeu. São eleições de enorme importância para o país, mas com características e níveis de interesse e mobilização para a votação muito diferentes. As eleições legislativas, quer por serem as primeiras, mas sobretudo por decorrerem de um processo forçado e inesperado de eleições antecipadas, são claramente as mais difíceis e aquelas onde o PS enfrenta maiores riscos e ameaças para o seu futuro político e defesa das suas ideias.

**Por tudo o que foi dito atrás, todos no PS temos consciência que será muito difícil ao Partido voltar a vencer as eleições legislativas com maioria absoluta. O PS deve estar preparado para todos os cenários parlamentares que resultem das próximas eleições, incluindo o caso de não ser o partido mais votado na Assembleia da República e de existir uma possibilidade de maioria de Direita no parlamento.**

O PS deve estar preparado para a existência de coligações pré-eleitorais à Direita, nomeadamente, entre PSD e CDS, e até a Iniciativa liberal, para reforçar a capacidade de eleição de mais deputados pela aplicação do método de Hondt. O PS deve estar preparado para uma estratégia concertada do PCP, do BE e do Livre para disputar acérrimamente o eleitorado volátil de esquerda do PS, com o argumento que tal obrigará o PS a negociar uma governação à esquerda num cenário de minoria parlamentar.

**Mas o PS deve e tem de “ir a jogo” para ganhar. Essa é a sua primeira responsabilidade como maior Partido de Portugal, e para isso deve, em primeiro lugar, ser capaz de mobilizar os seus próprios militantes, simpatizantes e apoiantes para que voltem a acreditar no PS para governar Portugal.**

Concluídas as eleições, o PS tem de ser parte da solução para permitir a construção de um governo que permita a necessária estabilidade ao país.

**A DEMOCRACIA PLENA defende que se o PS vencer com minoria, deve procurar acordos de regimes que permitam um quadro parlamentar que lhe permita apresentar um governo e um programa capaz de merecer a aprovação da Assembleia da República. No entanto, se perder com para uma maioria parlamentar dos partidos de Direita, o PS deve estar disponível para negociar um posicionamento político em matérias fundamentais do regime, que permitam que o Governo da República não fique refém dos ditames populistas e perigosos do Chega.**

O PS deve estar disponível para criar pontes e procurar consensos e soluções concertadas com os partidos da oposição para concertar respostas orientadas às prioridades estratégicas do país. Sim, é possível articular e cooperar, num quadro de responsabilidades partilha-

das, em matérias de pactos de regime que permitam opções de longo prazo e reformas estruturais que melhorem o funcionamento na nossa democracia e respetivo nível de desenvolvimento.

O PS apenas não pode estar disponível para abdicar dos seus princípios fundacionais do nomeadamente a defesa dos princípios da social-democracia, da economia de mercado, da meritocracia e da liberdade individual, do europeísmo e do atlantismo, dos valores e princípios éticos republicanos.

**A DEMOCRACIA PLENA acredita que, com exceção do Chega, cuja essência ideológica não é de construção, mas de divisão e separação, é possível encontrar ambições e vontades comuns com todos os nossos adversários políticos.**

Por exemplo, à Direita, é possível negociar com a Iniciativa Liberal (IL) em matérias como, a simplificação de procedimentos e desburocratização do Estado, a eficiência e boa governança da Administração Pública, em estímulos à competitividade das empresas, ou à criação de respostas que retenham talento em Portugal. Não é possível negociar com a IL matérias que limitem o papel do Estado como agente regulador dos desequilíbrios económicos, ou da remoção de mecanismos que permitam a utilização abusiva de instrumentos financeiros e económicos que levem ao aumento das injustiças e das desigualdades sociais.

Como exemplo à Esquerda, é possível concertar posições que o Partido Comunista em políticas que melhoraram o ambiente laboral, diminuem as desigualdades nas empresas e dinamizem a concertação coletiva do trabalho, que dinamizem as micro e pequenas empresas, e fomentem o movimento cooperativo nomeadamente no setor da habitação, que reforcem o papel estratégico do 3.º setor, incluindo do associativismo e do coletivismo de base local. Mas o PD não se pode deixar condicionar pelo PCP em matérias de controlo da despesa pública e de equilíbrio das contas públicas, de apoio às empresas e competitividade fiscal e económica, e de política internacional, nomeadamente, no quadro da União Europeia e da Nato.

Se o PS conseguir merecer a confiança maioritária dos portugueses, o PS deve mobilizar os seus melhores, mais motivados e capacitados para estarem totalmente concentrados na governação do país de acordo com o programa que propôs e que for sufragado pelos portugueses.

Neste quadro, **a DEMOCRACIA PLENA defende que o PS, enquanto partido político, não deve ter um posicionamento de mera aprovação intransigente e seguidismo acrítico da atividade do governo e das medidas que este propõe.**

Mesmo governando, o PS deve também manter a capacidade de se escrutinar e autoavaliar de forma permanente, criar mecanismos internos de responsabilidade e de cooperação que assegurem que o exercício da atividade partidária se mantém aberta, ativa, mobilizadora e vigilante, de forma a complementar e apoiar de forma construtiva, proativa e inteligente a atividade do governo.

**Para tal a DEMOCRACIA PLENA, e em linha com as melhores práticas observadas em outros partidos socialistas europeus, e como adiante explicamos, defende a separação clara entre a liderança do partido e o exercício de cargos políticos executivos.**

As eleições para o Parlamento Europeu, em junho, se-

rão muito condicionadas pelo cenário político e parlamentar que decorrer das eleições legislativas de março. Se o PS vencer as legislativas tem todas as condições para voltar a vencer as europeias. Nestas eleições, o cenário de coligações partidárias não terá a relevância que tem em eleições para o parlamento europeu. Por isso, a abordagem política para estas eleições deve ser efetuada de forma inteligente, antecipada e mobilizadora.

### 8. 3 PILARES DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA – 9 AMBIÇÕES E PROPOSTAS PARA O PAÍS

**Uma moção de estratégia nacional ao congresso ao Partido Socialista pode e deve expressar, a visão e as principais prioridades de orientação e intervenção estratégica dos seus subscritores, mas não é, nem poderia ser, uma proposta de programa de governo que apresente propostas concretas para resolver todos os problemas do país.**

O programa de governo é um trabalho muito mais exaustivo e detalhado que deve envolver os melhores do partido em cada área e setor da sociedade civil e que, orientados e suportados pelos princípios e valores do Partido, e pelos fundamentos, opções e prioridades definidos da moção de estratégia que for aprovada em Congresso Nacional, propõe ao Secretariado Nacional e demais órgãos nacionais as medidas e ações que consideram mais eficazes para atingir os objetivos programáticos que o Partido defende para o país.

**Na DEMOCRACIA PLENA não nos arrogamos como os militantes únicos e mais capazes do Partido ou como aqueles que têm as melhores e mais bem suportadas respostas para o Partido propor ao eleitorado.** Sabemos que essas respostas virão, e terão de vir, do aprofundamento de um debate interno profundo e refletido sobre os problemas do País, debate esse para o qual reivindicamos direito e o dever republicano de participar e contribuir.

**Mas na DEMOCRACIA PLENA há princípios e pilares de orientação estratégica dos quais não abdicamos na sua defesa intransigente.** Uma visão de modernidade e desenvolvimento para o país depende não só de políticas económicas, mas também e sobretudo da melhoria da forma como se faz política em Portugal.

Não há uma visão de futuro para Portugal se não continuarmos um esforço contínuo e exigente de melhoria da qualidade da nossa Democracia e do reforço da confiança e credibilidade das instituições da República. Não saberemos contribuir para uma melhor Democracia, se não formos capazes de sermos exigentes com o próprio Partido, com o seu funcionamento e com a sua capacidade de aproveitar e estimular os seus melhores.

**A visão da DEMOCRACIA PLENA suporta-se sobre 3 pilares fundamentais: O Partido, A Democracia e o Futuro de Portugal.**

**Para cada pilar defendemos 3 ambições estratégicas as quais acreditamos serem a alavanca de governação que estimulará o melhor das capacidades e vontades internas para trabalhar de forma integrada e colaborante para endereçar as melhores respostas para a globalidade dos problemas essenciais do país.**

### 9. O PARTIDO – PLURALIDADE, PARTICIPAÇÃO E SEGREGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

50 anos depois do 25 de abril a nossa democracia portuguesa enfrenta um dos seus períodos mais críticos e desafiantes. Os extremismos e o populismo político assentes em mensagens enviesadas, enganadoras e antidemocráticas atraem cada vez mais pessoas. Tudo pelo cansaço, desânimo e revolta contra um funcionamento de estado que sobre a qual sentem existir uma nebulosa cultura de opacidade, compadrio e falta de transparência na decisão política.

50 anos de Democracia, são 50 anos de sonhos e esperanças. É legítimo e saudável, questionarmos, onde estamos e onde poderíamos estar? Comparamo-nos com outros e sentimos que poderíamos ter alcançado mais. Porque tivemos a oportunidade, tínhamos a capacidade, ousámos acreditar.

Pela reiterada confiança que tem tido dos portugueses, compete ao PS a responsabilidade ética e moral de estar na primeira linha de defesa para não permitir que a nossa democracia adoeça. O PS tem de ser um exemplo de força e afirmação, e para isso tem também o dever de dar o exemplo. Infelizmente, são cada vez mais os sinais de que o PS começa a falhar na demonstração prática das suas convicções.

O PS é e deve continuar a ser o partido basilar dos princípios e da ambição democrática do Portugal de abril. Para isso deve ser sempre um bom exemplo. Ser uma referência de democracia na forma como se organiza e funciona.

Sendo transparente, plural e falando a verdade. Sempre.

O PS deve ter como ambição clara da sua ação partidária o recuperar da esperança e confiança dos cidadãos pelos partidos moderados e pela democracia plena e plural.

**É essa a nossa prioridade, é essa a essência da DEMOCRACIA PLENA.**

Para tal advogamos:

#### 9.1 Ouvir e empoderar os militantes nas escolhas do partido

**“Acredito profundamente que a democracia se fortalece com a diversidade e a participação de todos.”**

**António Guterres**

Não, esta frase e outras semelhantes de grandes líderes e fundadores do PD, não foram ditas por mera conveniência partidária de momento. Elas foram sentidas e afirmadas com a firme convicção e sentido ideológico de quem reconhece e defende que o espírito fundacional do Partido Socialista assenta quer na valorização do pluralismo e da diversidade interna de opiniões, quer na defesa intransigente da democracia no seu modelo de organização e funcionamento.

Sim, foram estes valores e princípios que fizeram do Partido Socialista o partido fundamental na conquista da Liberdade e na construção da democracia no pós 25 de abril de 1974. Sim, foi a firmeza incondicional e intransigente pelo pluralismo e direitos democráticos e por visão progressista, transformadora e centrada do interesse público que conquistaram e fizeram merecer a confiança e mobilização dos portugueses para faze-

rem do Partido Socialista como o mais vencedor nos 50 anos que levamos de Democracia.

Mas há momentos em que muitos sentimos que algo não está bem. Que nos acomodámos e ficámos com medo. Que nos centramos a defender o “status quo”, ao invés de aceitarmos a aprender e a crescer com os nossos próprios erros. É um círculo perigoso e que viciosamente nos prende às amarras das nossas próprias limitações. Com insistência, de uma forma tão subtil como perversa, a inércia acomoda a vontade, a conveniência absorve a visão, o círculo domina o interesse e a aparência vicia a verdade.

No final, onde existiam valores e princípios, nascem anátemas e desconfianças. Onde se proclamava abertura e mobilização exige-se unanimismo acrítico que preserve a comodidade. A democracia adoece, faz desconfiar da sua credibilidade e perde reputação. Perdem-se equilíbrios, desprotege-se a liberdade, ganham os extremos.

**A DEMOCRACIA PLENA defende que o PS seja um partido que seja construído de baixo para cima e não de cima para baixo. Um partido em que os candidatos a titulares de cargos políticos são escolhidos pela base social de apoio e não pela elite do partido. Nós queremos que sejam os militantes a escolher os candidatos a deputados.**

Queremos voltar a empoderar os militantes, conferindo-lhes o poder de decisão na escolha dos candidatos a titulares cargos políticos, quer a nível autárquico, quer a nível nacional, designadamente para a escolha dos candidatos a Deputados à Assembleia da República.

Por isso, exigimos um novo método de recrutamento e seleção da classe política, cujos critérios não sejam a fidelidade canina e o seguidismo, mas o trabalho, a competência, o mérito e a proximidade às pessoas.

O PS deve promover uma reforma de funcionamento organizacional que aumente a democratização interna, definindo uma reforma estatutária, dos direitos e deveres dos militantes ao reforço da matriz livre, plural e democrática do PS, com exercício do poder militante para os militantes, sem manipulações e aproveitamento pessoais.

Na DEMOCRACIA PLENA queremos promover o aumento da democracia interna no Partido Socialista, de forma transparente, que a cada militante e a cada simpatizante caiba um voto. Que aqueles que pretendam representar o partido sejam submetidos a eleições primárias, que a sua integridade seja avaliada pelo órgão jurisdicional e depois pelos militantes e simpatizantes eleitores, para que não mais contribuamos para que as “claques” decidam quem são os candidatos a representar o partido, pouco relevando a integridade, o percurso ou a adequação ao cargo.

**A DEMOCRACIA PLENA defende que processo das primárias urge ser retomado e alargado, quer para a eleição da liderança do partido, quer para a eleição dos candidatos a titulares de cargos políticos.** As eleições Primárias não são apenas para momentos “especiais” da vida interna do partido, são para todos os momentos em que esteja em causa a representação do partido.

**Na DEMOCRACIA PLENA temos uma visão clara e uma ambição reformista para aumentar o poder dos militantes dentro do Partido Socialista. Por isso defendemos:**

- **Introduzir as Eleições Primárias**, para a eleição de candidatos do PS para Primeiro-Ministro (PM); Deputados à Assembleia da República; De-

putados ao Parlamento Europeu; Presidente dos Governos da Madeira e dos Açores; Deputados às Assembleias Regionais da Madeira e dos Açores; Presidentes de Câmaras Municipais e de Juntas de Freguesia.

- **Institucionalizar, estatutariamente, um órgão permanente de participação**, debate e produção de pensamento, propostas e práticas políticas e públicas (que conjugue a abordagem “top-down” dos “Estados Gerais” com a abordagem ‘bottom-up’ do “LIPP”, e incorpore o âmbito dos gabinetes de estudos do PS).
- **Instituir o sistema eleitoral de representação proporcional** para a eleição dos membros de todos os órgãos deliberativos (executivos, jurisdicionais e financeiros) do Partido, através do método da média mais alta de Hondt, exceto os órgãos uninominais que são eleitos pelo sistema maioritário.
- **Introduzir o voto secreto nas eleições para órgãos** e votações relativas a pessoas (substituindo o tradicional voto por braço no ar).

## 9.2 Prestação de contas e separação clara entre o exercício de cargos partidários e de cargos públicos

Uma das características mais demarcadas do atual perfil dos líderes nacionais e locais do Partido Socialista é a de que a grande maioria também foi eleito ou nomeado para o exercício de funções públicas executivas. Embora esta dupla responsabilidade não consubstancie, em si, uma incompatibilidade legal, ela tem é suscetível de provocar perversões operacionais que recomendam fortemente que o Partido reflita fortemente sobre a respetiva compatibilidade e utilidade, quer para o bom funcionamento do partido, quer para a eficiência e qualidade da ação executiva.

A ausência de uma separação clara entre o Partido e o exercício de funções públicas tende a promover circuitos internos e fechados de poder dentro do Partido para facilitar, preservar e perpetuar o acesso a cargos políticos. Este facto é gerador de conflitos de interesses, é desmobilizador da participação militante e da meritocracia, é promotor de opacidade na prestação de contas internas e de baixa capacidade crítica na avaliação dos resultados propostos e alcançados pelos próprios eleitos.

A prioridade do exercício das funções públicas, limita também a disponibilidade e desfoca a atenção dos eleitos do PS para um pleno exercício das suas responsabilidades enquanto líderes do Partido, reduzindo a capacidade do Partido em ser um contribuinte ativo e colaborante com soluções que melhorem a governação pública, tornando-o, essencialmente uma caixa de ressonância e de apoio acrítico à atividade política dos eleitos. Isso não só diminui a qualidade da democracia do Partido, como também diminui a sua própria importância e utilidade cívica quando os seus eleitos exercem funções executivas.

Com a criação da figura de Secretário-Geral Adjunto, o Partido reconheceu a limitação efetiva do primeiro-ministro liderar também a organização do Partido. Não era humanamente possível serem ambas exercidas de forma plena pela mesma pessoa. Foi um passo importante, mas não suficiente. O Secretário-Geral Adjunto não tem o poder da eleição direta, não é reconhecido pelos seus pares nem pelos Partidos da Oposição como

um verdadeiro líder do partido, não lhe é reconhecida autoridade, nem independência técnica para liderar e coordenar a atividade do Partido.

Quer a nível nacional, quer a nível local, o Partido não pode ser a sua autonomia e capacidade de intervenção dependente da delegação em adjuntos escolhidos pelos líderes do Partido em funções executivas que não têm tempo, ou vontade, em assumir as suas responsabilidades como eleitos internos.

**A DEMOCRACIA PLENA defende uma separação clara entre quem exerce cargos dirigentes executivos no partido e quem exerce cargos governamentais, separando o aparelho do partido do aparelho do Estado e promovendo uma maior capacidade de escrutínio e fiscalização da ação do próprio partido e dos seus eleitos e representantes.** Estimulando o pensamento crítico, a responsabilização, mobilizando o partido para a construção de soluções para o país que sejam mais participadas e colaborativas e melhor reflitam as reais preocupações dos militantes e da sua base social de apoio.

**Na DEMOCRACIA PLENA temos uma visão clara acerca das responsabilidades dos líderes partidários e dos eleitos pelo Partido Socialista. Por isso defendemos:**

- **Separar o Estado (governos) do partido:** proibir a acumulação de cargos partidários executivos e cargos governamentais nacionais, regionais e locais (ex.: entre SG e PM, entre Secretariado Nacional/Presidentes das Federações e membros do Governo, ou presidentes de câmara, ou presidentes de junta) e entre cargos executivos públicos e cargos partidários eleitos ou nomeados pelo partido.
- **Proibir a acumulação de funções políticas executivas:** aos titulares de cargos ou membros de órgãos políticos executivos locais, aos titulares de cargos ou membros de órgãos partidários executivos; aos deputados nacionais e regionais com o exercício de cargos executivos do Poder Local (nomeadamente nas Câmaras Municipais e nas Juntas de Freguesia), bem como limitar a dois mandatos sucessivos, no mesmo cargo ou função, todos os eleitos internamente no partido.

## 9.3 Funcionamento mais transparente, democrático e mobilizador

**“O PS tem de ser refundado de alguma maneira, tem de ser melhorado, tem de discutir política a sério e tem de ter política a sério e grandes ideias para o futuro!”**

**MÁRIO SOARES**

Um Partido moderno e à altura da evolução e dos desafios emergentes da sociedade é aquele que reconhece a permanente necessidade inovar, transformar e adequar o seu modelo de funcionamento e organização às necessidades e exigências da sua base militante, tornando-o mais transparente, atrativo, mobilizador e participado, e aumentando a capacidade de comunicação e de interação com a sociedade civil.

O PS precisa de reativar a militância. De reforçar a intensidade e utilidade da participação dos militantes na vida interna do Partido. De refletir sobre a densidade da presença de independentes nas nossas listas e no que isso representa para a utilidade e relevância da militân-

cia. O Partido precisa de refletir sobre as taxas de abstenção em eleições internas, na dificuldade de organizar candidaturas e contactar todos os militantes inativos ou que deixaram essa condição e procurar saber as razões dessa inação ou saídas e agir no sentido de corrigir as disfunções ou ineficiências que levaram a essas condições.

É preciso repensar a organização setorial e local do partido criando condições para que exista atividade fora dos períodos eleitorais e grupos organizados de militantes bem informados e capacitados para ajudar a ação executiva dos eleitos do Partido na avaliação e diagnóstico dos problemas, em propor e recomendar soluções e medidas e, em alertar para riscos e ameaças emergentes.

**Na DEMOCRACIA PLENA queremos reforçar as formas de participação dos militantes para que seja mais eficaz e não meramente aparente ou formal.** As sugestões e reclamações nas assembleias de militantes devem ter seguimento e continuidade e não serem apenas formalismos ou exercícios catárticos para a militância descontente com uma determinada opção política ou direção, mas instrumentos reais e concretos de ação e estratégia política.

Mas não basta aumentar as formas e canais de participação. **O Partido só será verdadeiramente mobilizador se também demonstrar padrões de exigência ética no seu funcionamento capazes de gerar elevados níveis de confiança e a credibilidade junto dos seus militantes e simpatizantes.** Isto faz-se com uma cultura permanente de transparência, de prestação de contas e de condutas de integridade que honre e respeite os seus valores fundacionais.

**Na DEMOCRACIA PLENA temos uma visão clara e uma ambição reformista do modelo de funcionamento do Partido Socialista. Por isso defendemos:**

- **Aprovar uma Declaração de Direitos e Deveres do Partido Socialista, alinhada com a Declaração de Princípios do Partido,** um Código de Ética e Boa Conduta do PS, focado nas atitudes e procedimentos eleitorais (pré, durante e pós período eleitoral), cuja subscrição seja obrigatória para todos os candidatos a eleições ou nomeados pelos órgãos do partido.
- **Reforçar os mecanismos de transparência, controlo interno e de prestação de contas do Partido,** instituindo a obrigação de divulgação, em canais online, dos resultados de todos os atos eleitorais do Partido, do registo interno de interesses de todos os titulares e membros de órgãos internos diretivos, de relatórios internos de prestação de contas anuais com a atividade política e partidária dos eleitos em cargos executivos, bem como a disponibilização de canais de contacto direto com direito de resposta aos dirigentes partidários.
- **Permitir a consulta prévia aos militantes das opções políticas mais relevantes, gerais ou sectoriais, incluindo o direito a referendar coligações partidárias pré e pós-eleitorais,** reforçando o seu papel na definição e escolhas das opções políticas do Partido.
- **Facilitar e modernizar o processo de filiação e participação nos atos decisórios do Partido,** incluindo o direito à filiação desmaterializada "online" sem a exigência da figura "proponente" de militante; a generalização do voto eletrónico em confiança, e a desmaterialização dos cadernos eleitorais, facilitan-

do os contactos internos para a apresentação de listas alternativas aos órgãos partidários.

- **Eliminar ou reduzir o direito a voto dos membros inerentes dos órgãos partidários,** reforçando os princípios de igualdade entre militantes, e estimulando maior abertura proatividade para o exercício do cargo de candidato.
- **Reforçar os direitos e liberdades dos militantes** incluindo a criação de figura do Provedor do Militante e Simpatizante, de canais próprios e permanentes para apresentação de petições e/ou discussão aberta de propostas aos órgãos deliberativos e executivos do partido e a criação de uma estrutura central responsável pela coordenação nacional do direito à formação política e cívica aos militantes e simpatizantes.
- **Melhorar o conhecimento do Partido acerca dos seus militantes,** estimulando a base social do Partido a manter atualizada a informação sobre os respetivos perfis, competências, preferências temáticas, e disponibilidade de participar em discussões de diagnóstico e planeamento político.

## 10. DEMOCRACIA – TRANSPARÊNCIA, ESCRUTÍNIO, GOVERNANÇA EFICIENTE E REPRESENTATIVIDADE PLENA

Para a democracia portuguesa poder ambicionar a alcançar os níveis de participação, confiança e credibilidade que todos ambicionamos, é necessário que as instituições da república sejam exemplos claros de um modelo de governação eficiente, competente e dotado de meios para o exercício das suas funções.

Não basta existir um bom quadro legislativo, não basta existirem instituições públicas competentes. Os portugueses exigem que as instituições da República exerçam com eficácia, eficiência, integridade e autonomia técnica as suas competências.

Infelizmente, como todos os barómetros de opinião pública respaldam, o **sentimento dos portugueses sobre a qualidade dos serviços públicos que recebem, sobre a confiabilidade e independência das instituições públicas, e sobre a boa e justa governação dos impostos e das contribuições que pagam está longe de ser positiva.**

Os portugueses, querem e têm o direito de ter uma democracia com que mais se identifiquem, confiem e lhe inspire confiança sobre a importância efetiva dos Partidos e dos Políticos para o seu desenvolvimento coletivo.

**A DEMOCRACIA PLENA acredita que há espaço e é importante elevar os padrões de qualidade, robustez e confiabilidade da nossa Democracia e que tal é um pilar fundamental para acelerar o desenvolvimento do país.**

Para tal advogamos:

### 10.1 Um sistema eleitoral mais moderno, representativo e adequado às necessidades da república

Não obstante, ter havido ao longo dos anos, do poder local vigente, tentativas de alteração profunda e estrutural, o certo é que, o sistema político português

tem-se mostrado muitas das vezes avesso a alterações das formas de poder instituído, em que ressalta a resistência dos aparelhos institucionais e político-partidários, traduzindo-se as alterações efetuadas a mudanças ou avanços tímidos e circunstanciais.

Para melhorar a qualidade das nossas elites políticas não basta intervir a montante, isto é, no sistema partidário. É preciso também intervir a jusante, no sistema de representação, isto é, na forma de eleição dos nossos representantes, mais concretamente no sistema eleitoral.

Portugal tem o mesmo sistema eleitoral há 50 anos, sem qualquer alteração substantiva, e só esse facto bastaria para que fosse exigida e dinamizada uma reflexão profunda sobre a sua atualidade, adequação e representatividade do sistema eleitoral face à evolução, características e necessidades atuais da nossa população e da nossa democracia.

Ao contrário da ideia generalizada que possa estar a ser transmitida pelos agentes políticos, **é importante informar e esclarecer os portugueses, para que estes tenham consciência efetiva, de que votam de uma forma completamente diferente da forma como votam a generalidade dos cidadãos europeus.**

Sim, em Portugal não se vota da mesma maneira que se vota em 25 países da União Europeia. O caso português só tem comparação em Espanha. A generalidade dos cidadãos europeus tem um voto completo, podem escolher o partido e podem escolher o seu deputado, podem fazer uma escolha por inteiro. Em Portugal temos um sistema eleitoral de listas "fechadas e bloqueadas" que, à parte de Espanha, não existe em mais parte nenhuma da Europa. Isto é, enquanto a esmagadora maioria dos cidadãos europeus pode votar diretamente no seu representante, pode eleger diretamente o seu deputado, em Portugal não.

**A realidade é esta, os portugueses têm menos direitos eleitorais do que os outros cidadãos europeus. Em Portugal, os cidadãos apenas votam em partidos. Em Portugal, os portugueses não podem votar na pessoa que pretendem eleger.**

Em Portugal, os eleitores estão condenados a passar um "cheque em branco" aos partidos e são os líderes dos partidos e os respetivos diretórios que escolhem os deputados. Em Portugal os cidadãos só podem escolher pela metade, só podem escolher o partido, não podem escolher o seu deputado. Este processo de cooptação tem contribuído para uma crescente degradação da qualidade das elites políticas em Portugal.

**A DEMOCRACIA PLENA reclama que cidadãos portugueses tenham um voto por inteiro, por isso, defende que é urgente uma Reforma da lei eleitoral, capaz de trazer para Portugal as melhores praticas e modelos de representação e funcionamento europeus, e de conceder aos cidadãos o voto preferencial e nominal, o voto personalizado, crucial para estimular a participação cívica, a prestação de contas e o incremento da meritocracia nas instituições democráticas.**

Chegou a hora de tratar os portugueses como cidadãos de primeira com os mesmos direitos eleitorais da generalidade dos cidadãos europeus. Os portugueses não podem continuar a estar condenados à condição de subcidadania no contexto europeu, no que respeita aos seus direitos eleitorais.

Uma reforma da lei eleitoral que seja uma alteração

profunda do atual sistema política e que aproxime efetivamente eleitos e eleitores é uma reforma que poderá traduzir-se em enormes consequências eleitorais, mas o PS, como principal partido português, não pode ter medo dessas consequências competindo-lhe tomar a iniciativa de revisão constitucional junto dos partidos da oposição.

Este não é um tema novo para o Partido. É, aliás, reclamado há vários anos. **A alteração da lei eleitoral, com a introdução de um modelo misto, que combine círculos uninominais com um círculo de compensação nacional, constava do programa eleitoral do PS às eleições legislativas de 2015 e de 2019, contudo, até à data, oito anos depois, não se verificou qualquer desenvolvimento.** Infelizmente, tal desiderato anda a ser adiado há anos, num permanente e conveniente jogo do empurra entre o PS e o PSD.

É um facto que, pela dimensão partidária que possui e pela estrutura territorial do país, o PS tem beneficiado da perversidade de representação do nosso sistema eleitoral atual. A aplicação do método de Hondt prejudica mais os partidos mais pequenos. Mas o PS deve colocar a qualidade e exigência da nossa democracia acima do simples calculismo político. O PS tem de trabalhar para merecer ganhar. Isso estimulará o melhor do partido.

**A DEMOCRACIA PLENA defende que o PS tem o dever ético de continuar a pressionar os partidos políticos com assento na Assembleia da República para um acordo de compromisso que permita a revisão da constituição e a consolidação de um modelo eleitoral misto, que combine círculos uninominais com um círculo de compensação nacional.**

A reforma eleitoral que advogamos não se deve circunscrever às eleições nacionais, ela deve também ser alargada às eleições locais e regionais. Nos últimos anos, assistimos a uma maior e mais efetiva descentralização para os municípios, a um reforço das suas atribuições e competências e, também, a um quadro de maior delegação de competências próprias para as freguesias. Colocam-se hoje à administração local novas exigências de organização e funcionamento, pelo que é desejável uma ambiciosa reforma eleitoral autárquica, para que os municípios pudessem reforçar o seu importante papel para alcançar quer uma maior eficiência e eficácia na sua atuação, quer uma democracia local mais forte e plena.

**A DEMOCRACIA PLENA defende um modelo eleitoral local mais eficiente e com maior responsabilização dos órgãos políticos locais, visando o aperfeiçoamento dos mecanismos de equilíbrio do sistema de governo e da qualidade da democracia local.** E este, só é alcançável com a necessária determinação política para operar uma efetiva e séria reforma do sistema político dos órgãos autárquicos, de entre elas a eleição do Presidente da Câmara Municipal através da eleição à Assembleia Municipal.

Ou seja, o Presidente de câmara seria quem encabeçava a lista do partido mais votado à assembleia municipal cabendo-lhe a escolha dos vereadores de entre os eleitos à assembleia, vendo assim, esta, reforçada a sua relevância institucional e política, guindada a uma espécie de "parlamento" à escala municipal. Esta situação tem inclusive respaldo legal na revisão constitucional de 2005 que estabeleceu que o «órgão execu-

tivo colegial [câmara municipal] é constituído por um número adequado de membros, sendo designado presidente o primeiro candidato da lista mais votada para a assembleia ou para o executivo, de acordo com a solução adotada na lei, a qual regulará também o processo eleitoral, os requisitos da sua constituição e destituição e o seu funcionamento».

A título de exemplo, veja-se que, na fórmula vigente para as juntas de freguesia, procede-se já à eleição do seu presidente através do cabeça de lista do partido mais votado à assembleia de freguesia, sendo o restante elenco executivo escolhido, por este, de entre os eleitos à respetiva assembleia.

**Por sua vez, num patamar supramunicipal impõe-se visitar a implementação em concreto das regiões administrativas - como preceito constitucional.** O dossiê da regionalização merece sempre ser reaberto e discutido com vista a uma verdadeira descentralização, como condição de uma reforma territorial e administrativa que dê coerência à administração do Estado.

Regionalizar é uma forma de tentar combater as disfunções burocráticas do sistema administrativo, dando a possibilidade de entidades autónomas decidirem por si, atendendo a realidades próprias e a necessidades concretas. O território, a organização regional do país, o modo como a sociedade portuguesa se articula espacialmente é uma questão pública e política. Sendo um assunto público e político, como tal, deverá assentar num processo de discussão gradual e de consolidação: de um consenso alargado dos partidos políticos, e abri-lo ao país com a participação efetiva dos cidadãos e das instituições representativas dos seus interesses.

Um novo quadro legislativo veio permitir que as presidências das CCDR passassem a ser eleitos pelos eleitos locais dos municípios do respetivo perímetro foi um passo em frente, mas é insuficiente e limitador ao não permitir a participação direta das populações nas escolhas e responsabilização dos líderes regionais.

**A DEMOCRACIA PLENA defende que se avance no processo de democratização e abertura eleitoral para que a eleição dos representantes dos órgãos de poder político regional seja uma responsabilidade de todos os portugueses e não apenas dos líderes políticos dos municípios.** A eleição para as Regiões pode e deve ser incluída no quadro das eleições autárquicas e ser realizada em conjunto.

A Reforma eleitoral que Portugal necessita não deve esquecer os direitos da diáspora. Subsistem problemas crónicos na rede consular, que dificultam a interação das comunidades portuguesas com os serviços do Estado português. Foi o caso da gestão do recenseamento eleitoral dos portugueses residentes no estrangeiro, que teve reflexos profundamente negativos no processo eleitoral das eleições legislativas de outubro de 2021. Na era da internet este episódio foi uma grave penalização à imagem necessária de facilitação e incentivo a uma maior valorização, envolvimento e responsabilização da diáspora portuguesa pelas escolhas das opções políticas para o país.

**A DEMOCRACIA PLENA defende que o sistema consular promova um "simplex" no exercício do direito de voto para as comunidades portuguesas,** evitando qualquer tipo de discriminação no domínio dos direitos por parte dos portugueses residentes

no estrangeiro, adensado uma vetusta percepção, de que são tratados pelo Estado português como "portugueses de segunda".

## **10.2 Credibilizar e reforçar a confiança no funcionamento das instituições públicas e dos mecanismos de autorregulação do Estado**

**"A transparência e a responsabilidade são as âncoras de uma democracia sólida. Devemos prestar contas ao povo e garantir que o poder seja exercido em benefício de todos."**

**António Guterres**

Estudos estimam que a corrupção em Portugal representa um custo económico anual de 18,2 mil milhões de euros, ou seja 25% mais do que o valor de apoios europeus previstos para os próximos 6 anos no quadro do PRR. Segundo o Eurobarómetro, a eficácia da luta contra a corrupção é o aspeto mais mal avaliado pelos europeus, sendo particularmente relevante em Portugal. **Os casos judiciais e mediáticos que têm ocorrido nos últimos anos, fazem perceber, junto dos portugueses, uma rede generalizada de corrupção, conflitos de interesse e abuso de poder em várias funções essenciais do Estado e da vida económica e social do país.** Essa percepção mina a confiança e credibilidade nas instituições, desmobiliza a participação cívica, desmotiva a iniciativa privada e, pior, alimenta o crescimento de populismos de extrema-direita com impactos perigosos para a democracia. A agravar, o Governo do PS viu-se envolvido em apenas 2 anos em mais de uma dezena de casos de suspeição em matéria de integridade que fizeram do Partido, e dos seus quadros e das suas escolhas e opções políticas e das medidas, um alvo fácil de ataque político em termos de credibilidade e confiança. Não tenhamos dúvidas, o tema da ineficácia do combate à corrupção estará entre as principais bandeiras partidárias dos partidos da oposição na campanha eleitoral para diminuir os méritos e os resultados da herança socialista.

**A DEMOCRACIA PLENA defende que o PS tem o dever e a responsabilidade política de assumir o combate à corrupção e o reforço da transparência e integridade na ação política como uma prioridade estratégica e fundamental para o desenvolvimento da democracia, da economia, e da justiça do país.**

Em 2021, e também motivada pela exigência e iniciativa de cidadãos, o Governo do PS aprovou recentemente uma Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024 (ENAC). Foi uma excelente iniciativa, mas que, infelizmente, teve muito poucos resultados efetivos e não correspondeu às expectativas esperadas. A ENAC teve problemas desde o início, faltavam-lhe métricas, posicionamento, metas e medidas concretas para que todos saibamos qual e quando a qualidade da democracia queremos para Portugal

No essencial, legislou-se, mas não se agiu. Criaram-se estruturas, mas elas não funcionam ou ainda não produziram resultados. Temos um MENAC, um RGCC, uma lei de proteção de denunciante, mas os portugueses ainda não sabem para o que serve, e o que fazem! O caso Entidade da Transparência é um bom exemplo do falhanço da ENAC.

**Na DEMOCRACIA PLENA defendemos que o PS**

**deve ir mais longe e ser mais ambicioso na ambição e clareza na sua estratégia pela integridade e contra a corrupção, e avançando de imediato com uma proposta de extensão da ENAC de 2024 para 2030 com metas e métricas objetivas sobre onde Portugal deve estar ou alcançar em cada um dos anos até ao final da década.**

Mas o combate ativo à corrupção não é o único instrumento para credibilizar e reforçar a confiança no funcionamento da nossa democracia. É também necessário reforçar os mecanismos que assegurem o pleno funcionamento das instituições do Estado, em termos de capacidade, de recursos e de independência técnica, gerando maior transparência, integridade, escrutínio e fundamentação das políticas públicas e das iniciativas políticas.

**É preciso apostar na seleção rigorosa dos melhores para o exercício de funções públicas, eliminar o abuso excessivo do recurso à nomeação direta para cargos de governação, e a perversidade dos regimes de substituição, dotar a CRE-SAP de um poder efetivo, transparente e ágil para a escolha dos cargos políticos. Dotarmos o sistema de avaliação da Administração Pública (SIADAP) de capacidade para reconhecer o conhecimento real e o mérito dos dirigentes ficando menos dependente da aprovação de quem os governa.**

Neste quadro, o PS deve assegurar que todos os seus militantes, simpatizantes e representantes sejam consciencializados e motivados para a prática dos princípios e objetivos prosseguidos pela ENAC. Assinar compromissos de honra e prestar declarações de rendimentos nos inícios de mandato são uma defesa legal importante em caso de litígio e incumprimento, mas mais importante é uma mentalidade e cultura de serviço público. Não há formulário que bata a consciência individual de cada um.

**Na DEMOCRACIA PLENA defendemos que o PS deve reconhecer, valorizar e destacar os eleitos e nomeados em funções públicas que demonstrem capacidade, mas também transparência e efetivo interesse pela participação dos cidadãos.**

Aqueles que prestam contas, cumprem com as boas práticas de governação aberta e publiquem e fundamentem as suas decisões com base em dados reais e escrutináveis e não apenas em opiniões ou sensibilidades genéricas. **Saibamos construir listas de candidatos que eliminem o caciquismo partidário acrítico a conflitos de interesse, das que evidenciam critérios de integridade, competência e espírito de missão.**

E não tenhamos medo de prestar contas. De forma transparente, facilmente acessível e que não seja confundível com propaganda. A Democracia só se pode desenvolver com escrutínio e exigência. Devemos fazer políticas públicas que permitam aos cidadãos de forma simples e clara fazerem um julgamento justo sobre a integridade e fundamentos das decisões tomadas. Só assim se aumenta a confiança, fomenta concorrência leal e ação empreendedora dos agentes económicos e se garante uma gestão eficiente e adequada dos recursos públicos.

O novo Portal da Transparência é um importante avanço no reforço da transparência governativa e fundamental para dar credibilidade, confiança e justiça ao processo de atribuição, monitorização e correta utili-

zação dos recursos públicos. No entanto, ainda tem um grau de cobertura e de facilidade de navegação muito aquém do que ambicionamos.

Na DEMOCRACIA PLENA queremos clareza total sobre o processo de produção legislativa e nos fundamentos das decisões políticas. Defendemos que publicitar o racional e os fundamentos que suportam as opções políticas tomadas e determinam a decisão da despesa pública é também um dever de boa governança e de maturidade democrática.

**Na DEMOCRACIA PLENA defendemos a transparência e integridade na decisão política como um princípio e dever ético do exercício da Política e exigimos que seja um procedimento basilar no funcionamento das instituições da República.**

Para isso advogamos:

- Dotar recursos efetivos e de autonomia financeira e orçamental às estruturas nacionais de combate à corrupção e de controlo da qualidade da democracia, para que sejam também elas responsabilizadas pelo pleno cumprimento da sua missão.
- Publicitar as agendas dos titulares de cargos políticos em linha com as melhores práticas recomendadas pelas entidades internacionais, regulamentar a prática do Lobbying e assegurar mecanismos para evitar conflitos de interesse nas sociedades de advogados.
- Fomentar a implementação generalizada de pactos de integridade nos processos de contratação pública, começando pelos serviços da Administração com maior volume financeiro, complexidade e subjetividade temática, menor concorrência e, por isso, mais suscetíveis de risco de corrupção.
- Disponibilizar ferramentas digitais e práticas de dados abertos sobre os procedimentos de contratação e decisões de despesa pública, que permitam à sociedade civil desenvolver as suas próprias capacidades de acompanhamento, escrutínio e controlo independente e informado acerca do funcionamento das instituições e do respetivo grau de cumprimento dos seus planos de atividades.
- Penalizar e manter um controlo apertado sobre enriquecimento injustificado, instituindo mecanismos legais e capacidade de intervenção que limitem a fuga de capital do país para fugir aos impostos e impeçam a perversidade do país ficar, de novo, refém de sistemas de regularização tributárias sobre rendimentos ilegítimamente exportados para paraísos fiscais.

### **10.3 Robustez das contas públicas suportada na eficiência e adequação da boa despesa pública e numa política fiscal justa e competitiva.**

**“O PS fez o trabalho que os portugueses esperavam dele: recuperou a economia, melhorou a qualidade de vida e modernizou o país.”**

**António Costa**

**Um dos grandes legados que o PS deixa ao país no mandato legislativo que agora termina foi o bom comportamento das contas públicas, por via de 2 superávits sucessivos, facto que permitiu reduzir de forma relevante o peso da dívida pública em**

função do PIB e posicionar o rating de risco soberano do país em níveis dificilmente esperados há 3 anos.

Esta recuperação foi efetuada num contexto em que o país teve de endereçar uma crise pandémica seguida de uma crise inflacionária mundial que obrigaram a medidas alargadas de apoios às famílias e às empresas. Para tal o país foi obrigado a manter elevados níveis de tributação fiscal que, objetivamente, implicam um elevado esforço tributário aos portugueses.

**O país tem hoje um orçamento anual de despesas que ascende a 107 mil milhões de euros, um valor superior a 20 mil milhões de euros ao que registou em 2015.**

No entanto, e apesar deste enorme aumento na despesa pública, não existem evidências relevantes na melhoria da oferta e cobertura dos serviços públicos e do normal funcionamento das instituições do Estado.

Este facto tem sido um dos principais argumentos da oposição para atacar a governação do PS, situação que tem acolhimento fácil, nomeadamente, junto do eleitorado de centro-esquerda que se sente excessivamente penalizado em termos fiscais, avalia negativamente a capacidade do Estado em prestar serviços públicos de qualidade, e exige uma reforma estrutural do funcionamento das instituições públicas e na forma como as mesmas gerem os recursos do Estado.

**Para a DEMOCRACIA PLENA é condição fundamental para a resolução dos problemas estruturais do nosso país que o modelo de funcionamento do Estado eficiente e desburocratizado, centrado na preocupação pela boa gestão dos recursos públicos e dos impostos pagos pelos cidadãos, mas também preocupado pelo combate às desigualdades e com respostas eficazes para as necessidades essenciais dos portugueses.**

A dimensão da carga fiscal e os custos de contexto em Portugal, são uma das principais razões para a baixa produtividade económica do nosso país no contexto europeu. Sabemos que existem compromissos com a UE em matéria fiscal, no entanto também existe margem para reduzir impostos e custos de contexto quando isso é indutor de maior dinâmica económica.

Entre 2010 e 2022 o rendimento Bruto per capita disponível dos portugueses cresceu 41%, em termos nominais, número que comparam com um crescimento de 70% das receitas fiscais sobre rendimentos e património. Em 2022, a carga fiscal subiu de 37,4% para 38%, valor que é o maior registo desde o início do século.

Portugal é dos países onde mais rapidamente se atinge a taxa mais alta de tributação. A partir dos 1900€/mês líquidos, as contribuições para o Estado já excedem o rendimento que fica disponível para o trabalhador. Para atraírem os trabalhadores mais competentes as empresas são forçadas a um esforço remuneratório muito elevado que limita a sua capacidade de alargar a base de recrutamento e potencial de crescimento.

Em termos fiscais, o rendimento do trabalho continua a ser muito mais penalizado que as outras tipologias de rendimentos tributados, normalmente tributadas à taxa liberatória. E isso promove a informalidade, empobrece o valor do trabalho e não é socialmente justo. Paradoxalmente, promove-se uma taxa “flat rate” de IRS a 10 anos aos residentes não habituais e até criou um sistema de fortes incentivos fiscais para expatriados qualificados que regressem para trabalhar em Portugal.

**A DEMOCRACIA PLENA entende que esta políti-**



**ca fiscal não é economicamente justa nem socialmente equitativa para os cidadãos nacionais residentes que diariamente se esforçam para desenvolver o país e defende uma política fiscal que trate todos os cidadãos de igual forma e tribute os rendimentos de forma mais equilibrada que prioriza a retenção e a qualidade de vida dos atuais residentes.**

Nas empresas o retrato também não é positivo. Apesar dos esforços que têm sido efetuados nos últimos anos, o Sistema fiscal aplicado às empresas em Portugal continua complexo e não competitivo. Só nas componentes IRC e Derramas Estaduais e Municipais as taxas de impostos atingem até 31,50%, valor que compara com uma média de cerca de 21,47% na Europa a 27, ou de 23,51% nos países da OCDE.

Mesmo considerando que um grande número de empresas apresenta matéria coletável muito baixa ou até negativa, os impostos representam ainda cerca 20% do volume de negócios das empresas em Portugal, valor que tem crescido na última década em claro contraciclo do que se observou na Europa. A estes impostos acrescem os custos de contexto com inúmeras taxas e tarifas pagas pelos agentes económicos para exercerem a sua atividade. Um estudo recente da CIP indica que em Portugal são cobradas mais de 4.300 taxas, das quais 2.900 são cobradas no âmbito da Administração Central.

No mundo pós pandemia, as taxas de imposto são estímulos fundamentais para estimular a recuperação da economia mundial. Nos EUA discute-se já a redução da taxa de IRC para 15%, e os grandes blocos europeus começam a mostrar alinhamento com essa estratégia. Se Portugal não acompanhar esta tendência continuará a perder competitividade e a atrasar a renovação e a modernização industrial do país. Com a explosão do Telertrabalho corremos o risco de os trabalhadores portugueses mais qualificados serem incentivados a trabalhar de forma remota para empresas domiciliadas em países com menor carga fiscal com efeitos perversos na oferta de emprego e para a própria receita tributária de IRC.

O atual posicionamento fiscal de Portugal torna o esforço de acompanhamento mais difícil de atingir, pelo que reforça a importância de se reduzir e orientar a despesa do estado para as funções essenciais à regulação e ao equilíbrio social da economia.

**Na DEMOCRACIA PLENA, defendemos uma maior libertação da economia. Não advogamos o Mercado desregulado, mas também não queremos um estado omnipresente e asfixiante. Queremos um estado facilitador que acredita e confia nas pessoas, e que foca a sua ação na correção de desequilíbrio que bloqueiam uma competição justa e eficiente e a uma vivência económica socialmente equitativa, progressiva e humanista.**

**Na DEMOCRACIA PLENA, estamos conscientes que a redução da carga fiscal das empresas e a redução dos custos de contexto são fatores determinante para desincentivar o risco de investimento e a criação de empresas e por isso defendemos:**

- O lançamento de uma ampla discussão sobre a dimensão atual e futura do estado na economia nacional que conduza à aprovação na Assembleia da República até 2023, de uma **Estratégia Nacional**

**para a Redução da Despesas Pública e Aumento da Eficiência do Estado** que identifique com metas objetivas e mensuráveis as áreas da Administração Pública e as opções de despesa corrente que podem ser reduzidas ou simplificadas no sentido de possibilitar uma menor exigência de receitas fiscais.

- **A redução gradual das taxas de imposto direto às famílias e às empresas** para níveis que a posicionem no primeiro quartil da Europa a 27 até 2028. Ao mesmo tempo, defendemos a eliminação de todas as isenções fiscais que beneficiam apenas algumas empresas.
- Que até 2028 **sejam reduzidas ou eliminadas de forma progressiva de todas as taxas e emolumentos que não reflitam o custo justo** que o estado incorre para a prestação de serviços públicos a que estão associadas.
- A aprovação até 2025 de **um Regime Jurídico dos Apoios Concedidos pelo Estado que permita assegurar maior transparência, eficiência e confiança no processo de atribuição de incentivos pelo Estado**, tornando-a mais colaborativa, escrutinável e acessível a um maior número de pessoas.
- **A implementação imediata de uma estratégia de transformação digital dos sistemas de suporte ao funcionamento da justiça**, incluindo a implementação de respostas digitais que permitam atuar sobre as próprias fontes de entropia ao rápido e eficiente processo do seu funcionamento.

## **11. VISÃO ESTRATÉGICA – CRESCIMENTO, COMPETITIVIDADE, DESENVOLVIMENTO EQUILIBRADO E DIREITOS**

**Portugal só conseguirá pagar melhores salários, reter e atrair talento, ser um país viável, autossustentável e gerar esperança e de confiança no futuro se conseguir transformar o seu paradigma económico** para um modelo de desenvolvimento capaz de acelerar o seu ritmo de crescimento anual, aproximando-o dos seus pares europeus, e não perdendo posicionamento e competitividade, para a emergência dos novos competidores e riscos internacionais, muitas vezes assentes em modelos económicos que não respeitam os direitos humanos e distorcem a concorrência leal.

E isso só acontecerá quando tivermos uma economia capaz de produzir bens e serviços com alta incorporação de valor e empresas com a capacidade de dominar as cadeias de valor, a montante e a jusante da produção. Se não conseguirmos aumentar salários médios tornar-se-á inevitável a fuga dos jovens mais qualificados para o estrangeiro. E já não são só os de formação universitária e superior, são também os de formação intermédia especializada.

Portugal não pode assumir este risco. Investimos milhares de milhões de euros na formação de a geração mais qualificada de sempre que não poderemos perder para que sejam outros países a beneficiarem do seu know-how e da sua expertise para alcançarem níveis mais elevados de crescimento económico e de desenvolvimento social.

Mas não bastam bons salários, há também que garantir às novas gerações que o país está preparado para lhes assegurar os seus direitos mais básicos e lhes permitam viver com confiança de que o seu futuro deve passar por Portugal

**A DEMOCRACIA PLENA quer mobilizar os portugueses em torno de um rumo claro para o país. Uma visão estratégica assente um modelo de desenvolvimento económico de alto valor acrescentado e em políticas públicas geradoras de confiança sobre o acesso a preços justos aos direitos sociais mais fundamentais como a Habitação e a Saúde.**

### **11.1 Mobilizar o país para uma visão de futuro.**

**“O desenvolvimento de um país depende da sua capacidade de inovação e de criatividade.”**  
**Mário Soares**

Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, Portugal iniciou uma nova era, marcando o fim de mais de cinco séculos de império colonial. Este momento histórico representou não apenas a queda da ditadura, mas também o desmoronamento do Império Português, levando a uma profunda transformação na visão e estratégia do país. Com o fim do período colonial, Portugal, confinado a um território relativamente pequeno, perdeu sua centralidade e relevância geoestratégica. Voltando-se para a Europa, Portugal aderiu à União Europeia em 1 de Janeiro de 1986. Desde então, recebeu aproximadamente 130 mil milhões de euros em fundos europeus não reembolsáveis, sem contar com apoios adicionais para a revitalização económica europeia. Estes recursos foram vistos como uma oportunidade para compensar a perda de recursos ultramarinos e para realizar transformações estruturais necessárias no país, com o objetivo de melhorar a produtividade e competitividade, e alinhar-se com a média europeia.

**No entanto, apesar destes fundos, Portugal não conseguiu alcançar uma mudança significativa no perfil estrutural da sua economia.** O objetivo era transitar de uma economia baseada em mão-de-obra intensiva e baixos salários para uma economia de conhecimento intensivo, de alto valor acrescentado, e com recursos humanos altamente qualificados.

Contudo, a Estratégia de Lisboa, que visava esse objetivo, não teve o sucesso esperado em Portugal, mantendo-se o país num paradigma económico atrasado, de baixa produtividade e competitividade.

Além disso, Portugal enfrenta vários desafios estratégicos: baixa competitividade fiscal, burocracia excessiva, estímulos ao empreendedorismo insuficientes, uma justiça lenta e complexa, e políticas de incentivos ineficazes. As empresas portuguesas também lidam com barreiras externas e problemas organizacionais que limitam sua capacidade de inovação e adaptação.

Apesar destes desafios, Portugal encontra-se num momento crucial, atravessando uma das maiores transformações históricas, com mudanças tecnológicas e económicas aceleradas em curso, e com mais bem preparada geração de portugueses. O país deve, portanto, se preparar para enfrentar estas mudanças, apostando em setores de alto valor acrescentado e exportadores, para criar um posicionamento único e estratégico no cenário global. A singularidade e inovação

serão essenciais para Portugal competir efetivamente num mundo cada vez mais globalizado e competitivo.

**Neste contexto, a DEMOCRACIA PLENA defende que Portugal dê prioridade a estratégia de diferenciação que se foquem nos nichos de negócio e nos clusters sectoriais com maior probabilidade de traduzirem em economia de alto valor acrescentado exportadora de base permanente para o país.**

**A DEMOCRACIA PLENA reclama que é imperativo do crescimento económico robusto.** O forte crescimento económico é essencial para Portugal poder melhorar o padrão de vida, aumentar empregos e salários, fixar população e reduzir a pobreza e desigualdade social. Além disso, fortalece as finanças públicas, aumentando receitas fiscais e reduzindo a dívida relativa ao PIB, o que alivia a pressão orçamental e melhora a confiança dos investidores na economia portuguesa.

**Se Portugal tivesse crescido mais 1% ao ano do que cresceu nos últimos 20 anos, o PIB em 2023 seria 22% maior do que o previsto, ou em termos absolutos, seriam mais 57 mil milhões de Euros que os 260 mil milhões previstos para 2023.** 57 mil milhões são dois PRRs que Portugal teria a mais de riqueza produzida em cada ano, que se refletiriam em salários, investimento, capitalização das empresas, lucros, e receitas do Estado.

**Os obstáculos ao crescimento económico são sobejamente conhecidos;** falta de investimento, baixa produtividade, capacidade de gestão, burocracia, impostos elevados, a pequena dimensão do país e da nossa população. O nível educacional da população já não é o problema. Nem é um Estado social forte que garante acesso a saúde e educação de qualidade universal. **E no entanto, havendo o diagnóstico, falta o essencial: visão, estratégia e consistência na ação para eliminar as barreiras ao crescimento. A DEMOCRACIA PLENA reclama que é necessário mobilizar o país para uma visão de futuro, uma visão de crescimento assente numa economia exportadora de alto-valor acrescentado. Definir de definindo de forma clara, mensurada e objetiva as prioridades estratégicas de longo prazo para Portugal, e os caminhos e opções concretas para as alcançar.**

Precisamos de mobilizar o país em torno de uma visão capaz de gerar e distribuir riqueza de forma justa e equitativa, pagar bons salários, modernizar a economia, estimular o investimento, e reter talento em Portugal. Portugal é um mercado de pequena dimensão. As nossas empresas só ganharão escala e a nossa produtividade só crescerá se aumentarmos significativamente o nível de exportações para valores próximos dos 70% na próxima década (estamos hoje nos 49%), semelhantes aos de países de dimensão similar à nossa, como a Holanda, a Bélgica ou a Dinamarca, onde as exportações representam cerca de 70% ou até 80% do seu PIB.

Este aumento nas exportações não só fortalecerá as bases das nossas empresas no mercado global, mas também contribuirá para uma economia mais dinâmica e competitiva a nível internacional. E as empresas são o motor desta Economia, tendo o Estado um papel essencial de orquestrador, que promove, incentiva, e cria as melhores condições possíveis para que as **empresas possam investir e apostar na sua**

**internacionalização.**

**A DEMOCRACIA PLENA reclama que é necessário reforçar os mecanismos de incentivos à Exportação e de apoio às Start-ups, à I&D e a projetos Empresas-Universidades.**

É fundamental que a política económica do governo e de investimento públicos tenha como prioridade máxima o crescimento económico e Exportações. **Isso significa alocar uma fatia muito maior do PRR e do Portugal 2030 para o incentivo das empresas à Exportação, bem como os Investimentos que potenciam a Inovação,** a construção de marcas e as Exportações em sectores de elevado valor acrescentado. É preciso pôr as empresas portuguesas nos mercados internacionais, a expor os seus produtos e serviços, vender, a criar marcas globais, estabelecer parcerias, tal como fazem as suas congéneres europeias. É essencial que os programas comunitários de apoio à Internacionalização sejam reforçados e antecipados, e que existam KPIs sobre a sua execução.

O apoio às Start-ups, inovação empresarial e parcerias entre empresas e universidades deve continuar a ser reforçado. Neste capítulo, preocupa-nos o recente anúncio de cancelamento das parcerias com universidades norte-americanas como o MIT, a Carnegie Mellon University ou a University of Texas at Austin. É fundamental expor as nossas empresas e academia ao intercâmbio com as melhores universidades do mundo. Muitas Startups de sucesso em Portugal foram criadas por investigadores que beneficiaram destes intercâmbios.

As Agendas Mobilizadoras são um bom exemplo do caminho que deve ser seguido, com a criação de consórcio entre universidades e empresas, que fomentem mecanismos de transferência de conhecimento, com o objetivo de desenvolver produtos e serviços com alta incorporação de valor.

**A DEMOCRACIA PLENA reclama que é necessário tornar Portugal mais amigo e profissional na captação de investimento nacional e externo.**

É fundamental que os potenciais investidores nacionais e internacionais sintam que Portugal é um excelente país para os seus investimentos. Para tal, **devemos pelo menos igualar em todos os parâmetros de atratividade os nossos “concorrentes”,** focando as políticas do governo nesses objetivos, sejam a redução de burocracia, simplificação de processos, acompanhamento profissional do investidor, segurança legislativa, entre outros.

O turismo é a nossa principal atividade Exportadora e queremos que continue a crescer em qualidade e riqueza gerada. As recentes medidas que afetaram os alojamentos locais passaram uma imagem de que para o PS, o AL é um problema para o país.

Não revemos nesta ideia, pelo contrário. O AL teve um papel fundamental na dinamização da nossa economia em anos de grande dificuldade, trazendo trabalho, rendimentos e esperança a centenas de milhares de Portugueses diretamente ou indiretamente ligados à atividade. Consideramos a nova taxa CEAL injusta e desnecessária.

A nossa moção defende a Diversificação de Ofertas Turísticas: Além dos tradicionais destinos costeiros e urbanos, Portugal pode desenvolver e promover o turismo em áreas menos exploradas, como turismo rural, ecoturismo, e turismo cultural e histórico em regiões do interior. Isso ajudaria a distribuir os benefícios do

turismo por todo o país e reduziria a pressão sobre os destinos mais populares.

**A DEMOCRACIA PLENA reclama que a mobilização do país para uma visão estratégica não é um desiderato de apenas um Partido, ela deve ser assumida de forma alargada de forma a comprometer e responsabilizar todos os partidos numa ambição de longo prazo.**

Acreditamos que muitas destas políticas precisam de estabilidade e credibilidade junto dos investidores, e que para tal, é necessário um acordo alargado com o PSD. Pensamos que o país fica a perder se o PS e o PSD não fizerem um acordo global para o crescimento que englobe impostos, fundos europeus e legislação chave que desbloqueie de uma vez por todas o crescimento económico.

## 11.2 Responder à emergência na oferta de habitação

**“A habitação é uma questão crucial para o nosso país, e é uma questão que tem de ser abordada com urgência. Temos de criar condições para que todas as famílias, independentemente dos seus rendimentos, tenham acesso a uma habitação digna e acessível.”**

**António Costa.**

**Em Portugal estamos perante uma emergência social no que se refere ao acesso à habitação.**

A falta de casas acessíveis para os mais pobres e para a classe média é provavelmente a maior injustiça social do país, que impede gerações inteiras de realizarem os seus projetos de vida em Portugal e de terem segurança financeira, como tiveram as gerações anteriores.

Nos últimos anos assistimos a um aumento sustentado e significativo nos preços de aquisição de habitação que também afetou de forma material o valor médio das rendas praticadas no mercado de arrendamento. Este aumento, muito superior à evolução dos rendimentos da maioria dos portugueses, é considerado estrutural e irreversível e de muito difícil ajustamento.

As causas são várias. Exógenas, mas também endógenas. Por razões orçamentais, Portugal implementou medidas que estimularam muito a procura de investimento estrangeiro em imobiliário em Portugal. Ao todo, **o país captou dezenas de milhares de milhões de euros em investimento estrangeiro que se traduziu num elevadíssimo influxo de receitas fiscais em sede de IMT, IMI, IVA, IRS, IRC, Imposto Selo e taxas urbanísticas. Estima-se que, atualmente, os impostos representam cerca de 40% do custo de construção de habitação.**

**Muito dinheiro que poderia ter sido canalizado para políticas que permitissem compensar, de forma estrutural e integrada, os efeitos perversos daquele investimento nos preços da habitação.**

Não foi esse o caminho. Preferiu-se medidas de apoio imediato às famílias, como os programas de arrendamento acessível ou os subsídios às rendas. Mas estas medidas, por várias razões, pouco ou nada resolveram o problema.

Entretanto, ficámos dependentes das receitas do PRR para investir na construção de habitação. Um programa que prevê construir 26 mil habitações até 2026,

num investimento inferior a 2 mil milhões de euros. O processo está a ser lento, pouco claro, e dificilmente será suficiente para resolver o problema estrutural com que nos defrontamos.

**A DEMOCRACIA PLENA defende que, em matéria de política de habitação, poderíamos e deveríamos ter ido mais longe.**

Sem casas para habitar a preços acessíveis, não conseguiremos fixar, muito menos atrair, os jovens para viver e trabalhar em Portugal. Não tenhamos dúvidas, sem habitação acessível para TODOS o país acelerará o seu envelhecimento e o seu atraso estrutural.

**A DEMOCRACIA PLENA defende um pacto de regime para a Habitação, que envolva todas as forças políticas, e que ao longo de uma década, crie condições para a iniciativa privada, cooperativa e pública implementarem de forma concertada um programa de construção “massiva” de nova habitação, que satisfaça as necessidades e projetos de vida dos portugueses, em especial dos mais jovens.**

É preciso assumir uma ambição clara relativamente ao problema da habitação, outros países fizeram-no e resolveram o problema de forma estrutural. Foi o caso da Suécia que na década de 1960 implementou um ambicioso programa de construção de habitações conhecido como “Miljonprogrammet” (Programa do Milhão), com o objetivo de construir um milhão de habitações em um período de 10 anos para o rápido crescimento urbano e ao aumento da população.

Para tal adotou uma abordagem de construção em massa para atingir a meta de um milhão de habitações, envolvendo a utilização de métodos de construção industrializados para acelerar o processo. O governo desempenhou um papel significativo no financiamento e na execução do programa. Ele forneceu incentivos financeiros para a construção de habitações e garantiu a disponibilidade de financiamento para os construtores. Embora o setor público tenha sido crucial, o programa também envolveu parcerias com o setor privado. O programa não se limitou apenas à construção de moradias, mas também envolveu um planeamento urbano mais amplo. Foram considerados aspetos como o transporte público, parques e áreas comerciais para criar bairros bem integrados.

**A DEMOCRACIA PLENA defende que Portugal deve implementar um programa estratégico público multissetorial e integrado que permita construir e recuperar 500.000 habitações nos próximos 10 anos.**

**A DEMOCRACIA PLENA quer transformar este programa numa forte oportunidade para estimular a transformação das empresas portuguesas ligadas, direta e indiretamente, ao sector da construção, estimular o emprego, regenerar e modernizar as cidades, reforçar a coesão territorial e aumentar a sustentabilidade e eficiência ambiental e energética do edificado nacional.**

**Para possibilitar a concretização deste programa a DEMOCRACIA PLENA defende a implementação das seguintes medidas:**

- Dotar anualmente ao programa cerca de 5% das receitas orçamentais do país, capitalizando e integrando investimento de vários ministérios do Governo;
- Criar mecanismos de forte padronização de pro-

jetos e soluções de construção, e simplificação do respetivo licenciamento urbanístico;

- Dinamizar políticas de apoio ao reforço da capacidade de resposta das empresas portuguesas, nas áreas de construção e afins;
- Articular com as Universidades, com Sistema Científico Nacional, entidades reguladoras e com os municípios medidas que permitam a identificação, planeamento e aproveitamento de solos para construção sem prejuízo do cumprimento das exigências do bom ordenamento do território;
- Acordar com o sistema financeiro mecanismo de proteção ao crédito que permitam estimular o financiamento de projetos privados para a construção de habitação no quadro do programa;
- Reduzir o IVA e os custos de contexto de construção, e isentar de IMT a aquisição da 1ª habitação própria;
- Reforçar significativamente a dotação do Fundo Ambiental para apoio à regeneração do edificado, em detrimento de despesas com muito menor impacto ambiental como hoje acontece;

### 11.3 A saúde em primeiro lugar

**“O SNS é uma das maiores conquistas da democracia portuguesa.”**

**Mário Soares**

Não se pode falar de políticas de Saúde e do SNS sem começar por homenagear o Camarada, já desaparecido, António Luis Arnaut. O SNS, é um dos maiores legados do PS, como plataforma utilizada pelo Estado para fornecer cuidados de saúde à universalidade dos portugueses.

Nos últimos 10 anos a despesa pública corrente em cuidados de saúde cresceu de forma sustentada todos os anos tendo aumento em cerca de 9 mil milhões em termos comparativos, representado atualmente cerca de 11% do PIB Nacional.

**Pese embora o valor do investimento na saúde seja o maior de sempre em valor, há que reconhecer que os indicadores de acesso aos cuidados de saúde não acompanharam este investimento, existindo um sentimento de deficit de capacidade do SNS para cumprir o seu papel universal de prestador de serviços de saúde a todos os portugueses.**

De facto, uma parte significativa da despesa corrente serviu para pagar dívida decorrente de subinvestimento crónico passado, dotar o sistema de nossas capacidades em face à maior complexidade e gravidade dos doentes tratados, e ara pagamento de prestações de serviço relacionadas com a contratualização de cuidados de saúde, nomeadamente, transporte de doentes, exames (TAC, ecografias, RM, PET TAC), análises clínicas, hemodiálise, etc.

**De acordo com o Conselho de Finanças Públicas, no final de 2022, o SNS contava com mais de 10,5 milhões de utentes inscritos**, dos quais 65,9% se encontravam inscritos em unidades de saúde familiar. **14,1% dos utentes não tinham médico de família.** Com efeito, a trajetória ascendente do número de utentes sem médico de família iniciada em 2019 não foi interrompida, observando-se um crescimento superior a 30% nos últimos dois anos

Este órgão conclui que **o SNS continua a enfrentar**

**riscos e incertezas que condicionam o seu desempenho de curto e médio prazo, assim como a sua sustentabilidade futura**, nomeadamente: os constrangimentos da atividade dos cuidados primários, nomeadamente a menor proporção de utentes não inscritos em Unidades de Saúde Familiar ; o aumento do recurso aos serviços de urgência que pressiona os hospitais e redireciona os recursos da atividade programada; o aumento das listas de espera e agravamento dos pagamentos diretos dos utentes por maior necessidade de recurso a prestadores privado; e a necessidade de garantir a comportabilidade orçamental do crescimento das despesas com pessoal e com medicamentos, o que sugere melhorias na eficácia do processo de planeamento dos recursos afetos ao SNS e o reforço dos mecanismos de controlo e avaliação dos serviços e das equipas.

A agravar assistimos a um forte clima de contestação e descontentamento entre os profissionais da saúde. Os médicos e enfermeiros estão numa crise de frustração motivada pelo nível das suas retribuições comparativamente às responsabilidades sociais que possuem e pela perda de autonomia e pela falta de reconhecimento profissional.

Acresce que os congelamentos das carreiras na administração hospitalar desde há 20 anos, com a consequente perda de gestores intermédios qualificados, que procedam a um acompanhamento de proximidade na prestação de cuidados e auxiliam a gestão de topo na tomada de decisão, tem retirado massa crítica de dentro das entidades de saúde, esvaziando-as de conhecimento e de competências técnicas.

**A DEMOCRACIA PLENA defende que o país tem de estar preparado para oferecer uma remuneração justa e atrativa aos profissionais de saúde, porque sem eles, não há SNS.**

**Um SNS que não cumpra a sua função plena é um dos maiores dos riscos de discriminação a que a Democracia portuguesa não pode estar exposta.** Caso contrário serão os grupos mais frágeis, os desfavorecidos, as minorias, que suportarão desproporcionalmente os custos da falência dos sistemas.

**A saúde tem de ser a prioridade das prioridades.** É o grande pilar, a par da Educação, do nosso Estado Social. E está a falhar, e a falhar sobretudo para os mais vulneráveis. É, assim, essencial uma reforma profunda do nosso Serviço Nacional de Saúde, que assegure o cumprimento da sua missão, chegando a todos os portugueses e gerando confiança nos portugueses sobre o seu futuro.

**A DEMOCRACIA PLENA defende que o SNS tem de se focar na melhoria geral dos indicadores de saúde em Portugal, funcionando de forma estável, eficiente e flexível, e integrando todos os agentes e prestadores de saúde num ecossistema colaborante e subsidiária capaz de oferecer melhores cuidados de saúde aos portugueses.**

A DEMOCRACIA PLENA defende o primado do SNS e a saúde pública como responsabilidade primeira do estado, mas também reconhece e acredita que o setor social e a oferta privada de saúde são pilares fundamentais para atingirmos, em colaboração, melhores indicadores de cobertura e de capacidade de resposta.

**Na DEMOCRACIA PLENA não temos complexos ideológicos, estamos centrados na melhoria dos indicadores de saúde dos portugueses, no cumprimento dos direitos constitucionais e na**

### **gestão eficientes dos recursos públicos. É isso que nos move.**

A crescente complexidade dos processos de saúde, dada a heterogeneidade dos determinantes da saúde, exige dos sistemas de saúde respostas multidimensionais e integradas, com intervenção e contributos de diversos setores, alinhados na resolução de problemas concretos das populações. **Abordar a saúde em todas as políticas maximiza o retorno dos investimentos em saúde, indo além do mero assistencialismo.**

Queremos uma gestão mais focada, especializada e eficiente dos recursos que são empregues pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS). **Queremos mais autonomia, mais responsabilização, maior capacidade de colaboração e integração, maior adequação às especificidades dos territórios, e menos burocracia.**

**A DEMOCRACIA PLENA defende uma efetiva separação de poderes entre a tutela e a gestão do SNS deixando que seja agora a nova Direção Executiva a estabelecer uma nova cultura de gestão**, criando esse necessário espírito de corpo entre todos os dirigentes e colaboradores do SNS, através de novos estilos de liderança, com mais empatia e comunicação compassiva. O poder executivo, que tradicionalmente sempre esteve com o Ministério da Saúde deve agora ser delegado à Direção Executiva ou CEO do SNS.

Dar maior autonomia à gestão do SNS não significa que o Ministro da Saúde não deixe de desempenhar um papel crucial na gestão do Sistema Nacional de Saúde no seu conjunto, antes pelo contrário. O Ministro da Saúde passa a ser um facilitador de todo o sistema, garantindo a colaboração entre as diferentes partes que compõem o sistema nacional de saúde com o SNS para que este possa cumprir a sua missão principal, o seu "core business", que é o de humanizar a saúde e assegurar um acesso inclusivo e equitativo aos cuidados que presta em Portugal, contribuindo para a sustentabilidade financeira não apenas do SNS, mas de todo o sistema de saúde.

**A DEMOCRACIA PLENA defende um SNS eficiente, promotor de políticas em saúde centradas no cidadão e no seu ciclo de vida, que permita o investimento nos determinantes em saúde e nos fatores de um envelhecimento ativo e na redução dos impactos das doenças crónicas e das dependências é crítico para a sustentabilidade do sistema.**

DEMOCRACIA PLENA entende que o envelhecimento da população e a desertificação do interior exigem mais do SNS. A crescente prevalência de doenças crónicas e geradoras de grandes dependências obrigam a que as respostas em saúde vão além do tratamento da doença, obrigando a uma abordagem global às necessidades das populações.

**A DEMOCRACIA PLENA acredita que sem prejuízo da prestação de cuidados de saúde de qualidade e equitativos, exigem-se maiores apostas na prevenção, na redução de riscos e na promoção de estilos de vida saudável** - a montante; e, a jusante, na mitigação e redução dos seus efeitos, no apoio às pessoas dependentes e na adaptação dos seus modos de vida, nos cuidados continuados e por fim, numa aposta clara nos cuidados paliativos e fim de vida. Neste quadro, o ator central do sistema de

saúde será, então, o cidadão, em que o direito à literacia em saúde adquire crescente importância.

Não só se responde às necessidades imediatas das populações, mas também se garantem as oportunidades para os cidadãos escolherem livremente um percurso de vida longo e saudável, contribuindo ativamente para o desenvolvimento das comunidades em que vivem. Nesta abordagem, um bom exemplo é o desafio levantado pela Saúde Mental, em que as respostas necessárias às crescentes necessidades da população assentam numa multitude de fatores e atores que permitem uma abordagem global de definição de políticas intersectoriais, mas com evidentes impactos na saúde.

**Do ponto de vista mais operacional, e para acelerar melhores resultados nos indicadores de saúde nacional, a DEMOCRACIA PLENA defende ainda a implementação célere das seguintes medidas:**

- Rever as carreiras da saúde e, eventualmente, reinventar o modelo de remuneração associado ao desempenho, e fomentar a investigação clínica e a partilha de conhecimento, como fator de atratividade de profissionais;
- Dar novo ênfase aos mecanismos de controlo interno, com o reforço das equipas afetas aos Serviços de Auditoria Interna de cada unidade de saúde (hospital e ULS), que atualmente conta apenas com um elemento na grande maioria das entidades, atribuindo ao Diretor de Serviço a remuneração correspondente e igual a qualquer outro Diretor de Serviço. Este ponto é de extrema importância quando se atenta ao número de profissionais que ficam agora sob a alçada de cada ULS, à dimensão do orçamento e à dispersão geográfica do seu âmbito de atuação. Este desiderato vem ao encontro do que tem sido defendido pelo MENAC - Mecanismo Nacional Anticorrupção;
- Rever toda a rede de referenciação hospitalar, tendo por base critérios científicos e demográficos e. Continuar a modernização das instalações de saúde, com a criação de raiz de novos edifícios hospitalares e de cuidados de saúde primários, dotando-os de condições de conforto e capacidade de diagnóstico.
- Aumentar o número de hospitais com regime de hospitalização domiciliária, permitindo redução de internamento hospitalar, redução de complicações (infecciosas e não infecciosas) e redução de custos;
- Aumentar o número de Unidades de cuidados paliativos e reforço das Equipas em articulação com as IPSS; e criar Unidades de retaguarda de apoio social, para casos sociais em vias de resolução
- Desenvolver uma estratégia articulada com os bombeiros e empresas de transporte de doentes para criar uma verdadeira rede de transportes, com pagamento justo e que assegure o acesso à saúde das pessoas com limitações de mobilidade.
- Rever do cálculo do pagamento dos cuidados prestados com base no índice melhores representativos da realidade atual e menos no seu valor histórico;
- Reforçar a integração de sistemas informáticos, com tecnologia atual, reduzindo substancialmente o número de aplicações dispersas e não comunicantes que existem no setor, nomeadamente a implementar em pleno a referenciação hospitalar

(RSE-SIGA), desmaterializando todo o processo de pedidos de consultas;

## **12. SALÁRIOS MÍNIMOS E MEDIANOS E CAPACIDADE DE RETENÇÃO DE TALENTO EM PORTUGAL**

Um dos assuntos mais debatidos em Portugal e também distintivo das opções e prioridades políticas dos partidos da esquerda e da direita tem sido o tema do Salário Mínimo Nacional (adiante SMN) e do seu posicionamento relativo no contexto nos restantes 27 países membros da União Europeia (adiante UE 27). À esquerda a opção é de uma aposta clara e consensual de reforço do SMN, como medida de combate à pobreza, reforço da justiça social e indutora do aumento dos restantes salários; à direita a prioridade são as políticas de estímulo ao crescimento económico para permitir aumentar a produtividade e, por consequência, também os salários, incluído o SMN. Nesta discussão, temos ouvido muitos números, diferentes interpretações da mesma realidade e, muitas vezes, falta de rigor na apresentação e defesa dos argumentos apresentados.

Começar por referir que o Salário Mínimo não é uma realidade em todos os países da UE 27. Existem 6 países onde aquele salário não está previsto no respetivo ordenamento jurídico, sendo que todos eles registam bons indicadores sócio económicos comparativos no contexto europeu. Nestes países tem sido possível privilegiar acordos setoriais de concertação social sem a existência de SMN como referência para os aumentos dos salários. Outro aspeto relevante na comparação entre países é a do número de meses que compõem a remuneração anual em cada país, o qual também não é igual no conjunto dos países da UE 27.

Na comparação dos salários médios e medianos é ainda importante ter em consideração a carga fiscal aplicada aos escalões de IRS desses rendimentos, a qual tem diferenças relevantes entre os vários países. Existem também casos em que a opção por maiores taxas de IRS é depois compensada por menor tributação em sede de IVA. Em Portugal, o SMN está isento de IRS, mas o primeiro escalão tributável em sede de IRS, e relativo a rendimentos anuais entre 10.732 euros e 20.322 euros, tem uma taxa aplicável de 28,5%.

Após o alargamento da União Europeia aos países de leste em 2004, a UE 27 passou a ser uma realidade com vários grupos de estágios de desenvolvimento e poder económico. Assim, para uma comparação justa dos salários dos seus países é necessário ajustar os salários nacionais aos níveis de preços médios praticados em cada país, ou seja, à Paridade do Poder de Compra (adiante PPC). Neste quadro, Portugal perde posição relativa para países como a Lituânia, a Grécia e Malta. No final de 2021, o Índice de Gini que mede a desigualdade na distribuição da riqueza em Portugal foi de 34%, que compara com 37%, ou seja, apenas 4 p.p. melhor em 30 anos, factos que demonstra a dificuldade do país em aumentar rendimentos per capita e diminuir as desigualdades sociais.

**Apesar de Portugal ter ainda 7 países da UE 27 com piores registos salariais, metade dos seus salários auferem, em termos líquidos, apenas cerca de 20% mais do que o valor do SMN. Em termos relativos, Portugal perde muito mais na**

**comparação dos seus salários medianos e médios, do que na comparação do seu SMN ao nível europeu.** Portugal é também um dos países da UE com menor percentagem de pessoas a auferir menos que 105% do SMN, mas, ad contrário, um dos países com maior concentração no decil seguinte (110-120% do SMN), ou seja, no intervalo de salários nacionais entre os 800 euros e os 900 euros, valores que são até inferiores ao SMN médio da UE (937 euros).

**A DEMOCRACIA PLENA defende medidas políticas que permitam reduzir os custos de contexto das empresas por contrapartida do reforço dos salários médios dos seus trabalhadores podem até ter um impacto fiscal global neutro, dado que permitirão reforçar não só a coleta em sede de IRS, mas também de IVA, dada a elevada propensão marginal para o consumo que se observa nos salários mais baixos.**

Importante também valorizar as propostas políticas que permitam diminuir os preços de bens e serviços essenciais que, sem justificação de mercado, são em Portugal comparativamente mais elevados que nos seus pares europeus, como são o caso dos custos com a(s) Energia(s), onde a carga fiscal nacional é também parte do problema.

O SMN não é um fim em si mesmo, é um instrumento de política económica que necessita de ser enquadrado com outras medidas políticas para induzir efeitos positivos de maior alcance ao nível dos rendimentos da população. Isolado, apenas permite uma maior aproximação do seu valor ao salário mediano com um impacto muito limitado em termos macroeconómicos (ou até perverso nalguns setores).

O problema da pobreza em Portugal não está apenas ao nível daqueles que auferem o SMN. A maioria dos portugueses auferem pouco mais do que aquele salário. Sem salários dignos Portugal não conseguirá reter os seus melhores em Portugal. Seremos um país que não aproveitará todo o investimento que efetuou para valorizar a educação das suas novas gerações. E com isso perderemos competitividade, capacidade de adaptação e posicionamento estratégico e estaremos condenados a ser um país capturado pela armadilha da pobreza.

**A DEMOCRACIA PLENA defende um discurso mais ambicioso e com claras opções políticas sobre alternativas que permitam o crescimento generalizado dos salários. A DEMOCRACIA PLENA defende que propostas políticas que apenas falem no reforço do SMN, mas não tenham uma estratégia clara para estimular o aumento dos salários medianos, são essencialmente ideológicas, mas não resolvem o problema de fundo.**

### 13. UMA TRANSIÇÃO CLIMÁTICA E DIGITAL TRANSPARENTE, PARTICIPADA E ALARGADA

A crise climática e energética que o mundo enfrenta, assim como a enorme disrupção tecnológica que está a acontecer de forma muito acelerada, colocam riscos e ameaças, mas também oportunidade, de enorme dimensão para a Europa. A **apenas europeia não poderia ser mais clara. O caminho da transição climática e da transformação digital são irreversíveis e urgentes pelo que devem ser acelerados e considerados como a principal prioridade para**

**a competitividade europeia**, sendo sobre eles que incidem as políticas de incentivos financeiros no espaço europeu.

Portugal irá receber da UE e investir milhares de milhões de euros no seu processo de transição climática e digital, a quase totalidade do investimento público terá presente estas duas dimensões no momento da sua decisão.

O orçamento do ministério do Ambiente é hoje o 4.º setorial com mais dotação orçamental, mas o 1.º em capacidade de investimento discricionário em apoios a projetos e despesas de capital. Por outro lado, não há área de administração pública e da economia cuja transformação não depende totalmente de fortes investimentos em sistema de informação.

Acresce que são áreas de elevada complexidade técnica e globalmente capturadas por apenas algumas empresas de grande poder de influência e mais bem preparadas para conseguir vantagens comparativas no acesso aos fundos públicos.

**São por isso 2 domínios muito expostos a riscos de conflitos de interesses** que podem perverter e viciar o processo, o alcance e eficácia da boa aplicação dos fundos públicos, fazendo-nos perder oportunidade de desenvolvimento sustentado do País, em prejuízo de interesses particulares já instalados.

**A DEMOCRACIA PLENA defende, por isso, que todas as decisões políticas nesta matéria sejam suportadas por elevados padrões de transparência, e sigam uma estratégia clara suportada em métricas objetivas e mensuráveis que possam ser avaliadas de forma generalizada e independente e promovam a sã concorrência e estimulem a regeneração e reconversão do tecido industrial português.**

Outro aspeto fundamental deste processo de transição é o posicionamento do Estado enquanto utilizador e destinatário preferencial dos fundos europeus e contribuições discas destinadas à respetiva promoção.

Uma crítica fácil e justa que tem sido efetuada pela globalidade dos agentes económicos é a de que o Estado tem capturado a maioria dos fundos e contribuições para cobertura das suas necessidades de financiamento de despesas correntes, retirando assim disponibilidade financeira e capacidade de investimento essencial para as famílias e para as empresas.

Um exemplo concreto é o Fundo Ambiental, principal instrumento de política públicas para apoiar a Transição Climática gerido pelo Ministério do Ambiente e cujo orçamento em 2023 ascendeu a mais de 1200 Milhões de euros.

Por um lado, este Fundo Ambiental afeta a grande maioria do seu orçamento a apenas 2 objetivos: O programa de apoio à redução tarifária (PART) para compensar a redução no preço dos passes sociais dos transportes públicos, e as transferências para o Sistema Energético Nacional para subsidiar a produção de energia renovável. No entanto, não é claro, nem imediato, que aquelas medidas sejam as que maiores contributos produzam para os objetivos de sustentabilidade ambiental em termos nacionais. Por outro lado, o Fundo Ambiental, a cobro da discurso da eficiência energética e ambiental, tem sido também utilizado para apoiar programas de modernização da administração pública que, muitas vezes, facilmente, se confundem com medidas que sempre existiram e que decorrem de normais de evolução e adaptação conjun-

tural das funções do Estado (exemplo: renovação de frota, digitalização de processos ou melhoria do edificado por razões de eficiência energética)

Mais do que fins ambientais, elas refletem opções políticas de natureza económica e social cujos objetivos deveriam ser financiadas no quadro das receitas ordinárias do Estado, por contrapartida de redução de despesa pública em outras funções menos relevantes.

**DEMOCRACIA PLENA defende que o Estado deve ser um parceiro, um mentor e um facilitador não um concorrente direto das famílias e das empresas no acesso aos fundos para a transição climática e digital.**

**Na DEMOCRACIA PLENA defendemos que os fundos para a transição climática e digital devem ser focados em medidas que, de forma fundamentada e transparente, se traduzem em maiores e mais rápidos impactos para os objetivos de desenvolvimento sustentável, devendo ser protegido da utilização pelos governos em outras opções de natureza política mesmo que de elevado valor social.**

**A DEMOCRACIA PLENA não quer o Estado a usar fundos essenciais para transformação do modelo económico para, de forma encapotada, financiar despesas públicas corrente e normal que deveria ser financiada pelas receitas fiscais ordinárias.**

Todos temos consciência que o sucesso da descarbonização do país não depende apenas das opções do Estado. Ela depende sobretudo da mudança de comportamentos e hábitos das famílias e das Empresas.

E, nesse contexto, as políticas públicas devem ser usadas como instrumento acelerador da vontade dessa mudança, devendo beneficiar de forma simples e direta o maior número possível de pessoas. Os apoios financeiros públicos são importantes, mas chegam a poucos e são normalmente insuficientes para influenciar de forma relevante os comportamentos da globalidade das famílias e empresas.

Na DEMOCRACIA PLENA, acreditamos que o problema não são as pessoas. Somos seres racionais que tendemos a optar pelos comportamentos que nos permitem melhor conforto e qualidade de vida no imediato, a menos que tenhamos alguma segurança e certezas sobre maiores benefícios **do futuro.**

**Na DEMOCRACIA PLENA defendemos que devemos ir mais longe nos estímulos à mudança comportamental dos agentes económicos, atuando diretamente na remoção da principais barreiras e constrangimentos que atualmente limitam e desmotivam o investimento na alteração dos seus hábitos e padrões de consumo, incluindo a introdução de benefícios fiscais sobre despesas de investimento alinhadas com a referida estratégia.**

### 14. A NECESSIDADE DE UM NOVO PARADIGMA PARA A EDUCAÇÃO

Se queremos transformar o mundo num lugar mais justo e sustentável temos de assegurar às crianças e jovens, independentemente de sua origem e condição social, oportunidades de desenvolvimento do seu potencial e para isso precisamos de um sistema educativo que as ajude a construir um percurso de vida digna.

A Educação é, antes de tudo, um bem público. Representa um alicerce social constitutivo da civilização. Antes de ser um direito individual é um direito fundamental e por isso deve ser em primeira instância uma responsabilidade do Estado, porque do acesso universal a uma educação de qualidade depende não só a mobilidade social, mas o nível de desenvolvimento de um povo. A interdisciplinaridade, a contextualização do conhecimento e o desenvolvimento de competências, são hoje dimensões críticas do processo de aprendizagem. As dinâmicas de sucesso são cada vez mais baseadas na capacidade de transformar informação em conhecimento e conhecimento em competências e capacidade de inovar. Hoje o profissional competente ou criador é aquele que é capaz de aprender continuamente para poder estar permanentemente atualizado. E aprender colaborativamente será cada vez mais relevante numa sociedade em rede. Com a revolução tecnológica a economia está a crescer 10 vezes mais depressa do que antes e terá no mercado de trabalho um impacto três mil vezes maior do que teve a revolução industrial. Estudos indicam que os jovens de hoje terão entre 15 a 20 empregos diferentes ao longo da vida e previsões da World Economic Fórum apontam para que nos próximos 5 anos as competências exigidas no mercado de trabalho vão mudar em 40% dos empregos. Antes o paradigma do trabalho assentava em responder a duas perguntas essenciais: Como e Quando? Como fazer? Quando fazer? Hoje os jovens querem encontrar resposta para outra pergunta: Porquê? Porque fazer? Tem de existir um propósito. O atual modelo educativo foi pensado em função das necessidades da revolução industrial. É um modelo massificado, informacional e mecanicista, baseado na memorização e repetição, desajustado das exigências do mundo global em constante mutação.

O conhecimento constrói-se interagindo de forma ativa com o meio ambiente. Não se é, nem se pode ser, um mero banco de memórias que absorve passivamente o que se vê, ouve, sente, toca ou lê, pois não é desta forma que se constrói conhecimento.

**Na DEMOCRACIA PLENA defendemos que é necessário promover uma adaptação substantiva nos princípios e na organização do sistema educativo, de acordo com uma visão holística, que amplie a autonomia pedagógica e de gestão das escolas, que respeite as diferenças, as capacidades e os ritmos de aprendizagem dos alunos e que promova um maior alinhamento das políticas educativas com as dinâmicas sociais e económicas do nosso tempo.**

O professor educador do Séc. XXI analisa a realidade e projeta sobre ela os interesses que estimula os alunos a querer conhecer mais, promovendo a sua autonomia, capacidade de raciocinar, tirar conclusões, analisar, sintetizar e criar coisas novas a partir das já conhecidas. A Educação não pode continuar a basear-se no ensino de conteúdos específicos e compartimentados, tem de ser muito mais um processo de aprendizagem centrado na aquisição de ferramentas analíticas e conceptuais e de treinamento na sua aplicação a contextos concretos. Só assim se consegue adquirir efetivamente as competências necessárias à pilotagem num mundo globalizado.

**Na DEMOCRACIA PLENA defendemos que Portugal precisa de uma escola que permita aos alunos não apenas adquirir competências cog-**

**nitivas básicas, mas também competências socio-emocionais e relacionais, as chamadas “soft skills”. Precisamos de um paradigma educativo focando na aquisição das chamadas “competências do século XXI”, designadamente, a criatividade, o pensamento crítico, o trabalho colaborativo, a empatia, a capacidade de trabalhar com base em projetos, a capacidade de resolução de problemas.**

O pensamento sistémico interliga as partes, diminui a distância entre elas e permite pensar o conjunto (sistema) sem perder de vista todos os seus componentes. Admite-se nesse modelo, que na articulação entre as partes, podem surgir novas propriedades (ideias novas), o que seria impossível de visualizar a partir do pensamento linear.

**Na DEMOCRACIA PLENA defendemos que são necessários ambientes educativos enriquecidos e inovadores, onde o processo de aprendizagem é centrado nos alunos e onde é trabalhada a plasticidade cerebral** - a neuroplasticidade - onde se dá a possibilidade dos alunos descobrirem os seus próprios talentos, as suas aptidões naturais, onde existem planos individuais de trabalho (PI), onde se partilha com os alunos a intencionalidade da aprendizagem, onde se pratica a diferenciação pedagógica, onde há planificação semanal de tarefas e objetivos de aprendizagem, onde há trabalho colaborativo e aulas invertidas e onde se aposta no desenvolvimento de competências sócio emocionais e relacionais.

Quando resolvemos problemas temos uma recompensa neurológica. Os valores e a resolução de problemas pertencem ao córtex pré-frontal, onde podemos refletir, criar estratégias, imaginar e aprofundar os nossos valores. O psicólogo cognitivo e educacional Howard Gardner explica que para o educador decidir o que é realmente importante para os alunos conhecerem, aprenderem e compreenderem, essa informação precisa de estar em vários formatos e meios, abordando assim as inteligências múltiplas. “Nunca encontrei nada importante que só possa ser ensinado de uma única maneira”, garante Gardner.

**Na DEMOCRACIA PLENA defendemos que é preciso promover uma aprendizagem contextualizada e em perspetiva, isto é, holística, uma abordagem global e integrada e não apenas parcial e fragmentada. É preciso promover o pensamento crítico, o pensamento analítico e o pensamento tridimensional.**

## 15. REFORÇAR A POLÍTICA CULTURAL E INVESTIR NA PORTUGALIDADE E NA LUSOFONIA

**“A cultura é um bem público.”**

**Mário Soares**

A cultura desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de uma sociedade. Reflete a identidade de um povo, preserva a sua história e tradições, estimula a criatividade e promove a diversidade. Neste sentido, é extremamente importante reforçar a política cultural e investir nos artistas portugueses e na lusofonia. Ao valorizar e apoiar a produção artística local, fortaleceremos as expressões culturais, incentivamos o diálogo

intercultural e impulsionamos o desenvolvimento social e económico.

Investir na preservação do património cultural português e lusófono é essencial para manter viva a memória coletiva e reforçar a identidade cultural. Trata-se da proteção e restauro de monumentos históricos, da conservação de museus e coleções, bem como da valorização das tradições e manifestações culturais locais.

**A DEMOCRACIA PLENA defende a importância estratégica de promover o acesso da população a este património, através de programas educativos e de visitação gratuita, garantindo que todos possam beneficiar e orgulhar-se do seu património cultural.**

A política cultural em Portugal não pode, contudo, dar um foco desproporcional ao património histórico em detrimento do apoio à criação artística contemporânea. Essa ênfase no passado pode limitar o desenvolvimento de novas expressões culturais e artísticas, bem como a inovação no setor cultural. Referem também a falta de integração efetiva da cultura no sistema educacional, defendendo a necessidade de uma abordagem mais holística, que promova a educação artística e cultural desde os primeiros anos de escolaridade, a fim de desenvolver a sensibilidade e a apreciação pelas artes e pela cultura entre os jovens.

A criação artística é um motor de inovação e de expressão cultural. Investir em artistas portugueses e lusófonos significa proporcionar condições favoráveis ao desenvolvimento dos seus talentos e garantir que as suas vozes são ouvidas. Muitos argumentam que o investimento governamental na cultura tem sido insuficiente, resultando em falta de recursos para o desenvolvimento de projetos e iniciativas culturais de qualidade. Esse subfinanciamento tem sido apontado como um obstáculo ao pleno florescimento da produção artística e cultural em Portugal.

**A DEMOCRACIA PLENA defende o reforço dos programas de incentivo à produção artística, como bolsas, residências artísticas, editais de financiamento e criação de espaços culturais acessíveis para exposições e performances, a e promoção da formação artística nas escolas, a partir do ensino básico, para despertar o interesse e o potencial criativo dos jovens.**

A excessiva centralização das políticas culturais em Lisboa e Porto, em detrimento de outras regiões do país é outro problema que deve ser corrigido. Muitos argumentam que a concentração de recursos e eventos culturais nessas duas cidades tem levado a uma desigualdade cultural, com outras regiões sendo negligenciadas e com menor acesso a programas culturais de qualidade. Aponta-se também que a sociedade civil tem sido pouco envolvida nas decisões e no planeamento das políticas culturais em Portugal. A falta de canais efetivos de participação e consulta tem levado a uma desconexão entre as políticas estabelecidas e as necessidades e aspirações dos cidadãos.

**A DEMOCRACIA PLENA acredita que o acesso à cultura como um direito fundamental de todos os cidadãos, pelo que defende que é necessário investir na democratização da cultura, tornando-a acessível a todos os territórios e camadas sociais. Queremos promover e apoiar iniciativas culturais locais em todo o país, incentivando a participação ativa das comunidades e a preservação das suas identidades culturais únicas.**

Isso envolve a criação de programas de inclusão cultural, oferecendo atividades gratuitas ou acessíveis, bem como a implementação de políticas de acessibilidade, visando a inclusão de pessoas com deficiência. Além disso, é importante utilizar as novas tecnologias como ferramentas para ampliar o acesso à cultura, por meio de plataformas digitais e conteúdos online.

Implica também apoiar projetos que representem diferentes grupos étnicos, sociais e culturais, dando visibilidade a artistas emergentes e marginalizados. Além disso, é necessário fomentar o intercâmbio cultural entre os países de língua portuguesa, promovendo a troca de experiências, conhecimentos e práticas artísticas, enriquecendo assim a cena cultural de cada nação.

Reforçar a política cultural, passa também por valorizar e promover a diversidade das expressões artísticas presentes no só em Portugal, mas em toda a Lusofonia.

**A língua portuguesa, a portugalidade e a diáspora portuguesa são talvez a maior riqueza do nosso país e o seu ativo intangível de maior potencial, não só cultural, mas também económico.**

O português é uma das grandes línguas globais do mundo. Tomando como base as línguas maternas, o português é a quarta língua mais falada no mundo. Estima-se que a língua portuguesa represente atualmente 3,6% do PIB mundial, pelo que é inteiramente justo que a nossa política externa desenvolva os seus melhores esforços para que o português seja instituído como língua oficial das Nações Unidas, a par do inglês, francês, chinês (mandarim), espanhol, árabe e russo.

**A DEMOCRACIA PLENA defende uma aposta clara na afirmação internacional da língua portuguesa, da portugalidade e da diáspora portuguesa como fatores de diferenciação únicos do nosso país como potência de “soft power” internacional.**

Considerando a herança histórica que Portugal transporta enquanto agente propulsor de um mundo globalizado, a sua afirmação como potência de “soft power” é o reflexo do seu passado, das suas ações no presente e do que almeja ser no futuro.

Portugal tem no mundo uma pegada global, impressa ao longo de sucessivas vagas de migrações, ocorridas durante os últimos 5 séculos. Ainda hoje a diáspora portuguesa é a que tem maior peso relativo no contexto europeu. Portugal é o primeiro país da União Europeia com mais emigrantes em percentagem da população e o oitavo do mundo. Em cada 3 portugueses, um vive fora de Portugal. Os números apontam para a existência de aproximadamente 5,5 milhões de portugueses a viver no estrangeiro. Desses, um milhão e seiscentos mil estão recenseados como eleitores portugueses.

Acresce a isso, a vaga de emigração qualificada mais recente, ocorrida durante os anos da crise financeira e da consequente crise das dívidas soberanas. Só entre 2011 e 2015 saíram de Portugal mais de meio milhão de portugueses rumo à emigração. A confluência destes fatores leva a que o retrato socioprofissional das novas gerações de lusodescendentes e de portugueses a residir no estrangeiro seja muito diferente de épocas passadas e permita afirmar que a diáspora portuguesa é hoje a mais qualificada de sempre.

A diáspora portuguesa tem sido uma das maiores fontes de financiamento externo do sistema financeiro e da economia portuguesas. No entanto, tem merecido uma ínfima parte dos recursos e da atenção por parte dos poderes públicos em Portugal, a começar pelo governo.

Não restam dúvidas que os portugueses são os melhores Embaixadores de Portugal no mundo, dando permanentemente testemunho dos valores que estão no ADN português: a tolerância, o diálogo, a simpatia, a empatia, a adaptabilidade, a criatividade, a resiliência, o esforço.

No entanto, e apesar do potencial do enorme ecossistema de ligações que o legado e a cultura portuguesa têm disseminada pelo mundo, o peso do mercado externo nas vendas e serviços prestados é de apenas 21%, valor que demonstra a reduzida capacidade que as empresas portuguesas têm tido o eficiente aproveitamento das oportunidades daquele legado.

**A DEMOCRACIA PLENA defende que a diáspora portuguesa deve passar a constituir uma prioridade da política externa portuguesa, em particular ao nível da diplomacia económica e da estratégia de internacionalização.**

## 16. UMA POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO E INTEGRAÇÃO EQUILIBRADA E HUMANISTA, MAS TAMBÉM SUSTENTÁVEL E REALISTA.

**“A imigração pode ser uma oportunidade para o desenvolvimento de um país, desde que seja bem gerida.”**

**Mário Soares**

O tema da imigração tem sido um dos desafios mais prementes que a Europa enfrenta nos últimos anos. À medida que milhares de migrantes fogem dos conflitos, da pobreza extrema e das alterações climáticas em África em busca de uma vida melhor na Europa, é necessário adotar uma política de imigração e integração equilibrada, humanista, sustentável e realista.

Em primeiro lugar, é **crucial abordar a imigração numa perspetiva humanitária e humanistas**. Em vez de adotar políticas restritivas e dissuasoras, a Europa deveria dar prioridade ao acolhimento digno e seguro dos seus migrantes. É essa a essência dos valores humanistas e progressistas em que assentou a base da construção da união europeia que a tornaram num espaço de civilidade de características únicas no mundo.

**Uma política de imigração e integração eficaz deve abordar não apenas as necessidades básicas dos imigrantes, mas também sua integração social.** Deve incluir programas de aprendizagem de línguas locais, cursos de capacitação profissional e acesso ao sistema educacional, e oportunidades de educação e emprego, que tornem os migrantes produtivos e integrados da sociedade numa dimensão sustentável e que beneficie os interesses coletivos de todos os europeus.

**O êxito da integração dos imigrantes exige também uma ação enérgica para combater a discriminação e a xenofobia.** É essencial promover a sensibilização e a educação para a diversidade cultural e étnica, tanto entre os migrantes como entre a população local. Além disso, devem ser aplicadas leis rigorosas para punir atos discriminatórios e promover a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, independentemente da sua origem.

Uma política equilibrada de imigração e integração **deve igualmente assegurar a inclusão política e a participação cívica dos migrantes na sociedade.**

**de.** Trata-se de facilitar o acesso à cidadania, permitindo que os migrantes tenham voz e direitos políticos. Para permitir esta abordagem de abertura e integração, a política deve ser também realista e responsável, de forma a não causar efeitos perversos aos seus próprios objetivos e princípios e levantando sentimentos de reação negativa dos cidadãos europeus que ponham em causa a estabilidade social e a segurança da Europa.

Uma abordagem sustentável e realista da política de imigração exige uma estreita cooperação entre a Europa e os países de origem dos migrantes. Isto implica investir em programas de desenvolvimento económico e social, a fim de abordar as raízes profundas da migração forçada.

Neste quadro, Portugal deve encetar uma estratégia e um posicionamento muito claro sobre a sua visão para a imigração nos próximos 10 anos. O enorme influxo de imigrantes que procurou Portugal para trabalhar nos últimos anos, nomeadamente nas áreas de baixo valor acrescentado no setor do turismo e da distribuição ponto a ponto, pode tornar-se num problema de sustentabilidade caso o modelo económico em que assenta sofreu perturbações e concorrência externa relevante.

Sabemos da existência de redes de tráfico de seres humanos que atraem ilegalmente imigrantes para Portugal e depois os exploram, tornando-o miserável e sua vivência no nosso país e um potencial foco de insegurança a médio prazo.

Portugal também não pode ser uma porta aberta e descontrolada para entrada de imigrantes no espaço Schengen, porquanto isso mina a nossa autoridade moral e deveres perante os compromissos a que estamos obrigados.

**A DEMOCRACIA PLENA defende que o PS inicie, promova e lidere um debate amplo e aberto sobre uma política de imigração e integração equilibrada e humanista, mas também sustentável e realista para os próximos 10 anos, assumindo uma posição clara sobre as necessidades reais do país em matéria de imigração e cooperação internacional e instrumentos que pretende disponibilizar e instituir para garantir que essa política se desenvolva de forma harmoniosa e em benefício de todos os portugueses.**

## 17. O FUTURO DA AVIAÇÃO EM PORTUGAL: UMA VISÃO ABRANGENTE

A TAP, o novo aeroporto de Lisboa e os investimentos em infraestruturas de ligação e de acesso ao aeroporto têm sido um dos principais pontos de discussão pública no que se refere aos investimentos estruturais para o futuro de Portugal.

**Na DEMOCRACIA PLENA, defendemos que a estratégia integrada para o novo Aeroporto de Lisboa, tenha em conta uma abordagem holística, que inclua a política de ferrovia, a restrição de voos noturnos e a descentralização das atividades aeroportuárias.**

O desafio da capacidade aeroportuária em Portugal não pode ser resolvido apenas com a expansão da capacidade aeroportuária da região de Lisboa, porque atualmente ela já representa mais de 50% de todo o

tráfego do país. Em termos comparativos, o aeroporto de Barajas de Madrid apenas representa 15% dos movimentos em todos os aeroportos espanhóis. A abordagem deve ser, por isso, holística, combinando diversas soluções – não vai haver apenas uma solução. Temos de deixar analisar esta questão como a concretização de uma promessa do passado, mas como uma construção para o futuro – para servir o transporte aéreo que se fará no futuro.

A promoção de uma ferrovia eficiente para substituir ligações aéreas entre Lisboa, Porto e Faro é crucial – libertaria só por si 14 pares de slots. Para isso, não é necessário um TGV, basta o Alfa Pendular funcionar na sua plenitude, incluindo serviço e velocidade. A aposta no TGV para Madrid, liberando 20 pares de slots aéreos na Portela, segue modelos bem-sucedidos em outras regiões da Europa. A expansão do terminal na Portela, aliada à retirada do Terminal Militar de Figo Maduro, oferecerá ganhos significativos.

Outro aspeto importante, são as restrições noturnas eficazes, em linha com práticas internacionais de Zurique, Frankfurt ou Londres Heathrow que fecham por completo a operação dos seus aeroportos durante o fim da noite/madrugada.

A descentralização aeroportuária é outro passo essencial. Ao investir em aeroportos regionais como Bragança, Viseu e Beja, Portugal cria-se uma rede de acesso, reduzindo a dependência de Lisboa, colocando as pessoas onde querem viajar e, ao criar uma rede regional pública de aeroportos, desafia-se o atual monopólio privado dos aeroportos nacionais que pratica os preços que quer. A descentralização do tráfego aéreo

é vital. A concentração excessiva em Lisboa deve ser contrabalançada pela criação de centros regionais, incentivando a concorrência e impedindo abusos nas taxas aeroportuárias.

**A DEMOCRACIA PLENA defende que a privatização seja assente em critérios que priorizem a cobertura e os serviços ao mercado nacional, e otimizam a recuperação do esforço financeiro efetuado pelos portugueses aquando da nacionalização.**

No processo de privatização da TAP, a prioridade deve ser garantir a conectividade aérea de todo o país (não apenas Lisboa) e de preservar empregos na aviação no território nacional. O modelo de negócio adotado pela futura gestão é secundário em relação a esses objetivos e não deve ser alvo de exigências por parte do Estado.

Os governantes devem buscar maximizar o valor e o serviço para o mercado de/para Portugal, em detrimento do foco excessivo nos passageiros de conexão que apenas ocupam a infraestrutura para trocar de um avião para outro, com um impacto económico muito duvidoso.

A recuperação do investimento público na TAP deve ser o critério prioritário. Estabelecer um valor mínimo para a venda total da TAP, visando recuperar os fundos públicos investidos, é imperativo. Enquanto pública, a TAP deve ser gerida sob o ministério da economia, separando infraestruturas,

regulamentação e controle aéreo do que são os agentes económicos e acabar com esta promiscuidade orgânica.

**Numa dimensão mais operacional, a DEMOCRACIA PLENA defende ainda:**

- Regulamentação Transparente - A elegibilidade para cargos em entidades como ANAC (regulador) e NAV (coordenador dos slots em Portugal) deve ser regulamentada de forma transparente, impedindo que ex-políticos ou ex-diretores das entidades reguladas ocupem cargos nos conselhos de administração destas entidades.
- Liberalização Aérea nos Arquipélagos e descentralização da infraestrutura - A liberalização total dos voos para os Açores e entre os Açores e Madeira é essencial. Os arquipélagos passaram a serem os proprietários da sua infraestrutura devido à relevância estratégica e papel que desempenham nas suas comunidades e pelas provas sucessivas de desleixo dadas pelos diferentes governos da república nesta matéria.
- Inovação na Aviação Elétrica - Portugal deve posicionar-se como um mercado-teste para a aviação elétrica e do futuro, especialmente em voos insulares e para o interior do Continente – para isso é necessário criar a infraestrutura e a regulamentação certas.
- Descentralização do Turismo e Concursos Públicos Internacionais - A criação de novos pontos de entrada no país, através de aeroportos regionais, e o apoio a rotas estratégicas via concursos públicos internacionais são instrumentos fundamentais para descentralizar o turismo e explorar novas oportunidades de desenvolvimento adequadas às várias infraestruturas e regiões. ■

**24**  
**Congresso Nacional**  
 5, 6 e 7 JAN 2024 | LISBOA